

ESTUDOS

ANTOINE PETIT,
Secretário Geral do P. C. do Haiti (M-L)

Castro, Debray contra o Marxismo - Leninismo



EDIÇÕES MARIA DA FONTE



Edições Maria da Fonte

EDIÇÕES MARIA DA FONTE

Livros publicados:

Colecção «Textos Maria da Fonte»

Série A:

- 1 — Trotsky e o Trotskismo — Vários
(1.ª edição esgotada. Reedição em Novembro)
- 2 — Marx e os Sindicatos — A. Losowski (1.ª e 2.ª
edições esgotadas. Reedição em Outubro)
- 3 — Mao Tsé-tung e a Política de Partido — Mao
Tsé-tung (1.ª edição esgotada. Reedição em
Dezembro)
- 4 — O P. T. A. e a Luta contra o Revisionismo —
Enver Hoxha, Ramiz Alia e Nexhmije Hoxha
- 5 — Dimitrov e a Luta Sindical — Georges Dimitrov

Série B:

- 1 — A Metade do Céu — Claudie Broyelle
(1.ª edição esgotada. Reedição em Novembro)

Colecção «Textos Marte»

- 1 — Arte e Ciência da Guerra — Clausewitz

Colecção «Textos Confronto»

- 1 — Um Mundo Melhor — Jean Baby

Colecção «Documentos»

- 1 — Sobre o Trabalho de Propaganda / Um Con-
gresso Histórico — Mao Tsé-tung, Chou En-lai
e Wang Hong-wen (1.ª edição esgotada)
- 2 — A Linha Política Revolucionária do P. C. do
Brasil (M.-L.)
- 3 — Guerra Popular — Caminho da Luta Armada no
Brasil
- 4 — Proclamação-Programa dos Comunistas (Bol-
cheviques) Revolucionários Soviéticos

Colecção «Libertação Nacional»

- 1 — Quem é o Inimigo? Qual é o Nosso Objectivo?
— Agostinho Neto (1.ª edição esgotada)
- 2 — Manual Político do P. A. I. G. C.
(1.ª edição esgotada)
- 3 — Textos e Documentos do MPLA sobre a Re-
volução Angolana — Vários

A sair:

Combater o Revisionismo — uma tarefa Revolucionária
— Enver Hoxha

A Metade do Céu (2.ª edição) — Claudie Broyelle
Lenine, a Vida dum Revolucionário — Yaroslavski

Castro, Debray contra o Marxismo- -Leninismo

Colecção «DOCUMENTOS»

Dirigida por: Manuel Quirós

Editor: Maria Isabel Pinto Ventura

Tradutor: Prometeu

Capa: Maria José Sacadura

Castro, Debray contra o Marxismo- -Leninismo

Paris, Agosto de 1967

Caro amigo,

Alegra-me que tenhas voltado a escrever ao teu velho camarada revolucionário haitiano. Não só porque assim tenho notícias frescas de ti, o que já não tinha há muito tempo, mas sobretudo porque me dás informações em primeira mão sobre o que se passa no teu país, na Venezuela.

Tiveste mais sorte do que eu; tive de ficar em Havana de 1959 até fins de 1963, tu pudeste deixar Cuba e voltar à tua pátria logo que nos chegou a notícia de que o engenheiro Vincente Cabezas tinha aberto um foco de guerrilha. Lembro-me de tudo o que se passava nessa altura: as nossas longas discussões sobre a necessidade e a possibilidade duma segunda Cuba, pelo menos, na América Latina, as nossas especulações sobre as divergências ideológicas sino-soviéticas, cujos verdadeiros elementos e profundidade ignorávamos ... Lembras-te daquela aposta que tu e eu tínhamos feito, aposta, no fundo, absurda: qual seria o primeiro a libertar-se, o Haiti ou a Venezuela? Como se a revolução fosse uma lotaria! E como se isso dependesse unicamente dos nossos desejos! É verdade que também nos interrogávamos sobre qual seria o «segundo território livre da América», então sem nos deixarmos cegar pelos nossos interesses nacionais respectivos. Mas o essencial não estava aí. Sabíamos muito bem que, antes do mais, se tratava, para cada um de nós, de fazer o seu dever de revolucionário onde pudesse, no posto em que teria de dar o melhor de si próprio.

Aliás foi por isso que não fui ter contigo à Venezuela. Os que, em Cuba, me podiam ter ajudado, achavam que eu servia melhor no seu país do que noutro lado. Pouco lhes importava que não fosse essa a minha opinião pessoal. Não pertencia a nenhum par-

tido dito comunista (sabes que há dois no Haiti), nem a nenhuma organização revolucionária que pudesse apoiar os meus pedidos ou pedir a minha transferência para uma outra frente de luta. Receava, no entanto, vir a encontrar-me numa posição muito incómoda em Havana se, por acaso, acontecimentos imprevistos modificassem a situação no meu país. Os meus receios baseavam-se na memória da experiência vivida pelos nossos camaradas dominicanos em Havana. Logo que Trujillo foi assassinado, em 31 de Maio de 1961, por agentes da C. I. A., os camaradas cubanos exerceram sobre eles toda a espécie de pressões morais para voltarem ao seu país. Contudo, eles sabiam que a altura, o momento, ainda não tinha chegado e que se iam lançar, desarmados, na boca do lobo. Tomaram-nos por emboscados e, finalmente, tiveram de se ir embora quando outros assim o decidiram. Com certeza, sabemos que não houve intervenção dos dirigentes cubanos nesse sentido, mas também sabemos que não houve no sentido contrário.

Apesar da singularidade de tal comportamento, não tínhamos a impressão de servir a causa do «socialismo num só país» na América Latina. Por outras palavras, não pensávamos que se pedia ao conjunto do movimento revolucionário latino-americano que subordinasse tudo à consolidação da revolução e ao triunfo definitivo do socialismo em Cuba, à custa das tarefas mais urgentes a cumprir em cada um dos nossos países. Pelo contrário, regozijávamo-nos por os camaradas cubanos darem uma ajuda material e moral sem reservas à nossa causa e lhe dessem uma importância primordial. Esta ajuda era tão evidente que os soviéticos não deixaram de fazer dela um argumento político. Um ano depois da tua partida, quer dizer, em 1963, um agente dos serviços de informação soviéticos declarou-me um dia: «Dizem que a União Soviética

é hostil às lutas de libertação nacional e não as ajuda. No entanto, se a luta armada se desenvolve na Venezuela, não é graças à ajuda de Cuba, que é, por sua vez, ajudada pela União Soviética?»

A orientação geral da Agência de Imprensa cubana «Prensa Latina», contudo, não deixava de nos parecer estranha. Lembra-te das deferências para com os governos latino-americanos que ainda mantinham relações com Cuba e das pragas que lhes rogavam logo que cortavam essas relações, ou tomavam alguma posição contrária a Havana! Era como se a ajuda que um dos nossos povos tinha o direito de esperar dependesse menos da conjugação das condições objectivas e das condições subjectivas no país, do que da maior ou menor boa vontade do seu governo reaccionário em relação a Cuba. Não sei o que pensas disto, mas o que, na altura, não passava duma impressão da minha parte, parece ter-se tornado uma linha política. A declaração de Santiago de Cuba, de Junho de 1964, que eu não esqueci, se bem que a tenham escondido, não prometeu a tranquilidade aos governos reaccionários latino-americanos desde que mantivessem as suas relações com Cuba?

Lembro-te todas estas coisas, que tu pareces esquecer ou minimizar, porque tiveram a sua sequência lógica, a ponto de frustrar das suas esperanças a maior parte dos nossos. Porque é que tu queres que eu «volte ao bom caminho, na via do 'fidelismo'», quando os últimos acontecimentos confirmaram o desvio nascente que tínhamos pressentido? As resoluções da OLAS, proclamadas em Havana este mês, e que tiveste a gentileza de me mandar, não me convenceram nada. Confronto-as com outros factos, com outros acontecimentos; coloco-as no seu contexto latino-americano e mundial, para lhes dar o seu verdadeiro sentido. Quando me dizes que os revolucionários venezuelanos não têm nada a censurar aos

dirigentes cubanos, e que todos os guerrilheiros, com Douglas Bravo à cabeça, aprovam sem reservas a atitude de Fidel Castro em relação ao Partido Comunista Venezuelano, acredito. Mas quando me dizes que essa condenação do reformismo venezuelano vai, objectivamente, ao encontro das teses chinesas que adopto, respondo-te que Fidel não vai ao fundo do problema, e que, sobretudo, não ataca os responsáveis por essa situação: o Partido Comunista da União Soviética. E não é por acaso!

Aliás, não é por acaso que recordo o passado, que te avivo a memória sobre pequenos incidentes, detalhes, nada, de que, se calhar, já nem te lembravas. Não posso responder a todas as perguntas que me fazes duma vez. Estou contente por estarmos em contacto de novo e, nas minhas próximas cartas, continuarei a desenvolver contigo a análise da «problemática» latino-americana, ao mesmo tempo que vou tentar, como tu me pediste, fazer um resumo da minha experiência na China, em 64-65.

Setembro de 1967

Saí, portanto, de Cuba, em Dezembro de 1963, para Pequim, contratado pela Agência «Nova China», como tradutor. Como te tinha dito, tinha uma grande vontade de assimilar a experiência da revolução chinesa. A partida permitia-me também pôr fim à minha colaboração no programa em crioulo, difundido por «Rádio Havana-Cuba», destinado ao Haiti. Com efeito, na minha opinião, não era possível substituir indefinidamente a luta armada, ou os preparativos que implica, pela propaganda. Sentia-me, de algum modo, cúmplice duma certa mistificação.

Poupo-te as pequenas peripécias que precederam a minha partida. Mas era lamentável que não te assinalasse dois pequenos incidentes. Para me autorizarem a fazer uma escala de quatro horas em Moscovo, sem sair do aeroporto, o consulado soviético em Havana obrigou-me a pedir um visto de trânsito, que ocupa uma página inteira do meu passaporte: prática contrária a qualquer noção de entreaajuda internacionalista. Felizmente que, agora, o facto de ter ido à União Soviética já não é um «estigma» infame aos olhos do mundo capitalista! Depois, o consulado checoslovaco deu-me o visto de trânsito em Praga, na condição de ir pelas linhas aéreas CHESA, cujo único concorrente neste

trajecto é a «Cubana de Aviacion». Isto é para te dar uma ideia da largueza de espírito duns e doutros.

Portanto pediste-me para falar na China. Pode-se muito bem fazê-lo sem mencionar o Hotel da Amizade, onde residem os estrangeiros. Mas é por aí que vou começar a explicar-te em que é que consistem as relações dos Chineses com os seus hóspedes.

Que vem a ser o Hotel da Amizade? Um conjunto de edifícios, com conforto perfeitamente burguês, à ocidental. Há lá tudo: restaurantes com pratos chineses e europeus, piscina, campos de jogos, salas de jogo, sala de baile, teatro, praça de táxis, lavandaria, clínica, etc.

É onde vivem quase todos os estrangeiros contratados como peritos pelos Chineses. Os casais sem filhos, ou com um filho pequeno, têm um apartamento de duas divisões. Os casais com vários filhos têm mais espaço. Alguns apartamentos têm instalações para cozinhar. Não se paga renda, nem electricidade, nem aquecimento; o telefone, a água quente e fria durante todo o ano, os cuidados médicos e os medicamentos, as viagens de ida e volta, de carro, do hotel para o centro de trabalho, são gratuitos. A escola das crianças é praticamente de graça, bem como o preço do cinema, que é irrisório.

Isto, que podes considerar como um autêntico enclave estrangeiro em Pequim, foi imaginado pelos técnicos soviéticos. Foi a seu pedido e segundo as suas indicações precisas que foi construído o Hotel da Amizade, e todos os que lá viviam na altura são unânimes em afirmar que a vida quotidiana estava longe de ser orientada pelas normas socialistas da moral. Dizem que as bebedeiras e as orgias eram de rigor. Os escândalos sucediam-se aos escândalos, e os peritos soviéticos tratavam os seus criados chineses com o mais profundo desprezo. Devoradas pela ociosidade

e pelo tédio, as suas esposas só largavam as lojas, particularmente as de antiguidades, para passarem às intrigas. Basta ver os soviéticos viver no estrangeiro para adivinhar o que aconteceu ao socialismo no seu país. De certeza que te lembras que nada irritava mais a população cubana do que ver os peritos soviéticos instalarem-se nos melhores alojamentos, abandonados pela burguesia emigrada, e abastecerem-se nas lojas especiais para estrangeiros, onde não faltava nada, tanto os produtos de primeira necessidade como o superfluo. Isto na altura em que um dos mais severos racionamentos impunha duros sacrifícios às massas cubanas. Isto também numa altura em que outros estrangeiros, na maioria não-comunistas, tinham, espontaneamente, tomado a decisão de se solidarizarem com os trabalhadores cubanos, partilhando todas as dificuldades. No entanto, em Cuba, esta situação não era assim tão visível. Um pequeno-burguês, ou um burguês estrangeiro, pode sempre passar despercebido na camada, relativamente densa, da pequena burguesia cubana, que conservou quase intactos os seus privilégios. Eu e tu comentávamos, indignados, o facto de que o Estado cubano importava petróleo da União Soviética para o vender, depois de refinado e sem restrições, a todos os particulares que tinham carro. A grande bicha de carros particulares, que, ao fim-de-semana, enchia as estradas para as estações balneárias, era significativa desse desperdício.

Pelo contrário, na China, onde as antigas classes possidentes estão reduzidas à expressão mais simples, tanto pelo número como pelos meios à sua disposição, a mais pequena diferença de nível de vida é chocante, embaraçosa até. Como podiam os «irmãos mais velhos» soviéticos, querendo servir de exemplo e impor, em todo o lado e em tudo, as suas concepções, manter uma tal disparidade

entre o seu nível de vida e o da população chinesa?

O salário de base dum perito estrangeiro na China é cerca de dez vezes mais do que a média do salário de base dum trabalhador chinês. Tem direito a trinta por cento desse salário em divisas, se está com a sua família, e a cinquenta por cento, se estiver sozinho. A certos estrangeiros que, em 1964-1965, protestavam contra esta desigualdade entre chineses e estrangeiros, os responsáveis chineses declaravam: «Se acham o vosso ordenado muito grande, dêem uma parte a um movimento revolucionário da vossa preferência, mas não levantem dificuldades aos vossos colegas que não podem dispensar os seus emolumentos.» Aliás, um salário confortável permite que o perito volte ao seu país com um pequeno pecúlio e suporte as dificuldades económicas durante o seu período de readaptação, o que é perfeitamente verdadeiro no caso dos países capitalistas. Mas que razão tinham os Soviéticos para aceitarem, exigirem até, tais vantagens? Uma coisa é certa: o armazém especial dos estrangeiros ficava sistematicamente vazio de cada vez que um grupo de peritos soviéticos voltava para a U. R. S. S.

A falar do Hotel da Amizade, vêes que, naturalmente, acabo por falar da vida dos estrangeiros em Pequim. Se calhar pensas que todos os que, actualmente, lá estão, são comunistas autênticos, que vieram partilhar a luta do povo chinês, prontos a dedicarem-se à «causa». Então estás muito enganado. Quando os Chineses contratam um perito, pedem-lhe apenas que não seja revisionista e que tenha simpatia pela revolução. Enquanto que, no Ocidente, falam da proverbial desconfiança do chinês, uma simples declaração do candidato nesse sentido basta. No Hotel da Amizade, por exemplo, há muito poucos marxistas-leninistas e imensos nacionalistas de toda

a espécie, católicos praticantes, muçulmanos, burgueses e até revisionistas. Neste ambiente, é uma brincadeira, para a embaixada soviética, recrutar agentes que aticem as disputas entre estrangeiros e os levem a exigir sempre mais. Assim, sucede que o povo chinês paga largamente peritos que fazem trabalho de sapa, e incitam os seus colegas a caluniar a China quando voltarem ao seu país. Apesar disso, os Chineses tratam-nos com cortesia e benevolência e não interrompem os seus contratos. Até te posso citar o caso dum revisionista chileno notório, que não escondia as suas opiniões e actividades antichinesas, e que, no entanto, esteve quatro anos na China, em vez dos dois estipulados geralmente nos contratos. Acreditas se te disser que, em certa altura, um grupo de latino-americanos antichineses tentou fazer uma associação de residentes, para criarem dificuldades aos Chineses: este projecto falhou, por causa de divergências internas da organização, porque os Chineses não intervieram, em nenhum momento, directa ou indirectamente, para os impedir. Tudo se passa como se o território do hotel gozasse do direito de extraterritorialidade, e os peritos de imunidade diplomática. Mais do que isso, na verdade, uma vez que qualquer governo pode declarar um diplomata *persona non grata*, e nunca nenhum perito foi expulso.

Não vás pensar que todos os estrangeiros que implicam com as autoridades chinesas são agentes inimigos, ou cúmplices de agentes inimigos. Sabes, tão bem como eu, como a vida social das pessoas determina a sua ideologia, a sua consciência de classe e a sua consciência política. É terrivelmente difícil ter uma vida burguesa, dar-se constantemente com burgueses e revisionistas, e conservar a fé e a ideologia revolucionárias intactas. Para isso, é preciso estar bem temperado politicamente, ter convicções profundas, solidamente

enraizadas. É preciso travar uma luta permanente para resistir e, nessa prova, fazem-se descobertas espantosas, nem sempre reconfortantes, sobre si próprio e os outros. Os que passaram uma estadia, mais ou menos longa, no Hotel da Amizade, e venceram essa prova, são ideologicamente adultos.

É espantoso verificar como a vida artificial neste famoso hotel modifica, em muitos, a concepção das coisas. Peritos de boa vontade, que vêm dum país socialista com um racionamento severo, ou dum país do Terceiro Mundo, com um nível de vida muito baixo, que, nos primeiros dias da sua estadia, estão todos contentes por encontrarem bens em abundância e sem restrições, acabam, ao fim de algum tempo, por se queixar que não conseguem encontrar coisas. Vêm-se mulheres entrar na dança das mundanidades, rivalizando entre si na elegância. Nos dias de festa, parece uma autêntica passagem de modelos numa casa de malucos! É assim que, esquecendo o seu ponto de partida, ou a sua origem social, a maioria perde qualquer visão da realidade social, e até qualquer sentido do real. É o fenómeno clássico da alienação do homem. Os que estão atacados, deviam sair da China o mais depressa possível, para se medirem de novo, noutra sítio, na luta pela vida em condições normais, para recuperarem a sua lucidez. Depois voltavam para a China mais humildes e mais compreensivos.

Mas olha, nem todos são assim. Há o caso dos puros, que protestam constantemente contra a sua vida dourada junto dum povo cuja consciência política, prodigiosamente desenvolvida, lhe permite desprezar os privilégios e os estímulos materiais. Querem integrar-se totalmente no país e viver como o chinês médio. Por generosas que sejam, as suas pretensões são muito irrealistas. Primeiro, para se integrarem num povo, têm de conhecer a sua língua. Ora, muito poucos estrangeiros

aprendem a falar chinês na China. Mais raros ainda são os que prosseguem o estudo até ao fim. Os que falam bastante bem o chinês, geralmente aprenderam na Europa e, salvo uma excepção, não notei que reclamassem a sua «integração» no povo chinês.

Por outro lado, a integração pressupõe, em primeiro lugar, o abandono de todas as prerrogativas particulares dos estrangeiros. Até talvez fosse preciso, como gostariam alguns, recusar a expressão «camaradas estrangeiros», que lembra «diabos estrangeiros», como eram chamados os Ocidentais, antes da Libertação. Não é uma pretensão absurda? Como é que um não-Amarelo, que não fala chinês e vive como numa torre de marfim, havia de ser designado na China? Aqui entre nós, pedir aos Chineses que gostem espontaneamente dos estrangeiros, que lhes abram imediatamente o seu coração, é como pedir-lhes que sejam santos. Não achas que já viram estrangeiros a mais desde a guerra do ópio?

E depois, como é que se haviam de designar os que não só são estrangeiros, mas também se portam como tal? Vou-te dar um exemplo. Os carros e os camiões andam muito devagar nas ruas de Pequim: entre trinta e cinco e quarenta e cinco quilómetros por hora. É uma regra. Pois acontecia que alguns peritos ... estrangeiros exigiam ao seu motorista chinês que acelerasse, para ganharem mais uns minutos à hora das refeições. Para os satisfazer, estes motoristas, que são todos antigos combatentes da guerra da Coreia, expunham-se, em caso de acidente, a penas de prisão muito pesadas, e que ainda são mais severas quando o acidente põe em perigo a vida dum estrangeiro!

Enquanto que nós gozávamos destes privilégios, os nossos camaradas de trabalho chineses voltavam para casa de bicicleta, de autocarro e, por vezes, a pé. Nenhum deles

aceitava boleia, mesmo se o carro passava diante da sua porta e estivesse quase vazio. Penso que é uma questão de princípio: os que trabalham com estrangeiros, não devem considerar isso como uma «sorte», e arranjar maneira de terem vantagens que os outros trabalhadores não têm.

Ainda queria dizer mais umas coisas sobre a vida no Hotel da Amizade. Os que queriam sair de lá criavam muitos problemas aos Chineses. Porque é lá que estão, permanentemente, os intérpretes, de que o estrangeiro pode necessitar a qualquer momento. Imagina que adoeces a meio da noite. Basta utilizares o telefone interior e ligares para a clínica, o médico de serviço está lá daí a um minuto. O mais das vezes, este médico fala uma língua estrangeira. Senão, mais um telefonema, e aparece logo um intérprete. Se o caso é grave, o telefone interior permite arranjar imediatamente um táxi, que te leva gratuitamente, sempre acompanhado por um intérprete, ao grande Hospital da Amizade, na cidade, que, originalmente, também foi concebido para a colónia soviética de Pequim. Se viveres como um chinês vulgar, não tens nada disto ao teu alcance.

Mais, se manifestares o desejo de viver fora do Hotel da Amizade, os Chineses têm tanto sentido da hospitalidade que querem sempre oferecer o que têm de melhor, num país onde o conforto, e até o simples alojamento, são raros. Alguns estrangeiros vivem no seu centro de trabalho, mas sempre em condições privilegiadas e, sobretudo, próximo dos intérpretes. Os outros têm de se conformar a coabitar no hotel. Para os distrair, organizam-se, quase todos os domingos, passeios e visitas colectivas. Os centros respectivos de trabalho fazem o mesmo, periodicamente. Além disso, cada um queria, frequentemente, visitar um sítio, uma região, uma fábrica ou uma pequena comuna popular. Então, tinha

de se mobilizar um carro, um motorista, quando não era preciso, ainda por cima, um responsável. Quando dizíamos: «Deixem-nos ir sozinhos, cá nos arranjaremos pelos nossos próprios meios», a vontade dos camaradas de nos agradar e nos acompanhar era sempre mais forte. Para os que não fortaleciam constantemente a sua vigilância interior, todas estas comodidades se tornavam, rapidamente, em direitos sem limite. Assim, insistiam para que a governanta, posta à disposição das crianças mais pequenas, ficasse à noite, e nos dias feriados, para que as esposas se pudessem dedicar à vontade à vida mundana. Porquê? Porque lhe pagavam um salário irrisório, fixado pelas próprias autoridades chinesas. Felizmente, não existe na China o meio fraudulento que há no Ocidente para comprar as pessoas ou obter delas favores: os presentes. Os únicos presentes que os nossos camaradas chineses aceitam, quando voltamos duma viagem, são simbólicos: uns grãos de pistacho, ou amendoins, bombons, um fruto ...

* * *

A minha intenção era abordar o mais depressa possível os assuntos que te apaixonam: Cuba, o fidelismo, a América latina; mas, vistas bem as coisas, é melhor que continue a falar da China, porque a «questão chinesa» está no próprio âmago do fidelismo, e, deste modo, limpamos terreno.

Há mais de dois anos que saí de Pequim. Na altura da minha partida, a Revolução Cultural (expressão que emprego com reticências, porque sei que não é correcta, já volto a falar disso), ainda estava nos princípios. As coisas mudam naquele país com uma rapidez prodigiosa. Principalmente em períodos como este, em que a luta de classes se agudiza.

Agora, sei muito bem que tudo o que observei, já foi, em grande parte, modificado.

Durante a minha estadia, nunca me passou pela cabeça escrever sobre aquela terra. Era presunção da minha parte, porque, para escrever um livro completo sobre a China, era preciso reunir uma equipa de especialistas, escolhidos a dedo, e abarcando todos os ramos do saber, porque nenhum homem tem uma cultura suficientemente profunda, nem tempo bastante, para levar a bom termo, sozinho, essa tarefa. A equipa do «Guia Nagel» realizou este projecto, mas os seus redactores não tinham a autêntica formação marxista-leninista, necessária para compreender correctamente os acontecimentos que se têm passado desde 1921, data da formação do Partido Comunista da China. Não pensei em tomar notas, nem em acumular números, nem em fazer nenhuma investigação em especial, e sinto-me incapaz de corresponder seriamente à tua expectativa. Claro, quando voltei para o Ocidente, continuei a interessar-me por tudo o que se publica sobre a China, e gostava de te poder aconselhar a leitura de obras ou artigos, mas reparei que falta uma coisa essencial a todos esses escritos: as impressões simples, honestas, do dia-a-dia, ao longo dos meses, trabalhando lado a lado com os Chineses. Apesar de tudo, vou tentar, vou-te contar o que a minha memória e o meu coração se recordam.

Antes de ir mais longe, voltemos às decepções que tive com as publicações ocidentais sobre o que se faz na China. As opiniões e as interpretações são tão diversas e contraditórias que, muitas vezes, essa diversidade se reflecte, inconscientemente, num mesmo jornal. Alguns periódicos dão, um dia, opiniões perfeitamente justas sobre a realidade chinesa e, no dia seguinte, repetem as notícias mais tendenciosas de jornalistas de má fé. Pelo menos, esses periódicos dão-se ao tra-

balho de publicar, por vezes, desmentidos, ou rectificações, à excepção de l'Humanité. Porquê esta situação? Em primeiro lugar, os jornais, principalmente os quotidianos, têm pressa de dar informações aos seus leitores sobre os acontecimentos da China, e têm pressa em comentá-los. Frequentemente, as suas fontes são as agências americanas, soviéticas e jugoslavas; agências, como sabes, inimigas da China, e que não brilham pela objectividade. Os jornais ocidentais também dão um grande relevo às notícias vindas de Hong-Kong. Ainda haverá quem não saiba que os boatos que circulam em Hong-Kong sobre a China continental são fabricados pelos agentes de Tchang Kai-chek e da C. I. A.?

E depois, os jornalistas não têm paciência para esperar pelas notícias transmitidas pela agência «Nova China». Quando se dá o caso, têm uma certa desconfiança das informações e pontos de vista dos próprios Chineses. Como se a China fosse, na sua opinião, demasiado misteriosa ou complicada para que se perdesse tempo com as suas explicações. No seu livro: *La Chine de Mao* (A China de Mao), K. S. Karol quase que pede desculpa quando cita o ponto de vista chinês, «O que vou dizer até parece um slogan», é o que escreve nesse caso ... Tais práticas levam, inevitavelmente, o comentador a cair no arbítrio ou na fantasia.

Nos fins do ano passado, em plena Revolução Cultural, um telegrama da U. P. I. anunciava que Mao Tsé-tung estava prisioneiro de Lin Piao; enquanto que, por seu lado, a A. F. P. falava da «derrota de Lin Piao na luta pelo poder». Lendo estes telegramas alguns meses depois, o mais crédulo dos leitores pode ver as suas incongruências. Mas as agências nunca desarmam nem se dão por vencidas. Todos os dias, continuam a construir os seus castelos de areia, convencidas que ninguém lhes há-de pedir contas. Lembra-te,

quando da invasão contra-revolucionária da baía dos Porcos, em Abril de 1961, em Cuba, como a U. P. I. tinha anunciado que os principais dirigentes da revolução cubana estavam em fuga, outros feridos, e que o «porto» de Bayamo tinha sido conquistado, quando Bayamo é uma cidade no interior da ilha! E pensar que ainda há quem tome a U. P. I. e a A. P. a sério!

Quando os factos de que se fala são exactos, uma origem frequente dos erros na interpretação é devida às particularidades da língua chinesa, armadilhas inerentes à tradução. Não te esqueças do provérbio: «**Traduttore, traditore**» («Tradutor, traidor»). Parece que estou a fazer um truismo, lembrando que, como todas as línguas, o chinês tem o seu génio próprio. No entanto, é uma verdade elementar que se tem tendência para o esquecer muitas vezes. Os Chineses gostam muito das repetições e do emprego abusivo dos adjectivos, dos exageros. O estilo hiperbólico e figurado tem muitos adeptos. Isso reflecte-se nas traduções, principalmente quando são feitas à pressa, que é o caso da maioria dos telegramas. A não observância, ou a observância demasiado rigorosa das regras de concórdância basta para provocar muitos enganos. A preocupação primordial dos serviços de tradução chineses é a de reproduzir o mais fielmente possível o texto original, com o risco de sacrificar a forma: é mais uma das suas diversas maneiras de dar prioridade à política, ou «pôr a política no posto de comando», como eles dizem. É assim que, periodicamente, enriquecem o nosso vocabulário com neologismos como «revolucionarização», que já nem se dão ao trabalho de pôr entre aspas.

O facto de tomar à letra os textos chineses, sem se tentar compreender o seu sentido exacto, leva a muitos mal-entendidos. Quando, por exemplo, Kuo Mo-jo fez a sua autocrítica, em 1966, declarou (cito de memória) que

estava disposto a rebolar-se na lama, a cobrir-se com gordura (ou com fuligem, já não me lembro bem), e com sangue. No Ocidente, houve quem fosse logo falar de crise incompreensível de masoquismo, até que uma leitura de um jornal francês assinalou que Kuo Mo-jo estava simplesmente a utilizar imagens, para dizer que se queria identificar com o camponês (a lama), os operários (a gordura) e os soldados (o sangue). A expressão «revolução cultural» sempre me tinha parecido suspeita e inadequada, e gostei de ler o que outro leitor do mesmo quotidiano escreveu a dizer que, em chinês, era mais de «civilização» do que de «cultura» que se tratava, o que, evidentemente, corresponde melhor à realidade.

É natural que, no Ocidente, se percam em conjecturas sobre os acontecimentos na China. A liberdade de imprensa, tão gabada pela burguesia, não pode viver sem assuntos sensacionais. Como um aprendiz de feiticeiro, a «grande imprensa» ficou prisioneira da parte do público que tanto tentou subjugar. Mas, parece-me que todos os que se pretendem «progressistas», ou «de esquerda», têm o dever de sublinhar o essencial. Dar relevo a aspectos aparentemente negativos dum problema, simplesmente por serem negativos, é um modo de enganar a boa fé do leitor, e tomar partido desonestamente. No caso preciso de que estamos a tratar, é tomar partido contra a China e a sua revolução, a coberto da objectividade e da imparcialidade. O que é importante, no que se passa actualmente na China, não é uma peripécia ou um incidente. O importante na revolução ... cultural, é que se deu, deliberadamente, a palavra às massas, sem qualquer restrição, e que as massas a usam, também sem qualquer restrição. Seguindo o exemplo dos dirigentes chineses, os revolucionários estrangeiros têm

confiança nas massas chinesas, que aplicam o conceito da «revolução ininterrupta».

Vou retomar o fio à meada, para te dizer que o que quero salientar, agora, da revolução que lá se está a passar, é que os comunistas chineses abrem os braços aos seus inimigos mais encarniçados, logo que estes reconhecem os seus erros. É assim que são tratados tanto os contra-revolucionários (ainda todos se lembram do caso do ex-vice-presidente do Kuomintang), como os camaradas desviacionistas. Mostram uma fé absoluta na recuperabilidade do homem, na possibilidade de o convencer e de o educar. Podem agir deste modo, porque têm uma confiança sem limites na nobreza da sua causa, na justeza dos seus pontos de vista, na irrefutabilidade do marxismo-leninismo, na perenidade e na estabilidade do regime comunista. Contaram-me uma história de dois iraquianos que se solidarizaram com os peritos soviéticos, em 1960, quando estes abandonaram a China, e que voltaram para o seu país. Mas, como Kassem foi, pouco depois, derrubado do poder, os nossos homens só na China se puderam refugiar, pois a U. R. S. S., por causa da sua primeira estadia em Pequim, não os tinha aceite. Foram recebidos sem reticências, como se nada se tivesse passado. É nesta mesma óptica que devemos ver a visita de Chu En-lai a Moscovo, depois da queda de Khrutchev, em 1964. Há vários antigos dirigentes do Partido, que cometeram erros graves, susceptíveis de comprometer o triunfo da revolução e que, tanto quanto sei, nunca foram expulsos. É o caso de Li Li-sang e de Wan-ming, que se instalou em Moscovo. Foram criticados, reconheceram os seus erros: é quanto basta. Estava provada a sua boa fé. Mas o exemplo mais flagrante que te posso citar é o de Tchu Yang, recidivista da auto-crítica. Quatro vezes seguiu uma linha errónea na frente cultural, na linha oposta à das

teses de Mao Tsé-tung sobre literatura e arte, teve actividades fraccionistas com elementos de direita, e continuou num posto importante até à Revolução Cultural.

Onde é que pararão esses revolucionários dogmáticos e sectários de que te falei, quando na China não só a religião é tolerada, como não organizam nenhuma campanha contra ela? Mantêm institutos de budismo, autênticos seminários para a formação de bonzos «de tipo novo», que são ministros da religião como os outros, com a diferença de que são anti-imperialistas e patriotas. Juntamente com os seus estudos teológicos, aprendem a história do seu país, a história das suas lutas contra a dominação dos imperialistas e colonialistas. No entanto, os camaradas afirmam que não têm nenhuma «máquina para transformar os homens». O que é que achas?

De certeza já te disseram, se calhar com ironia, que os Chineses eram um modelo de virtudes. A expressão é pouco adequada, mas vou dar-te uma prova, que conheço, do seu total desinteresse. Na China, tu encontras um tipo de comunistas que não tem nada a ver com a obcecação em melhorar o nível de vida individual, se bem que essa preocupação não seja completamente inexistente. Este tipo não é uma raridade, porque também há noutros lados. Os membros do Partido são, realmente, devotados, de corpo e alma, à revolução. Ser enviado para o estrangeiro é, por exemplo, para um quadro, uma marca de confiança por parte dos seus camaradas, uma honra que só exige sacrifícios. Se for enviado, no quadro da ajuda técnica, para um país do Terceiro Mundo, sabe que levará a vida dum trabalhador ou dum camponês médio da região em que se estabelecer. Em todos os casos, quer seja diplomata, correspondente de imprensa, estudante ou agente comercial, a sua vida deve ser exemplar em todos os planos. Na maior parte dos casos, homem ou mulher, irá sem

a sua família. Talvez penses que é uma maneira de ter reféns. Pois bem, não é. Não é raro que marido e mulher sejam ambos enviados para o estrangeiro, mas para países diferentes, de maneira que não era difícil juntarem-se em qualquer lado, antes ou depois de terem «escolhido a liberdade». E depois, quem quer desertar, geralmente põe as considerações familiares em segundo plano. Uma mulher só acompanha o seu marido em missão no estrangeiro, se houver um lugar disponível para ela. E, mesmo nesse caso, se tiverem filhos, estes ficam na China. Porquê? Em primeiro lugar, por causa das crianças, para não prejudicar a sua educação. Em segundo, para economizar os meios do país, enquanto não se acabar a edificação do socialismo. Assim, vi casais separados há muitos anos, e que só se encontravam uma vez, de dois em dois anos, porque lá só há férias de dois em dois anos. No entanto, em caso de doença, as licenças são ilimitadas, e o trabalhador, onde quer que esteja, tem todas as facilidades para voltar para a família. Digo «onde quer que esteja» porque, no próprio país, é corrente os casais estarem separados. Um quadro que é transferido do Changai para Pequim, não leva consigo, automaticamente, a família: primeiro tem de se resolver o problema do alojamento, o que às vezes pode durar anos.

Os comunistas chineses são «desumanos»? Julga com os teus próprios olhos. Sabes que, antes da Libertação, os homens tinham o direito de terem quantas concubinas pudessem e quisessem. Quando a revolução impôs a monogamia, muitos homens pensavam que era a boa altura para se desembaraçarem das que já não queriam. Mas as coisas não se passaram assim: quem decidiu quando era a separação foram as concubinas, para não ficarem sem meios dum dia para o outro. E enquanto não pudessem prover às suas necessidades, eram os esposos que tinham de as manter,

mesmo que para isso tivessem de hipotecar a totalidade dos seus rendimentos.

«Destruidores» de famílias? Não, uma vez que, na China, se para o divórcio basta o acordo dos conjugues, têm de passar várias vezes perante uma comissão de conciliação, que ouve o que tem para dizer, e mexe mundos e fundos para os unir de novo. Muitas vezes, a comissão leva a melhor.

De facto, foi na China que vi os comunistas dedicarem tanto tempo e importância aos problemas humanos. Num país onde, antes de 1949, a vida contava tão pouco, é espantoso ver os quadros, os dirigentes, tratarem com tanto cuidado, não só dos problemas práticos dos seus camaradas, mas também dos pequenos dramas de todos os dias: morais, sentimentais ou familiares. Na China não é como noutros lados, o dirigente não está ali para se esconder e incitar os outros ao sacrifício. É o primeiro a avançar, e está pronto a substituir-te se por tua vez tiveres dificuldades.

Aliás, todas as reportagens sobre a China são unânimes sobre um ponto: é impossível encontrar diferenças de nível de vida entre o quadro e o simples cidadão, pois todos são «simples cidadãos». Quantas vezes não vi os responsáveis da agência «Nova China» usarem calças tão remendadas como as dum varredor da rua! É por isso que achava os concursos de elegância das nossas mundanas no Hotel da Amizade tão deslocados. A personalidade mais simples e mais «descomplexada» que já vi na minha vida é Tchen Yi. Sempre que ia falar, no Verão, numa das grandes salas de recepção do hotel, aos estrangeiros, violava todas as regras do protocolo. Começava por desabotoar o casaco, depois tirava-o. Depois passava à camisa, ao mesmo tempo que arregaçava as calças até aos joelhos, sem nunca parar de abanar o peito com o leque. Porque, segundo os Chineses, o que refresca

mais com o leque não é abanar a cara. Nota que o uso do leque não é monopólio das mulheres. Não achas que é um país onde se pode viver com simplicidade, sem preconceitos nem ideias preconcebidas...

Outubro de 1967

A escrever-te desta maneira, afastei-me frequentemente do que se lembravam «a minha memória e o meu coração». Tomei claramente partido e, como espero que não fiques ressentido, vou-me afastar disso definitivamente. Nem podia ser doutra maneira, para responder, mais ou menos convenientemente, às tuas perguntas.

Se bem que não tenha tirado notas durante a minha estadia na China, publiquei artigos na imprensa francesa sobre o que tinha podido aprender. Vou, pois, plagiar-me a mim próprio, e recorrer a esses escritos para te falar do que, a meu ver, fizeram na China, em três campos essenciais, até 1965: no plano ideológico, no plano económico e no plano da política externa.

Tive de ir à China para compreender que a Longa Marcha, que tu e eu punhamos ao nível dos mais altos feitos guerreiros de todos os tempos, continuava. Simplesmente, tinha sido transposta do campo da epopeia puramente militar para o da edificação do socialismo.

Os camaradas chineses elaboraram fórmulas simples e claras que, bem compreendidas, nos abrem as vistas sobre o país e nos dão o «segredo» das suas realizações. Uma dessas

fórmulas é a da «revolução ininterrupta». Significa que não há camaras estanques, linha de demarcação rígida, pausas entre as etapas da revolução.

No campo cultural e ideológico, este preceito tende, essencialmente, para a formação do «homem novo». À primeira vista, parece um lugar comum dizer que esse «homem novo» tem de se formar a partir do homem da antiga sociedade. Na China, isso significa que esse «homem novo» não deve esquecer o seu passado, e ainda menos ignorá-lo, para que possa ter sempre presente que o bem-estar relativo de que goza actualmente, é o fruto, é o resultado de sacrifícios espantosos de milhões de homens das gerações anteriores que viveram em condições infra-humanas. Esta «chamada», no caso dos quadros, é completada pela prática do trabalho manual nos campos. Este mesmo trabalho (que pode durar entre seis meses e dois anos, segundo as circunstâncias), permite aos quadros e aos intelectuais ensinar os camponeses e deixarem que estes os ensinem, fortalecer a aliança dos operários e dos camponeses.

A linha revisionista que os Soviéticos seguiram explica-se, em grande parte, pela insuficiência e pelas deficiências da formação socialista numa sociedade que não estava preparada para o crescimento económico do após-guerra. É o resultado duma ruptura entre a superestrutura e a base económica.

Referindo-se a esta experiência negativa, os Chineses, por seu lado, acham que a existência dum regime socialista por si só não basta para eliminar a influência das ideias burguesas. Travam uma constante luta, não só no plano cultural como no ideológico. Na União Soviética põe-se o acento tónico na transformação dos trabalhadores em intelectuais. Na China, recusam-se a criar uma aristocracia intelectual.

O objectivo é transformar os trabalhadores em intelectuais e integrar os intelectuais nas massas trabalhadoras. Esta orientação levou à criação de escolas em que se trabalha metade do tempo e se estuda na outra metade, sem, no entanto, sacrificar o sistema de ensino em tempo completo. Para alargar uma cultura de qualidade à maioria, instituirão nos campos a prática do trabalho agrícola e estudo em tempo parcial; organizaram bibliotecas móveis e grupos itinerantes de trabalho cultural, que vão às aldeias projectar filmes e montar peças para os camponeses. Ao mesmo tempo, formam-se equipas de trabalhadores rurais da Saúde pública, cuja nova tarefa não os afastará, de qualquer maneira, das actividades agrícolas. Quanto ao conteúdo das obras culturais, depende ainda da luta entre a corrente socialista e a corrente burguesa. Porque é precisamente na literatura e na arte que a luta de classes se manifestou com maior agudeza desde a Libertação. Os Chineses consideram este campo como o barómetro da situação política, o reflexo da realidade das forças em presença. Com efeito, a Longa Marcha, do ponto de vista cultural, foi marcada por várias etapas que correspondem, cada uma delas, ao que poderíamos chamar «crises» políticas.

Uma das primeiras lutas travou-se pouco depois da Libertação, na forma de polémicas e críticas sobre um filme pseudo-histórico, sobre a dinastia dos Chin, filme que, na realidade, elogiava a classe dominante e pregava o reformismo. Opunha-se à Revolução Democrática, tal como ela se realizava então pela Reforma Agrária. Este filme reflectia as concepções de todos os que se opunham a essa reforma e simpatizavam com os latifundiários.

Outra batalha foi travada em 1955, contra a ideologia reaccionária de Wou Fou, que tinha formulado um programa cultural dia-

metralmente oposto ao adoptado pelo Partido. Isto na altura em que se tinha imposto a necessidade de proceder à transformação socialista da economia.

A seguir, veio a luta de 1957. Foi levada a cabo contra a burguesia de direita, cujos porta-vozes principais eram a vice-presidente da Associação dos Letrados, Tin Lin, e o redactor-chefe adjunto do órgão dessa Associação, Tchen Tchin-cha. Eles também eram contra a linha do Partido no que diz respeito à arte e à literatura. Esta arremetida coincidiu com os acontecimentos da Hungria e as dificuldades que levantaram no campo socialista.

Depois, foi o debate de 1960-62, que continuava ainda, na altura do arranque da «Revolução Cultural». Teve dimensões sem precedentes. Com efeito, tocava não só à arte e à literatura, mas também à filosofia, à história, à economia política, etc. Durante este período, foram criticados quatro filmes. No plano teatral, passou-se o mesmo com a obra de Li Kuei-yang, que tinha encenado uma história de fantasmas, que podia alimentar superstições no espírito das massas.

Mas foi no plano filosófico que se travou a luta principal, com a crítica da obra de Yang Tchu-tchen. Uma das teses deste autor: «Dois unem-se em Um», era exactamente o oposto da tese de Mao segundo a qual «Um divide-se em Dois», e, deste modo, preconizava a colaboração, ou mesmo a união das classes. (Muito recentemente, soube que o autor da tese era, na realidade, Liu Chau-chi, que a tinha lançado durante a guerra revolucionária). É neste período que a China conhece toda uma série de dificuldades naturais, causadas pelas calamidades da natureza, a partida dos peritos soviéticos, os erros cometidos pelos próprios dirigentes, bem como pelas manobras dos revisionistas. Estas dificuldades econó-

micas criaram dificuldades políticas que se repercutiram no plano cultural.

A revolução cultural propriamente dita também se introduziu, há já algum tempo, na ópera de Pequim. Trata-se de reformar, para temas contemporâneos, as peças tradicionais, mesmo as boas, que têm sempre o seu lado mau, no plano político. Com efeito, as peças que a ópera de Pequim apresentava, tinham sempre como protagonistas reis, imperadores, representativos dos interesses dos latifundiários; alcoviteiros, caçadores de casamentos do antigo regime, parasitas que já desapareceram completamente.

Caro amigo, as receitas-slogans dos Chineses para ganharem a batalha da edificação socialista do país, são das mais variadas. Por exemplo: «Contar com as próprias forças»; «Estimular para competir com os mais avançados, apanhá-los, ultrapassá-los e ajudar os retardatários»; «Produzir segundo os princípios da quantidade, rapidez, qualidade e economia»; «Andar pelos seus dois pés»; «Tomar por base a agricultura, e a indústria como factor dirigente»; «Transformar a China, num período histórico relativamente curto, numa grande potência socialista, com uma agricultura moderna, uma indústria moderna, uma ciência e uma tecnologia modernas»; «O homem é o factor dominante».

Estas fórmulas, à primeira vista banais, estão cheias de sentido. Amalgamam-se e combinam-se harmoniosamente para serem estritamente aplicadas em todos os campos da vida económica, política e social. Têm uma aplicação particularmente judiciosa e sistemática no sector agrícola. Estas palavras de ordem são bastante simples e explícitas, não preciso de as explicar ou de as desenvolver.

Parece que, imediatamente a seguir à Libertação, em 1949, foi também adoptada a palavra de ordem soviética: «Prioridade à in-

dústria pesada.» Provavelmente, foi esta palavra de ordem que presidiu à elaboração do primeiro plano quinquenal da China 1953-1957). Seja como for, tenho a impressão de que a primeira obsessão dos dirigentes chineses sempre foi que a China produzisse o suficiente para se alimentar. Pelo menos o essencial. Ora, este objectivo está em vias de ser atingido.

Este ponto é extremamente importante. Não compreendo como é que as pessoas podem visitar a China, ou lá viver algum tempo, e não insistirem nesta autêntica proeza nas suas reportagens e exposições. Não faço tentações de te lembrar como era a China antes de 1949. De qualquer maneira, não esqueças que a situação alimentar era dez vezes pior do que actualmente na Índia, o que é qualquer coisa. Não te esqueças que era o país em que o homem estava mais exposto às calamidades naturais: e depois de cada vaga de secas ou inundações, os mortos de inanição contavam-se às centenas de milhares, e até aos milhões. Na China, a expressão «morrer de fome» não era uma maneira de dizer. Correspondia a uma realidade quotidiana. Realidade que levava os pais a vender as filhas na mais tenra idade, quando não as matavam à nascença, porque não eram aptas para os trabalhos duros. A mendicidade atingia proporções incríveis. É preciso estar cego por uma má fé prodigiosa para não falar, ou subestimar o facto de que, neste momento, os setecentos milhões de Chineses comem todos os dias, e comem o que têm na vontade. Até têm uma dieta bem equilibrada. A cozinha chinesa, tão famosa pelo seu refinamento, estava reservada às trombas do pequeno punhado de privilegiados: latifundiários e burgueses das cidades. Quando estive em Pequim, vi o governo fazer uma vigorosa campanha para o consumo de lac-

ticínios: o que, até então, estava fora do alcance das grandes massas populares.

Com base neste sucesso, há uma política de independência nacional bem integrada. Como é que se pode pensar em edificar o socialismo, e, depois, o comunismo, nas condições do duplo cerco imperialista e revisionista quando se é quase exclusivamente dependente dos abastecimentos do exterior que, em qualquer altura, nos podem cortar, e vencer-nos pela fome? Durante a pseudo-polémica do arroz, em 1966, entre Pequim e Havana, fiquei espantado quando ouvi Fidel Castro acusar a China de não respeitar o princípio da divisão internacional do trabalho no campo socialista. Como se os Chineses, que podem desenvolver a sua indústria açucareira, não o deveriam fazer para se irem abastecer em Cuba, a milhares de quilómetros de distância, expondo-se, assim, a enfrentar uma dificuldade suplementar, em caso de guerra com os Estados Unidos! A pretexto que têm vantagem na troca arroz-açúcar! Mas os dirigentes chineses nunca aderiram ao mito da divisão internacional do trabalho, inventado pelos soviéticos para as suas necessidades e para os seus interesses. Foi em nome dessa sacro-santa divisão internacional do trabalho que a União Soviética conseguiu da Roménia saídas para o seu petróleo. Pôr-se nas mãos de tais «aliados» para se alimentar, é dar provas duma visão muito curta das coisas, pelo menos.

Os Grandes Peritos, do tipo de René Dumont, podem discorrer à vontade sobre os pecados capitais que a China cometeu no campo agrícola. Que Charles Bettelheim, outro grande profeta, assimile, implicitamente, o princípio que consiste em «contar com as próprias forças», à autonomia económica, é mostrar uma generosa liberdade de interpretação da realidade. No entanto, foi o seu colega citado mais acima que, em 1963, na época em que Moscovo

era mais faladora — contava uma confiança significativa dos Soviéticos, e que estes nunca desmentiram. Segundo essa confiança, os dirigentes soviéticos tinham dito que, se o seu país tivesse de suportar o peso económico duma segunda Cuba na América Latina, a economia soviética desabava. Ora, justamente, Pequim não pretende ser um peso, mas um pilar do campo socialista. Gostem os Grandes Peritos ou não, os dirigentes chineses dão, em tudo, a primazia à política; vêm tudo do ângulo revolucionário; vêm tudo em função dos interesses da revolução, não só na China, como no mundo inteiro.

Como observador profano e superficial, tenho uma tendência inconsciente para o pragmatismo, para avaliar a árvore só segundo os seus frutos, sem pôr muitas questões. No entanto, levantei muitas questões quando lá estive, questões que nem sempre tive tempo de pôr a quem me respondesse com conhecimento de causa. Assim, interroguei-me sobre a razão por que a mecanização não estava mais avançada na agricultura chinesa. E como, apesar desse atraso da mecanização, os resultados puderam ser tão brilhantes?

Tive uma surpresa quando soube que a China fabrica um número relativamente insignificante de tractores, e que ainda exporta alguns. Um amigo chinês, que não é perito na matéria, disse-me que o ritmo da mecanização agrícola não é mais acelerado por causa da falta de quadros técnicos. É uma explicação muito parcial. Porque não duvido que, se o Partido e o governo deitassem mãos à obra, o problema da formação massiva de quadros técnicos era resolvido em três tempos. Deve haver razões mais imperiosas, que ignoro, ou que penso ter descoberto no relatório de Mao Tsé-tung intitulado: «Para o problema da cooperação agrícola», apresentado em 31 de Julho de 1955. Neste documento, o relator

faz, efectivamente, alusão ao problema dos quadros, quando fala das medidas que permitem «formar, pouco a pouco, pessoal administrativo e técnico em abundância para as cooperativas» (p. 32). Mas é uma questão puramente secundária. O ponto em que insiste é que «nas condições específicas do nosso país... no campo da agricultura, a cooperação deve preceder o emprego da mecanização em grande escala (p. 26). Porquê? Porque, entre outras coisas, «são necessários fundos enormes para levar a cabo a industrialização do país, como a reconversão técnica da agricultura, e é a agricultura que pode fornecer uma parte importante desses fundos. Estes, além do imposto agrícola directo, provêm também do desenvolvimento da indústria ligeira. Com efeito, a indústria ligeira produz grandes quantidades de bens de consumo, de que os camponeses necessitam, e estes trocam o grão e as matérias-primas para a indústria ligeira por essas mercadorias. Deste modo, serão satisfeitas as necessidades materiais tanto dos camponeses como do Estado, e serão acumulados fundos para o Estado. Mas o desenvolvimento da indústria ligeira em grande escala implica, não só o desenvolvimento da indústria pesada como o da agricultura. Isto porque o desenvolvimento da indústria ligeira em grande escala não se pode realizar na base da pequena economia camponesa; só pode assentar na grande exploração camponesa, o que significa, no caso da China, a organização socialista da agricultura em cooperativas. Só este tipo de agricultura é que pode permitir que os camponeses adquiram um poder de compra sem qualquer comparação com o que, actualmente, têm (p. 27).

Mao vai mais longe. Faz prognósticos precisos num campo tão arriscado como o da planificação e transformação socialista da agricultura na China. Prognósticos que até se

realizaram antes do prazo, enquanto que o «Khrutchev chinês» e os seus seguidistas não acreditavam que fossem realizáveis. Esta proeza é tanto mais meritória por se ter efectuado numa luta de classe encarniçada — como viemos a saber — contra os que «se bem que ocupem postos de direcção, enveredaram pela via capitalista». À luz do que se passa, actualmente, na China, salientamos o tom polémico dos escritos de Mao e identificamos os seus adversários — que são de categoria. Com efeito, o Comité Central, conduzido pelo seu presidente, previa a realização da cooperação agrícola, na China, «daqui a dezoito anos, no essencial» (p. 28). Normalmente, seria em 1967, pois o relator precisa mais adiante: «Um período de dezoito anos ao todo, estender-se-á da fundação da República Popular da China até à conclusão do terceiro plano quinquenal. No decorrer desse período, de harmonia com a realização, no essencial, da industrialização socialista e da transformação socialista do artesanato e da indústria e do comércio capitalistas, propomo-nos também levar a cabo o essencial da transformação socialista da agricultura» (p. 29). (Éditions en langues étrangères, Pequim, 1960). Ora toda a gente já sabe que a pergunta teve uma resposta eloquente, com a constituição das comunas populares e a sua consolidação.

Evidentemente, os apanha-migalhas podem sempre dizer: «Pois sim, mas o terceiro plano quinquenal não foi realizado dentro do prazo previsto!» Como se Mao pudesse prever a ruptura da ajuda soviética, bem como três anos consecutivos de calamidades naturais! Mas, o mais importante, é a exposição das grandes linhas do plano de Mao para os campos chineses:

«Durante o primeiro e o segundo quinquênios, as principais transformações nos campos, ainda serão transformações sociais. As

transformações técnicas virão em segundo lugar. A quantidade de equipamento pesado agrícola terá certamente aumentado, mas não em proporções muito grandes. No decorrer do terceiro quinquénio, a transformação social e a técnica progredirão em conjunto nos campos. Todos os anos serão empregues cada vez mais máquinas agrícolas pesadas. No que respeita à transformação social, depois de 1960, as cooperativas passarão, progressivamente, em grupos escalonados, do tipo semi-socialista para um tipo inteiramente socialista. Só quando a transformação socialista do sistema económico e social estiver completamente concluída e, no campo da técnica, se utilizarem máquinas em todos os ramos da produção e em todo o lado em que o trabalho possa ser efectuado por elas, é que o aspecto económico e social da China se transformara radicalmente. Devido às condições económicas do nosso país, a transformação técnica demorará mais tempo a realizar do que a transformação social. Pensa-se que serão necessários, aproximadamente, quatro ou cinco quinquênios, ou seja, vinte a vinte e cinco anos, para completar, no essencial, a transformação técnica da agricultura à escala de todo o país».

As conclusões principais que tiro destas citações são as seguintes: 1.º A China não se deve endividar, nem contar com nenhuma ajuda externa para mecanizar a sua agricultura; 2.º Mao conta, antes do mais, com a mobilização e a organização das massas camponesas, com a sua consciência política e o seu entusiasmo revolucionário para obter primeiro o aumento da produção agrícola; 3.º Finalmente, sublinha-se o aspecto pedagógico da revolução: não se dão presentes às massas; estas têm de lutar com afinho por cada conquista; as massas defendem com maior ardor o que alcançaram com uma luta dura e prolongada, com o risco da própria vida. Há

uma tendência natural para menosprezar o que se consegue sem luta. Estamos muito longe de Cuba, onde as duas reformas agrárias, bem como a mecanização agrícola anunciada, são fruto de decisões burocráticas, de decisões da cúpula sem que, previamente, tenha havido agitação, ou mobilização, ou participação das massas. Decisões tomadas em Havana e executadas por funcionários! Não, realmente, quando se fala da revolução chinesa, o homem que se respeita — revolucionário ou não — só pode tomar uma de duas atitudes: a admiração ou o silêncio... perante o que não foi capaz de fazer.

Como conduziram uma luta armada durante vinte e dois anos e administraram durante, pelo menos, uma dezena de anos consecutivos, regiões libertadas, onde já se tinha realizado a reforma agrária muito antes de 1949, os revolucionários chineses chegaram ao poder com uma certa experiência no campo agrícola. As transformações políticas e sociais foram introduzidas, moderada e progressivamente, até à constituição, em 1958, das comunas populares, que reagrupavam várias cooperativas de tipo superior. Tinham seguido, com sucesso, a política de «andar pelos seus dois pés», quer dizer, combinar harmoniosamente os métodos primitivos com os mais modernos. Ao contrário da União Soviética, não tinham feito uma cultura extensiva, mas sim intensiva. Foi o «Grande Salto em Frente», lançado nesse mesmo ano, que, com os seus exageros no campo da industrialização, voltou a pôr tudo em causa.

Com efeito, no ano seguinte, verificaram que já não havia braços suficientes para enceleirar as colheitas, nem para construir, baratas e com meios improvisados, as obras que eram necessárias, urgentemente, para evitar ou combater as inundações e a seca. Lá conseguiram remediá-lo.

As massas camponesas mobilizaram-se para a execução dos grandes trabalhos, tais como as construções de diques, barragens, canais de irrigação, centrais eléctricas, instalação de bombas, etc. Aumentaram consideravelmente os rendimentos com a generalização dos métodos avançados, a utilização de adubos, a dupla colheita, etc. Métodos engenhosos e baratos são empregues para irrigar montanhas ou fazer campos em terraços. Nada se perde, desde a água das fábricas hidro-eléctricas, até ao adubo natural, transportado constantemente nas próprias ruas de Pequim, em carroças de tracção animal.

O princípio de contar com as próprias forças não tem um papel global apenas no interior da China. Todas as regiões devem assegurar o seu próprio abastecimento. O município de Pequim, por exemplo, não «importa» quase nada do resto do país. Daí, uma enorme economia de recursos humanos, materiais e financeiros.

Com a criação das comunas populares, o camponês chinês ainda entrou mais no ciclo da civilização moderna e participa, mais activa e directamente do que nunca, na vida política. Mais de noventa e cinco por cento dos membros do Partido são camponeses. E se, no campo, os membros das células ou das organizações intermédias do Partido não são sempre cem por cento camponeses, é porque quadros ou estudantes das cidades vão, frequentemente, para lá trabalhar, durante um período mais ou menos longo, como já te assinaliei.

A luta das classes continua, no entanto, a manifestar-se na vida rural, com formas por vezes inesperadas. Assim, soube que antigos camponeses ricos ou médios tentam muitas vezes corromper, ou comprar, os quadros administrativos ou políticos dos diferentes escalões da comuna popular. O processo mais

corrente é dar ao quadro, em casamento, uma rapariga da família do corruptor. Não tenho conhecimento de tentativas bem sucedidas.

A própria organização da vida política nos campos torna extremamente difícil o sucesso de tal empreendimento. Os quadros citadinos talvez fossem mais vulneráveis sob esse aspecto. Ora, mesmo aí, as esperanças dos reacionários são absolutamente aleatórias. Porque o citadino que vai para o campo, vai, em primeiro lugar, aprender junto das massas camponesas, que são compostas fundamentalmente pelos antigos camponeses pobres e pelos que os Chineses chamam «os camponeses médios da camada inferior». Nada tem a aprender junto desses antigos privilegiados. É um tipo que vai, com toda a humildade, retemperar-se ideológica, espiritual e moralmente. Vai-se unir aos que sofreram mais no passado e que, até agora, enfrentam as condições de vida mais difíceis. O seu objectivo é libertar-se das ideias falsas sobre um certo número de coisas, corrigir a sua visão errónea da vida, remodelar a sua concepção do mundo. Propõe-se igualmente ensinar aquilo que sabe aos camponeses. Pode, por exemplo, alfabetizar os que ainda não sabem ler e escrever, ensinar-lhes noções de contabilidade, para que possam gerir os interesses da colectividade, combater as superstições, etc. Só é respeitado e escutado na medida em que for realmente honesto e sincero, na medida em que o seu comportamento for irrepreensível em todos os pontos e, principalmente, na medida em que ensina pelo exemplo. Dotado dum extraordinário dom de observação, duma inteligência natural sem igual e dum profundo conhecimento dos homens e das coisas, legado por milhares de anos de exploração e de frustrações, o camponês da Libertação não permite que trocem dele ou o enganem. O citadino, quadro ou não, que vai para o campo, leva

a vida dos camponeses e identifica-se com eles em todos os planos.

O que te estou a dizer do quadro citadino ainda é mais rigorosamente autêntico no que respeita ao quadro camponês. Lembramo-nos como, depois da Libertação, a massa dos camponeses aprendeu a detestar os latifundiários, a deixar de ter medo deles e a ridicularizá-los. Lembramo-nos como eles foram passeados pelas aldeias, com enfeites pouco graciosos, e copiosamente escarnecidos pelos camponeses. Como é que esses mesmos camponeses agora se iam dar com esses antigos exploradores, ou cair nas suas armadilhas? Se há um país no mundo onde não se esquece o passado, é a China. E a classe que tem mais razões para não o esquecer é, evidentemente, o camponato.

Aliás, mantendo o passado vivo no espírito, os camponeses constróem e vivem activamente o presente. Apesar da imensidão do país, nas regiões rurais, ninguém ignora o que se passa no resto do país e no mundo. Nas zonas vizinhas das grandes cidades como, por exemplo, nos arredores de Pequim, de Changai ou de Tien-tsin, têm ao seu dispor aparelhos de rádio. Nas regiões remotas, isoladas, ou afastadas dos grandes centros urbanos, há telefonias muito primitivas, de ondas curtas. Em certos sítios, só há um receptor para toda a equipa de produção. Para essas populações, Rádio Pequim tem uma emissão especial, à noite, em que as notícias e os comentários são ditados muito devagar e repetidos. O que permite à equipa copiá-los e distribuí-los no dia seguinte, num boletim copiografado. Nenhuma parte do país está isolada. Assim, as colunas dos leitores nos grandes jornais nacionais, provinciais e municipais, estão sempre bem providas de correspondentes que, muitas vezes, só são ouvintes.

Se me perguntasses qual é a palavra de ordem que correspondia melhor à orientação da política industrial chinesa, respondia-te que era a que fala da transformação da China numa «grande potência socialista, com uma agricultura moderna, uma indústria moderna, uma ciência e uma tecnologia modernas». E também: «Alcançar e ultrapassar os níveis científicos e tecnológicos mais avançados do mundo». Esta directiva tende, não para favorecer a criação duma sociedade de consumo, mas para uma sociedade de abundância, em que os bens sejam distribuídos igualmente, sem que o país abandone os compromissos que tomou no quadro do internacionalismo proletário. A propósito, estava em Cuba quando o ciclone «Flora» devastou a ilha, no Outono de 1963. Não me lembro dos números exactos dos donativos que a China enviou para esse país. Só sei que foram os mais importantes que Cuba recebeu em sinal de solidariedade. A República Popular da China não pratica a «divisão internacional do trabalho», mas não falta ao seu dever de internacionalismo proletário, mesmo com risco de privar o seu povo duma tigela de arroz, dum par de sapatos ou dumas calças, — o que não é o caso.

Hás-de notar que a China fabrica, por exemplo, automóveis e frigoríficos, mas não os vende a particulares. Com efeito, nas condições actuais, só uma muito pequena minoria de privilegiados podia adquirir tais comodidades. E, longe de quererem construir um comunismo primitivo, ou pobre, como alguns dizem, um comunismo que seria apenas a generalização da miséria, os dirigentes fixaram um prazo de 25 a 30 anos para atingir a primeira fase da criação dessa sociedade da abundância.

Os «privilegiados» de que falei, são principalmente os antigos proprietários de empresas, que possuem bens pessoais de grande

valor, e vivem das rendas que lhes dá o Estado. Porque a Revolução, a seguir à vitória, contentou-se, numa primeira etapa (1949-1953), em consolidar as empresas capitalistas existentes, ao mesmo tempo que criava novas empresas, com limitação dos lucros e melhoramento das condições de vida dos trabalhadores. Numa segunda etapa (1953-1957), criaram empresas mistas, e uma parte das acções passou para as mãos do Estado. Os antigos proprietários continuaram a gerir as fábricas, enquanto que o representante do Estado só desempenha, praticamente, um papel político.

Finalmente, a partir de 1957, o Estado encarrega-se das empresas e dá (lembra-te que te estou a falar da situação tal como estava até 1965: as coisas podem muito bem ter mudado desde então) aos antigos proprietários uma renda, escalonada por um determinado número de anos, proporcional à importância dos investimentos. Em certos casos, o antigo proprietário ficou empregado na direcção da fábrica; noutros, confiaram-lhe tarefas de carácter técnico, ou então foi reformado.

No Ocidente, muitos pensam que o «Grande Salto em Frente» foi um lamentável fiasco. Disse-te que houve exageros. No entanto, os aspectos positivos prevalecem sobre os aspectos negativos. Compreendi-o quando visitei o Sul da China, em 1964 e, em todo o lado, me apontaram o ano de 1958 como o ponto de partida de numerosos sucessos, melhoramentos ou aumentos da produção industrial e agrícola.

Outra coisa que chamou a minha atenção na China, foi a rapidez com que se organizam os progressos, bem como os processos específicos que utilizam para isso. Nos princípios de 1964, era frequente ver, nas ruas de Pequim, produtos que, com toda a certeza, serviam para fabricação de máquinas electrónicas.

cas, transportados por homens às costas. Alguns meses mais tarde, a tracção humana, para este tipo de coisas, como por encanto, desapareceu completamente... É como se se tivessem aplicado as últimas aquisições da técnica, tendo por base métodos de trabalho medievais!

Com tais processos, bem como pela aplicação estrita de receitas ou fórmulas, de que te dei alguns exemplos, a China alimenta e veste 700 milhões de habitantes, depois de ter pago as suas dívidas até ao último centavo. Tinha pedido um empréstimo de cerca de 2 biliões de rublos à União Soviética, principalmente para comprar armas para a guerra da Coreia, e assegurou, religiosamente, o pagamento, mesmo durante os anos de calamidades naturais (1959-1961), durante os quais a miséria fisiológica da população era tal que se teve de proibir a prática dos desportos. (Lembro-me como um dos meus chefes na secção francesa da agência «Nova China» em Pequim chorou, quando soube que, mesmo durante esse período, Moscovo tinha exigido o pagamento, quando a China tinha estado a defender todo o campo socialista na Coreia.) A moeda é estável, o nível de vida é decente. Os preços baixam regularmente. A tal ponto que os estrangeiros que podiam adiar a compra de certos produtos não deixavam de o fazer, convencidos que iam ter um abatimento. Queres um exemplo? Quando cheguei à China, comprei uma telefonia. Alguns meses mais tarde, foi posto à venda um novo modelo, mais aperfeiçoado, e era vinte por cento mais barato! Mas o que é mais extraordinário, é que a China passou de devedora a credora da maior parte dos países socialistas.

Já te falei do erro de Charles Bettelheim (ver «La construction du socialisme en Chine» — «A Construção do Socialismo na China» —, 1965, Maspero), que assimila a palavra de ordem «contar com as próprias

forças» à autonomia económica. Com esta palavra de ordem, os Chineses entendem simplesmente tirar partido, em primeiro lugar, dos recursos do seu país, sem, por isso, renunciarem às vantagens do comércio internacional e da ajuda estrangeira, se esta ajuda for concedida segundo o princípio de «igualdade e mútuo benefício», e não implique nenhuma condição política. Os Chineses não rejeitam A PRIORI tudo o que seja estrangeiro ou ocidental.

É assim que, em 1965, estavam a construir a sua indústria de fibras sintéticas; mas, ao mesmo tempo, tinham adquirido, no Japão, uma importante fábrica do mesmo tipo, que estava a ser montada por técnicos japoneses. Acabo de saber que, agora, são perigosos competidores da indústria têxtil europeia. Naturalmente, tudo o que fizeram, desde a retirada dos peritos soviéticos em 1960, fizeram-no «com as suas próprias forças», e pelos seus próprios meios. Um dos sucessos mais notáveis desta política foi a notícia que deram, há já algum tempo, de que a China, no essencial, produz os produtos petrolíferos de que necessita. Outro resultado desta política é que, neste momento, pode dar ajuda a outros países. Houve assim vários países de África que beneficiaram de empréstimos sem juros, e do envio de técnicos para o desenvolvimento da sua agricultura, ou construção de fábricas e obras rentáveis. Mas isso já faz parte da política externa.

A coisa mais importante para que te quero chamar a atenção, neste campo, são as relações (era mais correcto dizer, a ausência de relações) entre os Estados Unidos e a China, e a etiqueta «belicosa» que os seus inimigos tentam, conjuntamente, e a todo o custo, pôr a Pequim. No entanto, André Malraux parece dar-lhe razão quando, em 1965, visitou a capital chinesa e declarou o seguinte: «É verdade que os nossos sistemas sociais são di-

ferentes. Também é verdade que tanto uns como outros tivemos de lutar contra um invasor poderoso que, de armas na mão, veio combater em sítios onde não devia estar.»

A propósito desta declaração, o «Time» de 13 de Agosto de 1965 fazia notar: «Malraux podia estar a pensar na invasão da China pelo Japão, mas Pequim podia interpretar à vontade as suas palavras como se se referissem à acção dos Estados Unidos na Coreia.»

Não faltam, certamente, nem lucidez nem fundamento, a esta observação do «Time». Porque, para a China, o poderoso invasor em questão só podia ser os Estados Unidos. E isto, desde há mais de vinte anos. Com efeito, lembra-te que as tropas de Tchang Kai-chek, derrotadas no continente pelo Exército Vermelho Chinês, transformado em Exército Popular de Libertação, tinham sido poderosamente equipadas e abastecidas pelos Estados Unidos e, a seguir à Segunda Guerra Mundial, aconselhadas, para não dizer dirigidas, por missões militares americanas. Depois, houve a guerra da Coreia, a ocupação efectiva da Formosa (Taiwan) pela VII Esquadra, ocupação que continua e, finalmente, o Vietname...

Por isso, a política externa da República Popular da China tende, essencialmente, a fazer frente a este perigo permanente, que há muito paira sobre ela. Na minha opinião, o postulado mais importante da política externa da China é que o «imperialismo é um tigre de papel». Foi enunciado há mais de vinte anos pelo próprio Mao Tsé-tung e conserva, mais do que nunca, a sua actualidade. À objecção medradora de Khrutchev, em 1963, a saber: «Esse tigre tem dentes atómicos», os Chineses deram uma resposta eloquente, a 16 de Outubro de 1964: a explosão da sua primeira bomba atómica.

Mas, muito antes de 16 de Outubro, nunca tinham tido medo da bomba, e consideravam a sua utilização como um boomerang, citando numerosas situações (entre elas a Coreia), em que os americanos não se tinham atrevido a usá-la. Actualmente, Pequim considera que o seu arsenal atómico tem dois objectivos: quebrar o monopólio nuclear, que o tratado tripartido de Moscovo sobre a proibição parcial das experiências tinha querido estabelecer definitivamente, e neutralizar a chantagem nuclear americana, portanto, de certa maneira, anular a própria arma atómica.

Com ou sem bomba atómica, a tese do «tigre de papel», põe, ideológica e psicologicamente, o povo chinês à altura de enfrentar o seu poderoso agressor. Por «tigre de papel» entende-se que o inimigo «é forte na aparência, mas, na realidade, é fraco», e que o devemos desprezar do ponto de vista da estratégia revolucionária, mas tê-lo muito seriamente em conta do ponto de vista táctico. Com ou sem bomba atómica, os Chineses acham que «o homem é o factor decisivo».

Algumas pessoas, alarmadas por esta galvanização das energias e pela combatividade das massas, ou censurando-as, puseram-se a pensar que, se a China fosse admitida na O. N. U., enfraqueceria a sua vigilância, ou deixaria de ser «belicista». Na realidade, é a pior ofensa que se pode fazer aos Chineses. Porque esta afirmação implica que os seus passos são guiados pelo oportunismo.

De facto, a China acha que não tem que fazer qualquer concessão para que lhe seja restituído o lugar que os representantes de Tchang Kai-chek usurpam na O. N. U. Esta usurpação só pode ser feita e manter-se graças à «manipulação» desse organismo internacional por Washington, que tem nele uma máquina de votar. No entanto, os Chineses não renunciam ao seu direito de ocuparem o lugar que lhes cabe no seio da O. N. U.,

que, aliás, qualificam de instrumento do imperialismo americano, porque nunca afastaram a possibilidade de reestruturar, reorganizar e transformar esse corpo. Na minha opinião, uma coisa não exclui a outra.

A China não tenciona fazer nenhuma concessão para ocupar o lugar da O. N. U. a que tem direito, pois não é esse o seu objectivo último. Como grande potência socialista, o seu objectivo é contribuir para o avanço, a longo prazo, da revolução no mundo. Esta tarefa, aliás, está ligada à sua própria defesa. Em vez de capitular perante os Estados Unidos, de lhes fazer concessões ou fazer compromissos — o que só os torna mais atrevidos — prefere o caminho mais longo, o caminho revolucionário: isolar o imperialismo mais poderoso e virulento actualmente, o dos Estados Unidos. Nesta perspectiva, os países do Terceiro Mundo são considerados como os campos do mundo, e os países capitalistas desenvolvidos, as cidades. Portanto, partindo da estratégia que seguiu a revolução chinesa, é possível cercar as cidades a partir dos campos, onde vivem as populações mais desprovidas, mais abandonadas, as que «não têm nada a perder» nos nossos dias. Como, aliás, a China.

Daí a tese: os países subdesenvolvidos são as zonas para onde convergem as tempestades revolucionárias. Além disso, há uma zona intermédia, de que fazem parte países capitalistas, tais como a França. O reconhecimento da China por Paris é uma consagração da justeza desta linha política? Os dirigentes chineses nada dizem a este respeito.

Sem me pronunciar sobre a superficialidade ou a profundidade das divergências entre o Quai d'Orsay e o Departamento de Estado, nem sobre as suas causas reais ou aparentes, pessoalmente penso que incidentes como os do Gabão, onde os Estados Unidos quiseram fazer a França passar um mau bo-

cado, são bastante reveladores ... Sem nunca fazer concessões de princípio, Mao Tsé-tung propôs a formação duma frente unida o mais larga possível, com a participação de todas as pessoas amantes de paz do mundo inteiro, com todos os países e povos de todos os continentes «vítimas da agressão dos Estados Unidos, do seu controle, da sua intervenção e das suas humilhações», para derrotar «a política de agressão e de guerra de Washington».

O resultado mais evidente desta política é que, apesar dos gigantescos esforços dos Estados Unidos para isolar a China, cerca de cinquenta países estabeleceram relações diplomáticas com ela, e cento e vinte relações comerciais ou culturais. Que é feito, então, da agressividade e do belicismo da China?

Os Americanos taxaram a China de agressiva e belicosa desde a guerra da Coreia, por não os ter deixado engolir este país. Estes Chineses «belicosos» tinham, no entanto, esperado que a sua ajuda se tornasse indispensável, antes de se lançarem na luta. Naquela altura, tinham muito mais interesse em tratar da libertação da Formosa (Taiwan). E, até agora, em vez de usarem a força para solucionar uma questão em que os seus direitos são indiscutíveis, discutem o destino da Formosa (Taiwan) nas conversações sino-americanas de Varsóvia. Também há Hong Kong e Macau ... no decorrer destes últimos anos, esses Chineses «belicosos» resolveram, através de negociações pacíficas, os seus problemas fronteiriços com todos os vizinhos, menos com a Índia. No respeitante a esta última, que tem bulhas semelhantes com o Paquistão, nota que o governo de Nova Delhi ocupa 90 000 quilómetros quadrados dum território reclamado pela China, e cobiça mais 30 000 quilómetros quadrados desse território sob jurisdição chinesa. Ainda por cima, pôs como

condição prévia de quaisquer negociações, a retirada dos Chineses do território que estes controlam.

Que mais argumentos avançam para tentarem justificar a etiqueta de «belicosa» posta à China? Talvez a ajuda que dá aos movimentos de libertação nacional? Mas todos os países socialistas são a favor dessa ajuda, pelo menos teoricamente. Então talvez seja porque os Chineses não se limitam à teoria? Ou então porque preconizam a luta armada como forma ideal de luta para os movimentos de libertação nacional? Para proceder doutra maneira, tinha de deixar de se proclamar país socialista!

O essencial é que não fomenta, nem ajuda a fomentar, insurreições nem «golpes de Estado» em nenhum país. Se há um princípio que os dirigentes chineses respeitam escrupulosamente é o da não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e da autodeterminação dos povos.

Foi este princípio que, aquando dos acontecimentos de Argel de 19 de Junho de 1965, Pequim observou rigorosamente, ao reconhecer automaticamente o governo estabelecido pelo coronel Boumedienne. Tal como felicitou cortêsmente os sucessores de Khrutchev, sem que nutrisse qualquer ilusão a seu respeito.

Resta-nos a questão do Vietname. De novo, os Americanos querem fazer crer que os Chineses desempenham um papel que não é o seu: o de instigadores. Na realidade, a China contenta-se em apoiar Hanoi e a F. N. L., com todos os meios ao seu alcance, mas não arma em conselheira ou em crítica. Já reparaste que, geralmente, só enuncia a sua posição sobre uma questão que diz respeito ao Vietname depois de Hanoi ter dito a sua. Que não tem medo de ir para a guerra do Vietname, é certo. Tanto mais que a posição do Vietname é reforçada pelos acordos de Genebra, e que os Estados Unidos estão isolados no plano

diplomático, enquanto que a sua situação militar é muito mais precária do que na Coreia. Mas, uma vez mais, os Chineses esperam que os solicitem, antes de enviar os seus voluntários.

Em suma, quando se passam em revista — mesmo superficialmente — as diferentes «longas marchas» da China, na frente do campo cultural, económico e da política externa, compreendemos porque é que, nas margens do Potomac e, mais recentemente, nas margens do Volga também, agitam com tanto frenesim o espantinho do «perigo amarelo». Porque, aqui e ali, temem que, no tempo do Vietname, e principalmente da Ásia, o exemplo dum gigante que se levanta e avança, e que André Malraux, tranquilamente, propôs a toda a humanidade, seja demasiado contagioso.

Outubro de 1967

Não te posso falar da China sem dizer nada (ou tão pouco) acerca dum assunto cheio de actualidade: «a Revolução Cultural». Vou fazê-lo com reticências, pois tenho medo de me enganar sobre a orientação geral e o sentido exacto dos acontecimentos que se desencadearam, depois de me ter vindo embora de Pequim. Vou tentar analisar os documentos sobre a questão, que tenho à mão, à luz do contexto geral, que conheço um bocado.

O pretexto, aliás, é-me dado por um telegrama de 23 de Agosto, reproduzido na imprensa francesa, do correspondente da A. F. P. em Tóquio, Edouard Dillon. Este telegrama é bastante objectivo, e chegava a esta conclusão sobre a Revolução Cultural na China: «O destino da revolução não depende dos seus inimigos, mas dos seus filhos.» Depois de uma campanha, de mais de um ano, de obscurecimento do que se passa na China, é agora que a grande imprensa ocidental começa a deixar que passem alguns raios de luz. No entanto, estamos ainda longe de ver o termo das histórias e anedotas fantásticas. Os pseudo-sinólogos de Hong Kong lá estão para continuarem a sua obra maléfica. Depois deste telegrama, os delírios e as elucubra-

ções que emanam daquela colónia britânica voltaram a intoxicar-nos.

Como é que apareceu, por exemplo, há algumas semanas, a história das «centenas de enforcados» nas ruas de Cantão? É o mesmo correspondente da A.F.P. que, nas ondas da O.R.T.F., nos traz a solução do mistério. Tendo entrevistado o viajante que tinha trazido a notícia para Hong Kong, este declarou que só tinha visto um enforcado em Cantão. O seu guia-intérprete tinha-lhe explicado o seguinte: os prisioneiros de direito comum tinham conseguido fugir, aproveitando-se da participação dos seus guardas na Revolução Cultural; um dos prisioneiros tinha sido apanhado, e enforcado como exemplo. O resto é fácil de adivinhar. Os agentes americanos que pululam em Hong Kong introduziram estes «dados» nos seus computadores que, numa fracção de segundo, deram a resposta: centenas de enforcados nas ruas de Cantão.

E eu não estou a cair no fantástico. O artigo do sr. Alain Bouc no *Le Monde Diplomatique* (O Mundo Diplomático), de Agosto de 1967, é revelador dos métodos «científicos» que são empregues para arranjar informações sobre o que se passa na China continental. Com efeito, escreve: «...em Hong Kong, os escritórios das agências estrangeiras estão reduzidos a... calcular o volume das colheitas a partir das informações meteorológicas.» Por outras palavras, se a meteorologia anuncia, por exemplo, que há uma grande seca na província de Kuangtung, conclui-se imediatamente, em Hong Kong, que a colheita de arroz nessa província está em perigo. Ao mesmo tempo, por pouco que seja anunciado, que houve grandes inundações no centro do país, sai a sentença dos cérebros electrónicos: FOME NA CHINA. Tudo isto, evidentemente, sem ter em conta a crescente aptidão dos Chineses para ultrapassarem as dificuldades originadas pelas calamidades naturais. Porquê?

Porque estes informadores, admitindo a sua boa fé, continuam a ter intacta no seu espírito a imagem que tinham da antiga China e... da vizinha Índia. E depois, como é que os imperialistas podem admitir que os homens que tanto maltrataram levantaram a cabeça, e que tomaram em mãos os seus assuntos e conseguem dominar as forças da natureza. É gira a história de McNamara que, depois de cada sucesso da China, revê prudentemente os seus prognósticos conservadores sobre a sua elevação à categoria de potência nuclear. Nota que, no entanto, o maior profeta de catástrofes, Tchang Kai-chek, não se resolve a lançar o assalto ao continente, tantas vezes anunciado. Esta propaganda, a propaganda dos que não querem ver o que lhes desagrada, contamina todo o Ocidente. Enquanto não nos resignarmos a ver as coisas com olhos novos e com um espírito novo, e a saírmos do nosso cepticismo pedante, nunca poderemos compreender o que se passa nesse grande país.

Os acontecimentos que se estão a passar actualmente na China, estão previstos, codificados e explicados em numerosos textos chineses. Mesmo assim, cada vez que há um novo episódio ou peripécia, a nossa interpretação acerta ao lado. Quando se começaram a concentrar os ataques em Liu Chau-chi, e foram noticiados os choques, por vezes sangrentos, que tinha havido nas províncias, a imprensa ocidental disse que as coisas estavam a ir mais longe do que os dirigentes chineses tinham previsto inicialmente. No entanto, a frase utilizada para atacar o Chefe de Estado («os que estão em postos de direcção, mas se comprometeram na via capitalista»), já se encontra na cartilha da Revolução Cultural, quer dizer, na «Decisão do Comité Central do Partido Comunista da China» aprovada a 8 de Agosto de 1966. O mesmo se passa com os conflitos internos (o que no Oci-

dente chamam «a anarquia» e «o caos»): «Uma vez que a resistência é bastante forte, a luta terá fluxos e refluxos, e até repetidos refluxos. Esses fluxos e refluxos, no entanto, não são nada nocivos», pois que a via revolucionária «é tortuosa, e tem obstáculos». Já em 1957, Mao Tsé-tung escrevia: «Num grande país como o nosso, não há razão para nos alarmarmos se um pequeno número de pessoas causam perturbações; essas perturbações até nos deviam servir para nos desembaraçarmos da burocracia.» É curioso como esta passagem, e outras que vou citar mais adiante, que se adaptam tão bem à situação actual, tenham sido extraídas de «Sobre a Justa Solução das Contradições no Seio do Povo», discurso que Mao fez há dez anos. É a prova de que estamos perante velhas divergências ideológicas, que nasceram no Partido e amadureceram, desenvolveram-se e exacerbaram-se com o conflito sino-soviético. Ao que parece, Moscovo não hesitou em avançar os seus peões, em Pequim, à medida que esta se demarcava do revisionismo. Tens de perceber que a Revolução Cultural corresponde a uma concepção política e doutrinal, coerente e consequente. Segundo a equipa de Mao, a luta pelo poder na China ainda não terminou (por poder não devemos entender a dominação de tal ou tal pessoa, como se entende no Ocidente, e até na União Soviética, mas a de uma linha política). A luta de classes continua, e continuará, durante muito tempo, em regime socialista: conduzi-la com toda a clareza, tal é o objectivo da Revolução Cultural. A ideologia burguesa persistirá enquanto não se puder passar ao comunismo. Ora, segundo os Chineses, não se pode alcançar esta etapa num país isolado, enquanto que dois terços da humanidade ainda não se libertaram. Quer dizer que é uma luta de várias gerações. Staline cometera o erro de pro-

clamar o fim da luta de classes na União Soviética. Khrutchev aprofundou esse erro. Os opositores foram considerados como elementos isolados, inadaptados, rejeitados pela sociedade ou ainda como doentes mentais. A partir daí toda a repressão burocrática, severa ou adocicada, que exercem contra eles, está justificada. Assim, os grandes conflitos internos do país são resolvidos por autênticas revoluções de palácio, em circuito fechado. Na China, segundo os revolucionários, as contradições a que vai dar a luta de classes, são de dois tipos, e têm soluções consoante sejam entre os revolucionários e os seus inimigos de classe ou entre os próprios revolucionários. Com o inimigo de classe não se discute: tira-se-lhe o direito à palavra. Mas, com os camaradas que estão enganados de boa fé, que se comprometem numa direcção falsa, ou têm ideias erróneas, argumenta-se, discute-se pacientemente, recorre-se à «luta ideológica e não à luta violenta». Por isso não há «purgas» sangrentas no decorrer das numerosas lutas de tendências ou contra os desvios, que marcam a vida do Partido Comunista da China. No plano ideológico, nunca houve descanso, nem «estabilidade», na China. As campanhas de massas são constantes, de tal modo que a própria Revolução Cultural é a conclusão do Movimento de Educação Socialista, que começou em 1963.

Na origem da Revolução Cultural, está o confronto de duas linhas claramente marcadas: a linha maoísta e a linha economista, que retomava as críticas da União Soviética aos Chineses, nomeadamente contra o Grande Salto em Frente e as comunas populares. Os chefes de fila desta última linha, ocupavam postos-chave, que lhes teriam permitido inverter a marcha no momento oportuno. A publicação, no **Pékin Information** (Pequim Informação), de 21 de Agosto de 1967, da deci-

são tomada contra o marechal Peng Teh-houai, em 1959, permite-nos ir, com um mínimo de erro possível, à génese da luta actual.

Nesse documento, ficamos a saber que Peng Teh-houai e os seus partidários, todos bem colocados, tinham formulado um autêntico programa político baseado no economismo. Se bem que tivessem sido demitidos da maioria dos postos que ocupavam, o marechal e os seus amigos, conforme a tradição que já te assinalei, tinham continuado no Comité Central, e até no Bureau Político, e não se davam por vencidos. Pelo contrário, provavelmente recrutavam novos partidários. Porque, em 1961, foi um intelectual, que não era membro do Partido, Wou Han, vice-presidente do município de Pequim, quem levou à cena uma ópera intitulada: «A destituição de Hai Jouei.» A coberto dum velho tema histórico, Wou Han preconizava, na realidade, a reabilitação de Peng Teh-houai, encorajando o seu personagem «a não se submeter», a «lançar de novo a empresa depois de ter falhado», proclamando que «chegaria o dia em que, reintegrado nas suas funções, regeneraria o regime». É aqui que volta a aparecer um velho conhecido, o inevitável Tchu Yang, desta vez ao lado de personagens tão importantes como Peng Teh-houai e Lu Ting-yi, a elogiar a peça. É nestas circunstâncias que, no decorrer duma reunião alargada do Comité Central, em Janeiro de 1962, o próprio Liu Chau-chi tomou o partido de Peng Teh-houai e do seu programa, que considerou «conforme aos factos, em muitos pontos». Encorajado, o interessado apresenta um volumoso dossier de oitenta mil caracteres para se reabilitar. O caso era importante: Peng Teh-houai era conhecido como o favorito dos Soviéticos. Tinha conseguido juntar à sua volta toda uma corte, incluindo homens de pena e de espada, homens do governo e do aparelho (do Partido).

Agora compreendo por que razão a «Nova China», nestes últimos tempos, assinalava constantemente que «agitam a bandeira vermelha para lutar contra a bandeira vermelha, invocam o pensamento de Mao Tsé-tung para lutar contra o pensamento de Mao Tsé-tung». O que se passou entre 1962 e 1965, não sei. Mas é evidente que as coisas não ficaram por aí, uma vez que, no segundo semestre de 1965, Mao teve de fazer, pessoalmente, a crítica da peça. O **Pékin Information** que nos dá esta informação, refere o que o presidente do P.C.C. disse na altura: «Na 'Destituição de Hai Jouei', o ponto crucial é a 'destituição'. O imperador Kai Tsing destituiu Hai Jouei. Em 1965, destituímos Peng Teh-houai que também é um 'Hai Jouei'.»

Estes antecedentes sobre o caso da peça de Wou Han que o semanário chinês nos fornece, esclarecem os dados posteriores que já possuímos. A saber: a primeira crítica publicada na imprensa contra a ópera foi publicada por um jornal de Changai, em 10 de Novembro de 1965. Estava assinada por Yau Wen-yuan, que, mais tarde, virá a ser membro do Comité Nacional da Revolução Cultural. Só em 20 de Novembro é que o artigo é reproduzido no Quotidiano do Povo, de Pequim, órgão do Comité Central do Partido, supervisionado pelo comité municipal do Partido na capital, cujo secretário é Peng Chen. A acusação menos grave que lhe fizeram foi ter feito tudo para, primeiro, abafar o debate, e depois, minimizá-lo e circunscrevê-lo aos apertados limites duma querela de intelectuais sobre a concepção dum «drama histórico». Mesmo depois da destituição de Peng Chen como presidente do município, o debate não se ampliou imediatamente; mas soube-se então que um pequeno círculo de privilegiados andavam à boa vida à sombra dele, que, por exemplo, havia artistas que recebiam ordenados fabulosos.

O debate arrastou-se na imprensa até Maio de 1966, sem suscitar grande interesse, quando, em 25 de Maio, apareceram os primeiros cartazes nas paredes da Universidade de Pequim: mas, mais uma vez, só estavam assinados por sete professores da Faculdade de Filosofia. «Certamente, assinala Marianne Bastid, de cujo artigo, publicado na *Politique Etrangère* (Política Estrangeira) (n.º 1, 1967), me servi bastante em toda esta passagem, uma facção política queria alargar o debate, enquanto que a outra o queria restringir. A facção que o queria alargar é a de Mao.» É assim que, desde 18 de Abril, acentua ela, o *Jornal do Exército de Libertação*, tinha lançado a expressão: «a Grande Revolução Cultural Socialista». (Não te esqueças que o Ministro da Defesa é Lin Piao.) Mas, para as massas entrarem na luta, foi preciso esperar que o próprio Mao escrevesse o seu jornal mural, em 5 de Agosto de 1966.

A Revolução Cultural foi desencadeada, conscientemente, para eliminar do Partido a escória, e extirpar, duma vez para sempre, da sociedade chinesa, «as velhas ideias, os velhos hábitos e costumes, a velha cultura». Mao deu carta branca às massas para que criticassem tudo e toda a gente, sem reservas. Puderam denunciar à vontade por meio de cartazes, artigos e manifestações, todos os quadros e funcionários com posições incorrectas, sem excepção, bem como tudo o que não estava conforme à actual etapa da revolução. Até então, neste tipo de situações, as decisões eram tomadas pela cúpula, e as massas limitavam-se a ratificá-las. Agora, pelo contrário, pedem-lhes que decidam, que estimulem os quadros e até que renovem o Partido antes das instâncias superiores tomarem as decisões. Porquê? Porque os direitistas, afastados, cairão definitivamente no descrédito, e estarão politicamente mortos, uma vez que as massas tenham arriscado

tudo para aprovar a linha revolucionária. Com efeito, a experiência de todas as revoluções ensina que não se matam as ideias matando os homens que as veiculam. E depois Mao precisa: «Lutar contra as ideias erróneas, é, de certo modo, como apanhar uma vacina: graças à acção da vacina, a imunidade do organismo é fortalecida. As plantas de estufa não podem ser robustas.»

Vais-me perguntar: «Mas se as massas gozam de tanta liberdade, como se explica que não tenha passado pela cabeça de ninguém atacar também Mao?» Pergunta justa e pertinente, pois não lhes podiam dizer: «Critiquem isto, mas não critiquem aquilo; critiquem fulano, mas não critiquem sicrano.» Não foste o primeiro a pensar nisso. Anna Louise Strong fez a mesma pergunta aos guardas vermelhos de Pequim, que lhe responderam mais ou menos isto: «Entre nós há quem gostasse de o fazer, mas são tão poucos que corriam o risco de ficar cortados às costas.» Evidentemente, a situação não é igual em todo o país. Há regiões que eram, ou ainda são, bem controladas pelos partidários da linha revisionista. Mas, mesmo aí, os quadros não atacam de frente a linha revolucionária. Recorrem a manobras de corrupção, lançam boatos falsos, fazem passar maoístas por contra-revolucionários e vice-versa. Na maioria dos casos, o principal obstáculo à revolução é a timidez de certos responsáveis que «se agarram aos velhos regulamentos» ou o medo que outros dirigentes têm de serem apanhados em falta pelas massas. Estes diferentes comportamentos também estavam previstos na «Decisão» de 8 de Agosto de 1966.

Estaremos a assistir a uma encenação, minuciosamente preparada, que se passa segundo um plano pre-estabelecido? Não, porque se a revolução fosse controlada nos bastidores, não havia a lamentar os maus tratos corporais, nem homens mortos, uma vez que

isso é contrário às instruções precisas dos dirigentes e às concepções do próprio Mao, como o testemunha Marianne Bastid, professora de história que esteve dois anos em Pequim (1964-1966). No relatório da Revolução Cultural que fez na revista que citei, em que não toma partido a favor do regime chinês, escreve: «Todas as cambiantes de opinião existem, a sua predominância sucessiva explica o desenvolvimento acidentado duma Revolução Cultural que, finalmente, é bastante lógica, mas que, sem dúvida, não é, de facto, efeito dum plano preconcebido, mas da utilização hábil do acaso e das circunstâncias a favor duma ideia mestra.» Na minha opinião, a coesão do que se passa na China actualmente é assegurada pela personalidade de Mao que, rodeado por uma equipa de revolucionários, constitui o elemento unificador e director para além do governo e do Partido, cujo «aparelho» pouco lhe interessa controlar.

Estou com ar de te querer impingir que Mao faz tudo o que escreve ou diz, aplica todos os princípios e teses que defende. Sei que tal afirmação vai contra uma certa maneira de pensar cartesiana, «cientista», que consiste em duvidar de tudo. Sobretudo quando se trata de homens políticos que, nos nossos países, fazem o contrário daquilo que dizem e que nos habituaram às suas piruetas, ao maquiavelismo e intrigas tenebrosas. Pois bem, meu caro, correndo o risco de te decepcionar, devo-te confessar que é precisamente isso que quero dizer. Na minha opinião, é por isso que Mao é respeitado e venerado pelos revolucionários chineses e estrangeiros. Quanto a mim, acho extraordinário que um homem de Estado que exerce o poder desde há dezoito anos, continue a defender que «temos sempre razão em nos revoltarmos» e se ponha, efectivamente, à cabeça da revolta. É fino da parte de alguns jornalistas ocidentais ridicularizarem a insistência com que, na China, atribuem todos os

sucessos e realizações ao «pensamento de Mao Tsé-tung». É que encontramos neste Lenine contemporâneo, além dum génio marxista que desenvolveu prodigiosamente a doutrina, os princípios fundamentais duma vida espartana de devoção total ao bem colectivo, os preceitos que recomendam o esforço, a tenacidade, a perseverança, a fé e um ideal elevado. Os não-revolucionários ocidentais ficam um bocado cépticos quando lhes dizem que um cirurgião, por exemplo, conseguiu suturar uma mão totalmente seccionada, graças à assimilação e aplicação do pensamento de Mao Tsé-tung. A primeira reacção é perguntar se o cirurgião aprendeu o seu ofício nos escritos de Mao, ou se encontrou lá alguma receita para a operação. No entanto, se interrogarmos o tal cirurgião, ele indicará as passagens que leu das obras do dirigente chinês, que lhe ensinaram a sair dos caminhos conhecidos e em ter confiança nas próprias forças, nas próprias capacidades, para enfrentar todas as dificuldades. Penso que foi Mao quem falou em «ousar pensar», «ousar agir», «ousar vencer». Não será, realmente, preciso audácia para pensar em problemas já resolvidos, ou que o podem ser por outros, agir por si próprio, correndo o risco de se enganar, e alcançar a vitória na ocasião óptima? Claro, vais-me dizer que, em todo o mundo, cientistas que nunca leram o raio duma linha dos textos de Mao todos os dias realizam novas proezas. Mas são inspirados ou levados por outros estímulos, por outros motivos, como a sede de glória, ou o bem-estar material. Preocupações que não são o motor principal que anima o «homem novo», na China, para se ultrapassar a si próprio. E depois, será assim tão mau que se procure multiplicar o número dos que fazem grandes coisas e dar-lhes os motivos mais nobres para as fazerem?

Ainda me vais responder: «Mas Mao Tsé-tung não disse nada que outros não tenham dito antes dele, doutra maneira, nem fez nada que outros não tenham feito, em circunstâncias análogas. Ele não se inspirou tanto nos velhos estrategas chineses da antiguidade, por exemplo?» Se bem que isto ainda esteja por provar, admito. Mas Mao não és tu nem sou eu. O que ele faz, diz ou escreve, é apoiado pelo prestígio e auréola do dirigente que tem atrás de si quarenta e cinco anos de vitórias estrondosas. É o dirigente que fez do país mais populoso da terra o que ele é actualmente, elevando ao nível da teoria a sua experiência prática de todos os dias, e verificando na prática o fruto das suas meditações. Não há dúvida que surgirão outros Mao Tsé-tung no futuro, na China e noutros sítios. Cada época, cada situação histórica dada produzirão homens da sua estatura. Por agora, é ele que existe. Nem tu nem eu podemos nada contra isso.

A prova de que o Mao que estás a ver não é um quadro de organização, está não só nas dificuldades que teve para mobilizar as massas contra os defensores da linha revisionista, mas também em certos aspectos da política externa chinesa. Deste modo, os comunistas birmaneses, que conduzem uma luta armada há vinte anos, nunca tinham tido o firme apoio de Pequim porque Liu Chau-chi sempre tinha preferido entender-se com Rangun. Eu próprio tive uma pequena experiência pessoal, em Tóquio, no Verão de 1964. Nessa altura, tive a impressão que o P.C. japonês jogava a fundo na legalidade burguesa, preocupando-se muito mais com o prestígio do seu órgão, o *Akahata*, do que em levar as massas japonesas para a luta prática. Sente-se, quando um P.C. dá mais importância à fachada e à burocracia do que à luta revolucionária. Essa impressão tornou-se numa convicção no ano seguinte quando vi Sanzo Nosaka jogar todo

o prestígio do Partido, de que era presidente, numa aventura eleitoral. A operação saíu-lhe bem e rapidamente caiu no revisionismo, tentando aumentar o Partido em detrimento da sua combatividade. Pergunto a mim mesmo se não terá encontrado em Pequim, na «banda negra», ouvidos simpatizantes... A eliminação da oposição de direita na China terá decerto como efeito modificar alguns aspectos da política externa chinesa.

Podes-te interrogar sobre o facto de que essa luta, apesar de não ser anárquica, não terá como efeito enfraquecer o regime. Não podemos dizer que o faça, politicamente, pois «imuniza» as massas. A coligação dos opositores com os dirigentes soviéticos é-lhes funesta: os Chineses não vão esquecer, tão cedo, fora de qualquer consideração ideológica, os insultos de Khrutchev, retomados pela actual *troika*. Peng Teh-houai e os seus amigos podem ser considerados como traidores, numa altura em que os dirigentes soviéticos acabaram por considerar a China como o inimigo número um. O encontro de Glassboro, bem como outros recuos soviéticos no mundo, como muito bem o demonstrou o correspondente de *Réforme* (Reforma) em Washington, provam que o objectivo principal de Moscovo, actualmente, é levar a um confronto sino-americano. No plano militar, não pode haver enfraquecimento do regime. Pelas mesmas razões que fizeram a força militar da revolução francesa e da revolução de Outubro na Rússia. Os sábios que fazem investigações nucleares foram perturbados? Mao pensava sem dúvida neles quando, sempre em 1957, escrevia a propósito dos intelectuais: «Na realidade, haverá necessariamente pessoas que, no seu íntimo, nunca quererão aceitar o marxismo-leninismo e o comunismo. Não devemos ser demasiado exigentes com elas; enquanto se submeterem às exigências do Es-

tado e tiverem actividades honestas, devemos dar-lhes a possibilidade de fazerem um trabalho apropriado.» E esses sábios não participam num dos três movimentos que caracterizam a etapa actual do socialismo na China: a experimentação científica? Quanto aos sucessos económicos, são convincentes, pois nem mesmo os «especialistas» de Hong Kong os negam (ver *Le Monde Diplomatique* de Agosto de 1967). Há dezoito anos que os Chineses se habituaram a conduzir simultaneamente a luta de classes e a luta pela produção que estão, para eles, intimamente ligadas, uma vez que constituem os outros dois movimentos que lá caracterizam a actual etapa do socialismo.

Em *Le Nouveau Candide* (O Novo Candido), de 21 de Agosto de 1967, Richard Lowenthal pergunta se o sucessor de Mao não se desviará da linha. Antes da Revolução Cultural, muitos dos chamados «pró-chineses» temiam-no, e a ameaça era mais eminente do que se pensava. Enquanto que, agora, o risco é quase inexistente. A Revolução Cultural vai-se institucionalizar, duma ou doutra maneira (a «Tripla Aliança», bem como a «Grande Aliança» estão em formação por todo o país), para permitir que as massas vigilantes exerçam um controle permanente sobre o Partido e os dirigentes. Já não depende de ninguém parar a «revolução ininterrupta», na qual nada é estático, nem definitivamente adquirido.

Ainda precisava de te falar de muitas coisas a respeito da China. Pelo menos, precisava de te falar sobre o Exército Popular de Libertação, viveiro de quadros revolucionários e administrativos. Confesso, no entanto, que não sei o suficiente sobre o assunto para o abordar. Contento-me em dar-te uma ideia com a reprodução duma passagem dum editorial do *Jornal do Exército*, que fixa as ta-

refas deste para o ano corrente: «O Exército Popular de Libertação deve ser uma grande escola. Além das suas actividades militares, tem de ser capaz de levar a cabo outros trabalhos. Deve ser uma grande escola, em que nos formemos nos planos político, militar e cultural. Além disso, deve estar preparado, a todo o momento, para participar nas lutas da Revolução Cultural, para criticar a burguesia, deve ligar as actividades militares com o estudo, a produção agrícola e industrial com o trabalho no seio das massas.»

O chefe da secção francesa da «Nova China» — pelo menos, o que lá estava até 1965 —, foi formado pelo exército. Tinha-se alistado aos 12 anos, analfabeto. Ao mesmo tempo que participava nas campanhas militares de antes da Libertação, fez todos os seus estudos. Hoje, é um tradutor-intérprete sem igual. Trabalha com entusiasmo e eficácia. Contudo, por causa duma operação em consequência dum ferimento de guerra, só tem metade do estômago.

Finalmente, vou recorrer de novo a fórmulas-chave para salientar os princípios directores que guiam o Exército Popular de Libertação nas suas actividades:

1.º Perpetuar as «quatro prioridades»: prioridade do homem sobre o material, do trabalho político nas relações com as outras actividades, do trabalho ideológico sobre os outros aspectos do trabalho político, das ideias vivas sobre as ideias livrescas no trabalho ideológico.

2.º Cumprir com honra o estilo de trabalho chamado dos «três-oito»: formulação chinesa que tem três pontos e oito caracteres; os três pontos enunciam-se deste modo: aplicar firmemente a orientação política correcta, manter um estilo de trabalho assíduo e simples, mostrar agilidade na estratégia e na tática.

tica; quanto aos oito caracteres, significam: unidade, dinamismo, seriedade e entusiasmo.

3.º Desenvolver as «três democracias», a saber: democracia no campo político, económico e militar.

4.º Desenvolver o movimento das companhias com «quatro méritos». As companhias com «quatro méritos» são as que sobressaem nos seguintes quatro campos: trabalho político e ideológico, estilo de trabalho dito dos «três-oito», actividades militares, organização da vida quotidiana.

Também tinha de te falar dos estudantes, dos operários, dos camponeses, da sua vida. «A memória e o coração» não bastam para suprir a carência de dados que não tenho. Mas vou-te contar como, a partir de um erro de interpretação, soube, pouco depois da minha chegada a Pequim, com que linhas se cosem os revolucionários chineses. Com efeito, na colónia estrangeira, circulava então esta história. Uma Latino-Americana tinha ido fazer o exame da ordem, quando veio para o hotel da Amizade, acompanhada pelo intérprete espanhol. Esta, em dado momento, disse-lhe: «**Saque el idioma**», em vez de: «**Saque la lengua**», parecendo ignorar a diferença entre estas duas palavras. Então, perante a confusão, contou a sua história. Tinha passado anos no Instituto de Línguas Estrangeiras para aprender russo. No dia em que recebeu o diploma de intérprete de russo, os peritos soviéticos foram chamados de volta ao seu país. No dia seguinte, inscreveu-se no curso de espanhol. Assim, continuava os seus estudos à noite, e trabalhava durante o dia, pois havia falta de intérpretes de espanhol. Estavas ao corrente das consequências desastrosas da partida dos peritos soviéticos na economia chinesa (levaram os planos, as fábricas ficaram paralisadas, as máquinas sem peças sobresselentes e sem operários especializados para as porem

a funcionar, etc.). Mas tenho a certeza que ignoravas este aspecto secundário.

Sem mais comentários...

Nota : **Saque el idioma** : Ponha o idioma de fora; **Saque la lengua**: Ponha a língua de fora. (N.T.).

Outubro de 1967

Agora que já tentei, com os meus fracos meios, saciar a tua curiosidade sobre a China, vou voltar ao problema que tanto tomamos a peito, um como o outro: o fidelismo e a América Latina. Na minha primeira carta dizia-te que, por não atacar a cabeça (entenda-se o Partido Comunista da União Soviética), Fidel Castro não foi ao fundo do problema na sua polémica com o Partido Comunista Venezuelano. Não só não o fez, como também, ao contrário do que pretendes, não «pôs Soviéticos e Chineses no mesmo saco, condenou o seu palavreado inútil, para se empenhar na única via que conduz à acção». Para te convencer do que, para mim, é evidente, convidote a observares um pouco as relações entre Havana e Pequim, graças aos elementos de informação de que disponho, passando por uma rápida análise da revolução cubana para acabar num estudo crítico do livro de Régis Debray que parece ter-te entusiasmado tanto.

O que é que se passou entre Pequim e Havana? Até Janeiro de 1967, data da publicação de *«Révolution dans la Révolution»* (Revolução na Revolução) de Régis Debray, as pessoas perdiam-se em conjecturas sem poderem chegar a conclusões seguras sobre a situação. Em Dezembro de 1963, quando saí de Havana, prevalecia a opinião, nos meios

que escapavam à influência soviética, de que «Cuba tinha o coração em Pequim e o estômago em Moscovo». Esta afirmação simplista e terra a terra não podia satisfazer os revolucionários sinceros que, fiéis às posições de princípio, recusavam, e continuam a recusar, pôr os seus ideais na balança com o instinto alimentar. Como era possível acreditar que dirigentes, que tinham manifestado um sentido tão profundo e tão agudo da dignidade do seu povo, pudessem, por interesses deste género, pôr em questão o próprio futuro da revolução? Continuávamos a estar convencidos que Fidel Castro, em quem tínhamos uma confiança ilimitada, ia esclarecer as coisas. Na minha opinião, bastava que o dirigente supremo da revolução cubana fizesse uma viagem à China para que tudo se esclarecesse. O Primeiro ministro cubano já tinha feito uma longa estadia na U.R.S.S., na Primavera de 1963. Pensava que, para provar a sua efectiva neutralidade, que diziam ser a sua linha política, Cuba devia manter o equilíbrio entre Moscovo e Pequim. Deste modo, quando, em princípios de 1964, soube que Fidel Castro tinha voltado à U.R.S.S., pensei que vinha até Pequim. Como toda a gente sabe, nada disso se passou.

Em Julho de 1964, um pastor protestante cubano representava o seu país na Décima Conferência Mundial contra as bombas A e H. Nessa conferência, que era, como todos os anos, em Tóquio, por ocasião do aniversário do bombardeamento atómico de Hiroshima e Nagasaki, afrontaram-se, vivamente, as teses dos revisionistas e as dos marxistas-leninistas. Muitos revolucionários, anti-imperialistas, e até progressistas não marxistas, adoptaram as teses anti-revisionistas. O que, para si, era fácil, pois tratava-se, praticamente, de condenar o cisionismo dos Soviéticos. Em que é que consistia esse cisionismo?

Não te posso fazer uma exposição completa sobre a génese do problema. Vou-te só dizer que no ano precedente, em 1963, na Nonna Conferência, os Soviéticos tinham querido que plebiscitassem o acordo tripartido sobre a proibição parcial dos ensaios nucleares. Não o conseguiram, de modo que tinham arranjado maneira de que elementos de direita do GENSUIKYO fizessem, em 1964, à margem desta organização, uma conferência separada, cujo objectivo principal era aprovar o dito acordo. A delegação soviética à Décima Conferência, acompanhada por algumas delegações fantoches, tinha manifestado a intenção de assistir às duas conferências. Evidentemente que os dirigentes do GENSUIKYO, bem como a quase totalidade dos seus convidados, não podia tolerar um comportamento deste tipo. Depois de longos e tempestuosos debates, a delegação soviética, seguida pelos seus fantoches, foi obrigada a retirar-se da conferência depois duma moção que condenava qualquer participação na conferência separatista dos direitistas.

Não só o representante cubano tinha votado a favor de todas as resoluções que condenavam os cisionistas, como tinha desempenhado um papel particularmente activo, enquanto presidente eleito da conferência. A embaixada cubana em Tóquio tinha organizado uma recepção íntima para todos os delegados latino-americanos, com uma excepção: o que tinha tomado o partido dos cisionistas. Nota que, para acabar, a maioria dos delegados latino-americanos residiam em Cuba, e tinham chegado directamente de Havana.

As coisas iam bem demais. Pouco antes do fim da conferência, o pastor cubano foi chamado, com urgência, a Havana, enquanto que o delegado do Equador desaparecia. Claro, não sei exactamente o que se passou, mas não é difícil de adivinhar. Muitos outros, antes e

depois do pastor, enganaram-se sobre o que se passava em Cuba a «alto nível», sobre as verdadeiras intenções dos dirigentes soviéticos, sobre a sua aptidão para exercerem pressões e sobre a capacidade duns e doutros para lhes resistirem. O próprio Che Guevara, de passagem em Pequim, não declarou que Cuba não assistiria à conferência dos partidos comunistas, que se ia reunir a 1 de Março em Moscovo, pela simples razão que não haveria conferência. Soubeste?

Tornava-se claro, portanto, que Fidel Castro estava embaraçado e cada vez resistia menos às pressões soviéticas. Já em Dezembro de 1963, pediam nos escritórios da agência «Nova China» de Havana para reduzirem drasticamente a circulação do seu boletim quotidiano de notícias, e só o distribuírem aos organismos de Estado. Não temos conhecimento de que tivessem feito qualquer pedido semelhante à agência «Tass», uma vez que os seus volumosos boletins continuavam a inundar o meu centro de trabalho em Cuba. Ora isto passava-se na época em que a polémica estava mais acesa e em que, segundo as directrizes de «neutralidade» vindas de cima, só alguns iniciados podiam tomar conhecimento das teses de uns e doutros através da leitura conjugada da «Tass» e da «Nova China»...

Alguns dias antes da minha partida para a China, tive uma entrevista com o director da agência de imprensa cubana «Prensa Latina», Jose Filipe Carneado. Informou-me que o escritório de «Prensa Latina» em Praga, centro da agência para toda a Europa, utilizava material posto à sua disposição pela «Nova China». Afirmou-me que a sua instituição era devedora dos Chineses e que o menos que podia fazer, em sinal de reciprocidade, era abrir uma agência em Pequim. Para comigo, pensei em duas coisas: por um lado, a abertura de um escritório da «Prensa Latina»,

em Pequim, contrabalança o de Moscovo; por outro lado, os telegramas que os jornalistas cubanos enviarem de Pequim serão publicados em Havana. Com efeito, os jornais cubanos muito raramente reproduziam as notícias da «Nova China», a pretexto de terem falta de interesse e estarem redigidas num estilo indigesto. Como, se calhar, sabes, ainda não abriu nenhum escritório da «Prensa Latina» em Pequim.

Quando Fidel Castro acusou os Chineses de terem mandado distribuir material de propaganda aos membros das Forças Armadas Cubanas, penso que a sua acusação era justificada. Com efeito, não é impensável que os Chineses quisessem levar os dirigentes cubanos não a definirem-se — já o tinham suficientemente feito — mas a deixarem de proclamar uma neutralidade fictícia. Pelo pouco que sei, acho que posso afirmar que o litígio político sino-cubano já se tinha agravado há muito tempo. Por exemplo, na Primavera de 1965, Raul Castro, segunda personalidade do Partido e do governo cubano, declarava, num discurso, que o imperialismo americano não era nada um tigre de papel. Era uma refutação evidente da tese de Mao. É verdade que, alguns dias depois, Fidel, noutro discurso, tentava, sem convicção, dar um cambiante a esta posição. Noutra altura, o dirigente cubano, disse como lamentava que o seu país não tivesse fronteiras comuns com o Vietname, porque, se tivesse, de certeza que o exército cubano estava a combater em território vietnamita. Ninguém ignora que a China é a única potência do campo socialista que tem uma fronteira comum com o Vietname, e que os revisionistas andavam a espalhar por todo o lado que o apoio dos Chineses à causa vietnamita era puramente platónico. Sobre isto, queria que notasses que, até agora, os Chineses nunca usaram a ajuda que dão ao Vietname como tema de propaganda, revelando-a à opi-

nião mundial, como o fazem os Soviéticos. Dir-me-ás o que quiseses, mas não concepções opostas da solidariedade socialista. Nas duas conferências que houve em Hanói, uma em Dezembro de 1964, outra em Julho de 1965, os delegados da Europa de Leste sublinharam demoradamente a ajuda material que davam aos Vietnamitas. Só pela voz destes últimos é que se soube o montante e a natureza da ajuda chinesa, que era muito maior.

Ainda noutra ocasião, em 1965, Fidel não perdeu tempo a tomar a posição oposta à dum opinião de Tchen Yi, sem ter aprofundado o seu sentido. O vice-Primeiro ministro chinês criticava o conceito de «país subdesenvolvido» ou «em vias de desenvolvimento». Na sua opinião, os países ditos subdesenvolvidos não o são na verdade, porque é lá que estão reunidas as melhores condições políticas para uma revolução. Fidel replicava que não havia que ter vergonha do subdesenvolvimento, dado que o responsável é o imperialismo. Noutros termos, o dirigente chinês colocava-se no plano político: sabes que, em Pequim, a noção de «Terceiro Mundo» foi substituída pela de «zona das tempestades»; enquanto que o dirigente cubano, por seu lado, preferia focar apenas o aspecto económico do conceito de subdesenvolvimento. No plano social, nem sempre são desenvolvidos os que pensam que o são: pensa nas dificuldades que, até agora, os progressistas dos países ditos avançados têm encontrado, na França e na Itália, para imporem práticas tão sãs e tão banais como a contracepção e o aborto cirúrgico.

Portanto, deste modo, os dirigentes cubanos seguiam, em todos os campos, uma linha pró-soviética, e tinham uma política anti-chinesa, ao mesmo tempo que teimavam em proclamar uma neutralidade de fachada. Não estou em situação de apreciar as acusações de ingerência que Fidel Castro fez aos Chineses.

No entanto, uma coisa é certa: era preciso re-bentar o abcesso.

Já estou a ouvir as tuas objecções. Porque é que se havia de rebentar o abcesso cubano quando os Chineses mostravam, e continuam a mostrar, uma compreensão singular pelos governos da «zona das tempestades», cuja política consiste em brincar às «putas» (como Nasser), em apostarem em todos os quadros, arranjar dinheiro em todos os campos, tirarem proveito dos antagonismos entre Pequim, Moscovo e Washington? Porque a diferença fundamental entre esses governos e o de Havana é que os outros não se reclamam do marxismo-leninismo. Mais, não tencionam — nem podiam tencionar — desempenhar um papel ideológico preponderante no movimento comunista e operário internacional.

Estás a repetir aquela reacção sentimental, que conheço muito bem, e que consiste em dizer: «Dum pequeno país como Cuba, não se pode exigir mais do que o que fez, e continua a fazer. Até fez mais do que poderíamos esperar.» Acredita que não estou a pintar o quadro muito negro. Não quero mostrar que os dirigentes cubanos são perversos ou hipócritas. Estou só a tentar compreender, e que tu compreendas, através de que circunstâncias, com uma linha pequeno-burguesa em política interna, acabaram por guardar o «gulash» para si próprios, ao mesmo tempo que aumentavam o «revolucionarismo» verbal no exterior. Porquê, e sob pressão de que duras realidades, viraram as costas à América Latina? Com efeito, depois de, no princípio, terem combatido as direcções dos partidos comunistas revisionistas, bruscamente, cobriram-nas com um manto revolucionário, que agora lhes tentam tirar.

Muitos esquecem, no mundo, que a revolução cubana, no princípio, não suscitou uma desconfiança geral na América Latina. É preciso saber, pelo contrário, que patriotas sin-

ceros, burgueses liberais ou anti-imperialistas, num continente em que os Estados Unidos mantinham as suas forças repressivas, eram sensíveis ao facto de Washington atacar com toda a força a libertação de Cuba, desde os primeiros dias de 1959. Notavam os protestos indignados da imprensa americana provocados pelo julgamento dos criminosos de guerra da ditadura de Batista. Assinalavam a impopularidade que medidas tão tímidas como a diminuição do preço das rendas e do telefone, a integração racial nos centros de recreio, o encerramento das casas de jogo e da maioria dos bordéis tinham entre os ianques... Lembra-te da histeria anti-catrística com que os Estados Unidos acolheram a primeira reforma agrária, de 16 de Maio de 1957. Imagina: tocarem na propriedade das grandes companhias americanas e dos latifundiários crioulos, e só lhes deixarem 400 hectares de terras. Estas medidas, e muitas outras, não intimidavam as burguesias nacionais, nos países da América Latina em que constituem uma força política mais ou menos independente. Se, na conferência latino-americana da Costa Rica, em 1960, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Bettancourt, Luis Arcaya, preferiu demitir-se a votar contra Cuba, é porque, no seu país, o apoio à revolução cubana não era só da esquerda. Portanto, até 1960, a revolução cubana teve um apoio muito grande na América Latina, o que tinha uma importância primordial para os dirigentes de Havana.

As coisas mudaram quando, dada a lógica interna da revolução, e as ameaças que pesavam sobre ela, os dirigentes cubanos tiveram de ir para a frente e aprofundar cada vez mais a sua escolha política. A «burguesia nacional» cubana não podia, de modo nenhum, assegurar o andamento da economia do país, nem constituir força capaz de fazer face às manobras da burguesia compradora e ao seu

apoio externo. Logo que a revolução triunfou, a pequena burguesia cubana, relativamente importante para um país subdesenvolvido, tinha subido em massa para o combóio da vitória. Teria feito a mesma coisa se fosse a contra-revolução que viesse a triunfar mais tarde. A revolução, duramente defendida pelos seus promotores, particularmente o proletariado rural, tinha à perna os seus inimigos de classe e era espreitada por adversários potenciais (nomeadamente a aristocracia operária), e, para se aguentar, tinha de ultrapassar, e depressa, um ponto do qual não se pudesse fazer marcha atrás. Com quem é que podia contar?

A equipa dirigente que tinha consciência dos imperativos da hora, que personificava as aspirações das camadas mais exploradas da população e tinha a confiança absoluta das massas populares, reduzia-se a um trio. À sua volta tinham-se aglomerado, muito mais por dedicação pessoal do que por convicção política, a grande maioria dos companheiros de armas da época insurreccional. Enquanto que as traições se multiplicavam no seio do «Movimento do 26 de Julho» — organização cuja predominância era nitidamente pequeno-burguesa — os únicos quadros que se mostravam firmes, leais e eficazes eram os do Partido Socialista Popular. A substituição no poder dos membros do «26 de Julho» pelos do P. S. P. foi feita num ritmo tão acelerado que, na Primavera de 1960, Carlos Rafael Rodríguez já me podia dizer: «Cuba já não esconde o seu jogo face ao imperialismo americano.» No entanto, pouco tempo antes, num enorme cartaz, afixado pelo «26 de Julho» em Guantanamo, lia-se: «Nem capitalismo, nem comunismo — Humanismo»... Muitos quadros não compreenderam o que se estava a passar, mesmo depois de Fidel ter proclamado, em 16 de Abril de 1961,

na véspera da invasão da baía dos Porcos, o carácter socialista da revolução.

Foi justamente na altura dessa aventura contra-revolucionária que se aperceberam da mudança. Com efeito, foi a organização edificada por Aníbal Escalante, secretário de organização do P. S. P., que paralisou a tempo os contra-revolucionários do interior e impediu que apoiassem os invasores através de sabotagens e levantamentos. Tinha recrutado sistematicamente todos os antigos membros expulsos e demissionários do P. S. P., enquanto que, oficialmente, (mesmo antes de se fundir nas Organizações Revolucionárias Integradas), o Partido não aceitava novas candidaturas. Menos de um ano depois de Playa Giron, Fidel denunciava o sectarismo de Escalante e, com ele, foram demitidos os homens que tinha colocado em pontos estratégicos, como para um eventual golpe de Estado.

Nestas circunstâncias, era urgente formar novos quadros para apoiar a revolução: até era o problema número um da equipa dirigente. Por isso, foram criadas muitas escolas de instrução revolucionária e, sobretudo, foram enviados, em massa, jovens para fazerem os seus estudos nos países socialistas. Na China, só vi uns vinte estudantes cubanos. Quer dizer que quase todos iam para os países socialistas da Europa, particularmente para a União Soviética. Seria a melhor solução? Duvido; para quê substituir por pessoas formadas em Moscovo outras, que tinham precisamente esse mesmo vício? No Haiti diz-se que é como lavar as mãos para as limpar ao chão ... Não se tratava, pois, duma mudança de política, era simplesmente uma mudança de pessoas. Foi uma opção com pesadas consequências, porque, na minha opinião, é certo que os militantes chineses, que tinham elevado ao nível da teoria a experiência prática dos revolucionários cubanos face

aos P. C. revisionistas, teriam podido formar um tipo de quadros muito diferente.

Era o que se passava em Cuba, sabes isso tão bem como eu. Assim, limito-me a lembrar-te como paravam as coisas, durante esse tempo, no nosso hemisfério. A característica essencial da situação era que a imagem de Cuba como força motriz da revolução não tinha mudado na América Latina. Foi assim até 1963-1964. Assistíamos a este paradoxo: ao mesmo tempo que se apoiava nos revisionistas, velhos e novos, a nível interno, Havana mantinha as suas promessas a nível externo. À medida que a revolução se radicalizava em Cuba, tornava-se cada vez mais clara a demarcação entre revolucionários autênticos e reaccionários declarados ou camuflados do continente. Enquanto os dirigentes cubanos faziam o seu estranho compromisso no interior, declaravam guerra aberta a toda a reacção latino-americana, da extrema-direita aos pseudo-comunistas, passando pelos reformistas, liberais e democratas-cristãos. Negam duma vez, por actos concretos, o direito dos pseudo-comunistas latino-americanos passarem por dirigentes da luta de libertação nacional. Sabiam que todos esses ditos Partidos Comunistas ainda eram mais esclerosados, menos influentes, mais fossilizados, menos combativos, mais corruptos, pior organizados e ainda mais integrados no sistema burguês do que o seu homólogo cubano antes da revolução — o que é difícil. Havia um grande iato entre a orientação ideológica de Cuba no interior e no exterior. Deste modo, na reunião dos 81 Partidos comunistas e operários de 1960, Aníbal Escalante, fiel aos seus padrões soviéticos, vai pregar a favor da transição pacífica para o socialismo, e até chega a apresentar Cuba como um exemplo típico do sucesso dessa linha. Entrementes, os homens da Sierra, por seu lado, nunca deixam de proclamar a sua fé na luta e dão uma

ajuda ilimitada a todos os elementos que, fora dos P. C. oficiais, querem desencadear a luta armada. O sucesso mais notável dessa política passou-se precisamente no teu país, na Venezuela, onde o P. C. oficial se viu obrigado a vir para a rua, em 1960, por instigação dos fidelistas, na maioria estudantes e membros dissidentes das formações políticas tradicionais. Foi o sucesso desta política que levou dirigentes das organizações burguesas ou pequeno-burguesas venezuelanas, como Fabricio Ojeda, a abraçarem a causa popular, ao mesmo tempo que outros saíam da Acção Democrática, criavam o M. I. R. e adoptavam a ideologia do proletariado. As direcções burocráticas dos P. C. caíram num descrédito tal que, os que, como tu e eu, chegaram ao marxismo-leninismo por intermédio da revolução cubana, até negavam a necessidade da existência ou da criação do partido de vanguarda antes de iniciar a acção. Não nos esqueçamos que, a reboque desses partidos tínhamos todos acreditado, até 1959, nessa parte do mundo, no «fatalismo geográfico». Tese segundo a qual a América Latina tinha de gravitar na órbita americana: por consequência, não haveria revolução nos nossos países antes de triunfar nos Estados Unidos! Quando, depois de 1959, vimos os nossos queridos P. C. espalharem doutoralmente a «tese» do excepcionalismo da revolução cubana, isso fortaleceu a nossa convicção de que os P. C. em geral não passavam de círculos de obscuros teóricos, que mal prestavam para ser associados ao poder, depois deste ter sido tomado, de armas na mão, pelos revolucionários. Porque a «tese» do excepcionalismo não passa duma variante do fatalismo geográfico. Também quer provar que a América Latina só pode andar na órbita dos Estados Unidos, e que Cuba é a «excepção que confirma a regra». Muitos camaradas amaldiçoaram os P. C. Considerávamos que pertencer aos P. C. era enterrarmo-nos num

beco sem saída. Aos nossos olhos, era um lugar seguro; era arranjar um alibi, por trás duma fachada revolucionária, para não fazer a revolução; dedicar-se ao turismo revolucionário, a andar dum país socialista para outro; fazer cera em intermináveis e inúmeros congressos e conferências. Quando Ben Bella dissolveu o P. C. argelino, aplaudimos, lamentando, ao mesmo tempo, que não tivesse adoptado a solução cubana. Quando um representante do P. C. peruano veio à Casa das Américas, em Havana, explicar-nos a atitude de expectativa do seu grupo face ao movimento armado de Hugo Blanco, quase que demos cabo dele. Nisso tínhamos o total apoio de todo o sector não p-c-pista do partido cubano.

São os documentos que os Chineses publicaram no decorrer da polémica com o P. C. U. S. que vieram alumiar a nossa lanterna e mostrar-nos qual a via a seguir. A compreensão do que se passava exactamente no movimento comunista à escala mundial teve o seguinte resultado: os revolucionários latino-americanos tornavam-se «fidelistas» e «pró-chineses» ao mesmo tempo. Enquanto que os Soviéticos pagavam a conta a Cuba e ditavam-lhe cada vez mais as suas vontades. Como sabes, essa aliança tácita não durou.

Novembro de 1967

Como te estava a dizer ontem, depois de 1963, Fidel Castro não pode manter a ambiguidade. Bruscamente, fez uma viragem a 180 graus e organiza em Havana, em 1964, o famoso congresso dos partidos comunistas da América Latina: o que significava a revalorização brutal dos revisionistas do continente. Vemos então a conjunção entre fidelistas e pró-chineses desaparecer pouco a pouco, e os revolucionários consequentes voltarem cada vez mais os olhos para Pequim. A pressão sobre os revisionistas abrande, o que eles aproveitam para abandonar a luta revolucionária que, nalguns países, continuavam a levar a cabo contra vontade.

O F. R. A. P. chileno, (aliança dos comunistas e dos socialistas), lança-se às cegas na luta eleitoral, com a aprovação de Cuba. Contudo, o seu programa de governo não é mais radical do que o da democracia cristã. Enquanto que os seus adversários o atacam por causa do seu apoio à revolução cubana, deixa-se ir nessa propaganda, perde toda a agressividade e quase que pede desculpa pela sua posição pró-cubana. De tal modo que, na véspera das eleições, o governo cessante corta, sem dificuldade, as relações diplomáticas com Cuba: nenhuma reacção da pretensa esquerda, pois a luta eleitoral é mais importante para

si do que a revolução cubana. O P. C. venezuelano, a pretexto das derrotas que sofrera em Dezembro de 1963, opõe-se ao desenvolvimento da luta armada. As más línguas dizem que a descoberta, nessa altura, dum carregamento de armas enviado por Cuba aos guerrilheiros venezuelanos, não foi por acaso. (Conhecendo o medo dos Soviéticos da eventualidade duma segunda Cuba na América Latina, sabendo até que ponto os seus partidários em Cuba e na Venezuela lhes são devotados incondicionalmente, tendo em vista a mudança de rumo da revolução cubana, não convém começar logo a criticar que é calúnia ... Ainda agora no *Le Monde* (O Mundo), de 28 de Junho de 1967, Claude Julien informa-nos que o embaixador soviético em Cuba, Kudriatsev, estava comprometido na conspiração de Aníbal Escalante: dá uma ideia dos instrumentos de que Moscovo dispõe nesse país.)

Quando, retrospectivamente, revejo contigo a reviravolta de 1964, que é acompanhada por um aumento da ajuda soviética a Cuba, não me parece nada que seja uma retratação, mas sim uma manobra preparada com antecedência. Há-de notar que se os dirigentes cubanos contaram só consigo mesmos para conquistarem a libertação, depressa se entregaram nas mãos do campo socialista para consolidar a vitória. Em 1958, Cuba já era um dos países da América latina menos subdesenvolvidos, menos, por exemplo, do que o México: o que lhe valeu ter como apoio essa arma de dois gumes que é uma pequena burguesia relativamente importante. Como essa camada social tinha tomado parte activa na libertação, uma das primeiras preocupações dos dirigentes foi que beneficiasse de vantagens imediatas. Daí, por exemplo, o lançamento dum vasto e ambicioso programa de construção de alojamentos, que engoliu uma boa parte dos recursos em 1959-1960. Desde

então, houve uma correcção nesse ponto, mas dá largas compensações à pequena burguesia que, aliás, até talvez sejam mais interessantes.

Em resumo, Cuba endividou-se perigosamente, até ao pescoço, em relação à União Soviética, para que o nível de vida da pequena burguesia não baixasse. Esta camada até obteve um melhor lugar, e os seus privilégios aumentaram porque substituiu pura e simplesmente a burguesia. São os funcionários e empregados com salários elevados que enchem os restaurantes caros, os cafés e as boîtes: as restrições, os rigores dos racionamentos não os atingem. São eles que arranjam maneira de ir viajar para o estrangeiro e voltar com grandes quantidades de produtos manufacturados que escasseiam no país. É em vão que o Primeiro ministro critica esta prática.

Os novos privilegiados arranjam as quantidades que querem, no país, dos produtos alimentares racionados, comprando-os mais caros no mercado negro. Sabes muito bem que o mercado negro, particularmente o da carne, funciona lá à vista de toda a gente. Os serviços interessados tinham começado a perseguir os traficantes. Acabaram com isso por intervenção pessoal de Fidel Castro, que declarou que, uma vez que o mercado negro era consequência da carência de produtos alimentares, a solução não era reprimi-lo, mas aumentar a produção para que passasse a ser impraticável.

Com a inflacção é o mesmo. O peso cubano, se bem que cotado ao lado do dólar americano, fica muito abaixo do seu valor nominal. E, mais uma vez, o único remédio proposto é o aumento da produção. Como não se pode, dum dia para o outro, equilibrar a oferta e a procura sem eliminar a especulação e a inflacção, são os grandes rendimentos que beneficiam da situação. Isto dura há anos; e, ao

contrário do que se passa na China, o leque dos salários continua muito aberto.

No discurso que pronunciou em Agosto de 1966, no décimo congresso da Confederação dos Trabalhadores Cubanos, Fidel deu-nos a chave da sua política ao abordar o problema dos estímulos materiais e dos estímulos morais. Na sua opinião, em regime socialista, a questão não é saber como se deve estimular o trabalhador para que forneça um esforço crescente, mas aliviar o esforço que tem de fazer. Por outras palavras, é preciso mecanizar rapidamente os trabalhos mais duros, particularmente na agricultura. Esta concepção parece-nos reveladora, na medida em que, implicitamente, reduz o socialismo, no plano interno, a um simples método de gestão económica. Nega o papel essencial da ideologia para a formação do homem novo. Põe o acento unicamente sobre o bem-estar e a elevação do nível de vida individual. Reconhece, sem ousar dizê-lo, que o socialismo só é válido para as nações económica e culturalmente subdesenvolvidas, enquanto que, para os Chineses, o período de construção do socialismo, ao mesmo tempo que permite que o povo consolide a sua independência nacional pelas próprias forças, dá-lhe também a ocasião de se educar e sacrificar através da eliminação dum certo número de taras como a cupidez, o gosto do luxo, o egoísmo, e, principalmente, a alienação do homem em relação aos bens que ele próprio criou.

Conclusão: a partir de 1964-1965, desenhou-se uma clivagem, marcada com bastante nitidez, entre os dirigentes cubanos, ansiosos, antes de mais, de assegurar a sua estabilidade política e económica, dando garantias à U. R. S. S., e os revolucionários latino-americanos que se voltavam resolutamente para o marxismo-leninismo. A ameaça duma Cuba isolada, ligada apenas por um cordão umbi-

lical a Moscovo, precisava-se de dia para dia. Se ao menos recebêssemos de Havana um alimento teórico consistente! Mas quando, por cima desta penúria, se baixaram os apelos à acção imediata ao nível de um murmúrio, então, diz-me, o que é que resta?

Novembro de 1967

Não me percebas mal. Tu, se calhar, afinal de contas, és um desses intelectuais marxólogos que pensam que eu vou criticar os dirigentes cubanos por não implantarem uma ditadura do proletariado de «tipo estalinista»; por não recorrerem ao «colete de forças», como diz Marcel Niedergang. Aos marxistas-leninistas que diziam que a falta de formação da vanguarda revolucionária em Cuba era devida à relativa brevidade da luta armada, já Fidel respondia duma maneira sentimental: «Então queriam que corresse mais sangue!» Não, não censuro ninguém por fazer o socialismo ao ritmo da «pachanga»: não vejo porque havia o povo cubano de se desembaraçar, como se fosse dum trapo velho, da sua exuberância, do entusiasmo e da alegria de viver, no momento em que se integra no campo socialista. (O que não impede que não haja antinomia entre o espírito da «pachanga» e, por exemplo, um maior aumento do preço das bebidas alcoólicas.) Mas não é essa a questão. Trata-se de saber se se é obrigado, necessariamente, a escolher entre o revisionismo puro e simples e o recurso aos métodos brutais da repressão policial contra as massas. Acho que não, que existe outra via, e que basta os dirigentes cubanos olharem para a China para se aperceberem disso.

Até chegava que lessem com atenção «Sobre a Justa Solução das Contradições no Seio do Povo» de Mao Tsé-tung.

Na verdade, ninguém desconhece esta via. Fidel Castro declarou: «O nosso povo não é fanático.» Contudo, em circunstâncias diferentes, assinalava que «todos os povos são radicais». Porque é que agora ajudar o povo a radicalizar-se passa a ser fanatismo? Mais uma vez, Fidel faz uma escolha deliberada. Face à alternativa: dar satisfações materiais (mesmo à custa de contrair dívidas ao país e duma hipoteca da sua independência) ou fazer um trabalho de educação junto do povo, remodelar a sua mentalidade, o dirigente supremo escolhe a solução mais fácil. E também a que mais convém às condições políticas que actualmente são predominantes em Cuba, onde o partido não consegue tomar verdadeiramente nas suas mãos a direcção do país. Porque o grande drama da revolução cubana resume-se a isto: de facto, o partido comunista não existe. É abafado pela personalidade esmagadora do seu primeiro-secretário.

A ausência dum autêntico Partido Comunista, com um grande número de quadros intermédios e militantes de base comprovados, altamente formados, combativos e prontos ao sacrifício torna impossível qualquer mobilização ideológica. Em Cuba, não há trabalho ideológico de massa sobre nenhuma questão fundamental. Vou tomar como exemplo a questão racial para to mostrar.

Sobre este problema tabu, a palavra de ordem parece ser o silêncio. Contentam-se em dizer que a discriminação racial é uma herança do imperialismo e que, portanto, desapareceu com a eliminação da influência imperialista. Pouco importa que as pessoas continuem a viver uma experiência diferente todos os dias. Pouco importa que a discriminação racial não seja apenas devida à influência do imperialismo e que seja igual-

mente o produto de qualquer sociedade de classes, de exploradores e explorados. Pouco importa que o preconceito racial, como todas as noções ideológicas, beneficie duma larga autonomia que lhe permite sobreviver às condições materiais que a geraram. Como haitiano, estou bem colocado para o saber, uma vez que a «questão da côr», que o regime colonial legou ao meu país, continua a dominar a equação política e social 164 anos depois da independência!

Mesmo quando as situações de facto desaparecem (o que nem sempre é o caso), mesmo quando a organização económica da sociedade é radicalmente transformada, sem possível marcha atrás, a mentalidade leva tempo a adaptar-se às condições novas. Daí a necessidade que sentiram os revolucionários chineses, duma pressão deliberada e constante para educar essa mentalidade. A sobrevivência da questão racial em Cuba é, penso eu, o sinal duma falta de crítica revolucionária dos conceitos legados pelo antigo estado de coisas: é por isso que vou insistir no assunto.

Pois que o pensamento de José Martí foi adoptado em bloco pela revolução, é de pensar que a direcção aprova, sem reservas, a sua divisa: «Mais do que branco, mais do que mulato, mais do que negro: cubano!» por pouco que agrade aos camaradas cubanos que consideram que a humanidade apenas produziu três grandes génios: Jesus Cristo, José Martí e Fidel Castro, a cidadania cubana não está acima das classes, nem acima da luta das classes nem das realidades da vida quotidiana que esta gera. Com o risco de parecer sacrílego, também te direi que nunca vi nada tão insultuoso para o negro como esta frase de José Martí: «O nosso irmão mais novo? Levamo-lo às costas!» Não há forma mais acabada de discriminação do que esta condescendência, este ar protector em

relação aos negros. Toda a questão racial cubana está nesta fórmula.

Vamos dizer desde já que a discriminação racial em Cuba nunca tomou a forma aguda que tem nos Estados Unidos; mesmo quando a «guerrita de Mayo», em 1912, estava no auge, e as pessoas de pele negra eram perseguidas a tiro de espingarda. Há lá sempre umas boas almas para dizerem gentilmente ao negro:

— Mas então, meu amigo, não posso ter preconceitos contra as pessoas de côr, porque, apesar de ser branco, a minha avó era negra ...

Ou então:

— Sou branca, mas o meu irmão, do mesmo pai e da mesma mãe do que eu, é tão escuro como tu.

Evidentemente, estas afirmações são hipócritas. No fundo, ao contrário do que poderias pensar, não traduzem uma ausência de preconceitos raciais do seu autor. É simplesmente uma maneira de ganhar as boas graças dum negro que se quer esfolar. Mesmo assim, é uma notável diferença de comportamento e de sistema em relação aos Estados Unidos, onde se esfola copiosamente o negro sem deixar de o tratar puramente como um cão. De facto, se os nossos «brancos tropicais» de Cuba recorrem à manha em vez dos métodos brutais, não é por serem latinos, ou mais «humanos» ou porque tenham melhores sentimentos. As formas de discriminação racial variam segundo as circunstâncias locais, as condições históricas, demográficas, económicas, políticas, etc. Em Cuba, por exemplo, apesar da falsificação das estatísticas oficiais, toda a gente sabe que a esmagadora maioria da população é de origem ou descendência negra. Segundo um telegrama da A. F. P., datado de 29 de Janeiro de 1966, o próprio Fidel Castro declarava que «corria sangue africano nas veias de metade da população

cubana». É verdade que o Primeiro ministro só fez esta declaração para candidatar Cuba à Organização de Unidade Africana! Da mesma maneira que só pensou em ser acompanhado pelo comandante Juan Almeida (negro), em Setembro de 1960, à O. N. U., quando teve de se alojar num hotel em Harlem! Os processos demagógicos de Fidel não ficam por aqui: no princípio da revolução, o seu governo arranjava maneira de mandar o maior número possível de diplomatas negros para os países da África. Actualmente, informam que a maioria dos técnicos e instrutores cubanos que estão no Congo-Brazzaville são negros, por acaso! Mas é tão difícil encontrar um negro nas altas esferas da administração como uma agulha num palheiro! (Quando digo isto, também não estou a defender a política de amostras praticada pelos governos reaccionários no passado, e com a qual sonham ainda alguns pequeno-burgueses negros.) Ora, na opinião de W. E. B. Dubois, entre outros, há 79 por cento de Cubanos de origem africana.

A questão da côr em Cuba é uma bomba de retardador, que a classe dominante branca maneja com precaução e habilidade. Assim, as tomadas de posição de Maceo, o verdadeiro percursor da independência cubana, sobre a questão, são silenciadas, e as gerações actuais ignoram-nas. Assim, uma espessa muralha de fumo cerca um certo número de questões sobre as guerras da independência, tais como a participação maioritária nessas guerras, e a morte misteriosa de Maceo. Assim, agora, falar nestas questões é considerado como um acto contra-revolucionário, tendente a dividir as massas.

Mas a maior vitória da classe dominante foi alcançada no campo cultural. Com efeito, em Cuba não se tem a impressão, como acontece no Haiti ou noutros países de pluralidade étnica, de estar perante duas comunidades

distintas. Os valores culturais das duas raças estão tão intimamente amalgamados, confundidos e integrados, que acabam por formar um todo, que artistas e intelectuais cantam sob o vocábulo de «cubanidad». Esta cubanidade manifesta-se em todos os campos da superestrutura: a música, o vodu (muito capado), as normas do vestir e da culinária, a linguagem, os conceitos de beleza plástica feminina, os costumes, etc. Enquanto que, no Haiti, por exemplo, as incidências étnicas da luta de classes estão sempre presentes e não perdem nenhuma força. A entidade cubana é uma realidade muito mais forte do que em certos países da velha Europa, onde o processo de formação da nação está em curso há séculos. Se esta situação se limita à superestrutura, é, pois, porque existe um esforço deliberado da classe dominante (branca) para evitar qualquer partilha do poder económico e político. Como é que tais fenómenos se podem dar num país cujos meios de produção se supõe que estão socializados? É o drama duma revolução que parou a meio caminho, que não continua a luta de classes com toda a clareza, até às últimas consequências, uma revolução que se distingue pela singular ausência de trabalho ideológico válido.

Se, por um momento, tomarmos a sério as estatísticas cubanas, obtemos o seguinte quadro. Na época colonial, nomeadamente entre 1805 e 1826, em Cuba, a população negra ultrapassava a população branca, graças à importação clandestina de 150 000 Africanos. Até à segunda metade do século passado, os colonos espanhóis tinham boas razões para temerem a criação duma república negra. No entanto, desde o fim do século passado, a percentagem «oficial» de negros tem diminuído constantemente. Passaram de 33,1 % da população total, em 1899, a 27,2 %, em 1953. O número dos brancos que, em 1899, era de 1 052 397, passou, em 1907, para

1 428 176 e, em 1919, para 2 088 407, enquanto que, no mesmo tempo, a população negra passava de 520 400 para 620 804, e depois para 800 957. Portanto, de 1899 a 1907, a população branca aumentou de 375 779 pessoas, e a população negra de 100 404 apenas. De 1907 a 1919, o aumento foi de 660 231 brancos para 220 557 negros.

Deves estar a pensar porque é que estou a citar estes números. Para te levar a esta observação: tendo em conta o facto de que as classes desfavorecidas, negras na sua grande maioria, são mais prolíferas do que as outras, a imigração branca não chega para explicar a enorme diferença de crescimento entre os elementos étnicos da nação cubana. Nota que, durante os períodos considerados, vieram para Cuba importantes contingentes de haitianos e jamaicanos, todos negros. Portanto, só há uma explicação possível: um fenómeno de assimilação. Segundo cálculos OFICIAIS, muito conservadores, calculam que 25 % dos negros cubanos conseguiram franquear, como dizem nos Estados Unidos, a fronteira da côr, e que o elemento de origem negra não representava menos que 52 % da população do país. Mas, ao contrário do que se vê nos Estados Unidos, o facto de ser de ascendência negra, aqui não tem importância nenhuma, a partir do momento em que se tenha a pele branca. Nos Estados Unidos há racistas que se especializam em descobrir os falsos brancos. Aqui, este problema não existe, nem nunca existiu: a tua epiderme branca é o teu talismã. Como vês, em Cuba, a questão não é a «pureza racial», mas a côr da pele.

Este fenómeno de assimilação, que não tem nada de especial nos Estados Unidos ou em Cuba, diverte-me. Quando o conde de Gobineau escrevia que no Brasil inteiro só tinha podido encontrar um único branco, o próprio imperador, estou disposto a acreditar. Tal

como dou crédito a Daniel Guérin quando revela que, em Porto Rico, as estatísticas oscilam entre 25 % e 33 % de negros, segundo uma versão, e entre 33 % e 50%, segundo outra. Porque foi preciso respeitar a susceptibilidade de famílias negras influentes, que se fizeram classificar como brancos. Não me admirava que um novo recenseamento acusasse, em Cuba, uma percentagem OFICIAL muito menor do que os 27 % de 1953. Tanto mais que a imigração haitiana e jamaicana praticamente desapareceu nestes últimos anos. A este ritmo, podemos prever que daqui a algumas gerações, Cuba será um país completamente mestiço, — que algumas pessoas chamarão «país branco».

É, pois, possível, que, pela força das circunstâncias, o problema racial desapareça neste país, ao fim de alguns anos. Mas, no presente, a revolução devia atacar as causas sociais e mentais que ainda impedem uma integração rápida. Assim, por não atacarem as raízes ideológicas do problema, apoiam, incorrectamente, as reivindicações da pequena burguesia negra, que quer defender os seus próprios interesses, fazendo-os passar pelos de toda a comunidade. Mais, favorecendo o desenvolvimento duma nova camada de privilegiados, criam-se as condições da discriminação no trabalho. Como prova, apresento o facto dos armazéns nacionalizados que, em certos períodos do ano, procuram mão-de-obra temporária, precisam que desejam pessoal com «boa apresentação». Para os iniciados, isto quer dizer: brancas, pois as negras, segundo a mentalidade reinante, não podem, em caso algum, ter «boa apresentação».

O que prova ainda que subsiste uma separação, é o facto dos brancos abandonarem os centros de recreio integrados: na minha opinião, trata-se dum movimento puramente mundano, que não aconteceria se tivessem feito esforços para transformar, pouco a

pouco, os costumes e a mentalidade, sem esquecer a própria concepção da mundanidade. Não julgues que estou a pedir que os dirigentes de Havana façam a sua revoluçãozinha cultural. Mas há um mínimo de trabalho ideológico que devia ser feito. Como é que tu explicas que num país onde todas as empresas comerciais, grandes e médias, foram nacionalizadas, continuem a afirmar-se os princípios da concorrência pela escolha de vendedoras com «boa apresentação» (quer dizer: brancas) ?

Penso que, na base do problema racial existe apenas uma questão de classe social. É por reflexo de classe que os novos administradores dos armazéns, nomeados pelo Estado, querem que os seus clientes, limitados a uma certa categoria social, estejam em «boa companhia» em todas as secções. Assim, é porque existe uma nova camada de privilegiados, que mantêm os negros a uma distância respeitável, que a discriminação racial volta a surgir com mais força. Mas, mesmo que a questão não fosse tão grave, continuava a ser necessário que se fizesse um trabalho de educação, para acelerar o processo de assimilação que observámos.

Quando Fidel, em 1959, abordou a questão racial, e lembrou a todos os Cubanos brancos que os seus antepassados espanhóis tinham sangue árabe nas veias, as suas palavras tiveram um acolhimento entusiástico. Era necessário que se continuasse a desenvolver este tema, em vez de manter um silêncio cúmplice. Não só para sanear as relações entre as duas entidades étnicas da população, mas também para facilitar a integração, desejada pelos revolucionários cubanos, dos imigrantes haitianos, que constituem a colónia estrangeira mais importante. Este trabalho também era necessário para o estabelecimento de boas

relações, no momento oportuno, com as outras Antilhas, para realizar o sonho duma Federação das Caraíbas.

Porque parou Fidel, quando estava em tão bom caminho? Mas em quantos bons caminhos é que ele parou?

Novembro de 1967

Desde que Jean-Paul Sartre, durante a sua estadia em Cuba, em 1960, declarou que a revolução cubana não tinha ideologia, muita água passou pelo moinho. Havana mostrou essa ideologia nos factos, antes de a proclamar pelo verbo. Fascinados pelo método com que obtiveram tão bons resultados, e que consiste em proceder de modo empírico antes de apelarem para a teoria, os dirigentes cubanos querem «codificar» a sua «originalidade». Perguntávamo-nos onde Fidel queria chegar quando afirmava, repetidamente, que «o revolucionário deve pensar com a própria cabeça». A esta exortação, repetida até à saciedade, veio acrescentar-se, desde Agosto de 1966, o tema da «via cubana para o socialismo». Mas que podia isso significar na boca dum dirigente que, não há muito tempo, condenava quaisquer «terceiras vias» entre o socialismo e o capitalismo? Recapitulando o que se passou, fica-se com a impressão de ter assistido a um autêntico «golpe de Estado» a curto prazo (podíamos usar a expressão «a plazos», quer dizer, «a prestações», lançada pelo próprio Fidel quando do golpe dos militares cariocas para impedirem o acesso de Goulart ao poder no Brasil). E eis que, em Janeiro de 1967 nos chegam dois documentos de grande importância de Havana.

O primeiro, cuja leitura te aconselho, é um artigo de Lionel Soto, responsável das Escolas de Instrução Revolucionária do Partido Comunista Cubano, publicado no número 65 de «Cuba Socialista», com o título: «O importante é desenvolvermos a nossa via.» O autor revela-nos que os camaradas cubanos elaboraram os seus próprios manuais de marxismo-leninismo, sem desdenharem «alguns capítulos de certos manuais soviéticos». Assim, diz ele entre outras coisas, contribuiremos «para o desenvolvimento do pensamento marxista-leninista em Cuba, na base das profundas ideias revolucionárias expostas pelo camarada Fidel Castro, sobre os diferentes aspectos teóricos e práticos que a sociedade revolucionária se põe a si própria e, mais particularmente, sobre a **construção simultânea do socialismo e do comunismo**» (página 59) ⁽¹⁾.

O segundo documento, que me interessa muito em especial, como te interessou a ti, é o livro de Régis Debray: «Révolution dans la Révolution?» (Revolução na Revolução?) Se bem que achemos que tudo o que se passa num país socialista nos diz respeito, em última análise, só os Cubanos são juizes da marcha da sua revolução, ou da política do seu governo. Não temos o direito de aprovar ou criticar publicamente decisões tomadas num país socialista qualquer, senão na medida em que afetam, duma maneira ou doutra, o movimento revolucionário internacional. É isso que explica a atitude dos camaradas chineses em relação ao revisionismo soviético. Assim, a sistematização da «via cubana para o socialismo» não nos tinha preocupado tanto, se fosse apenas para fins de consumo interno. Feitas as contas, não era a primeira vez que ouvíamos um governo propor a SUA via para o socialismo; a própria palavra «socialismo» tem andado muito maltratada, nos últimos tempos! Não, o que me leva, hoje, a falar, é o afinco com que os dirigentes cubanos querem pro-

jectar a SUA linha no plano internacional, e impô-la a todo o movimento revolucionário, particularmente na América Latina.

Quando em Janeiro do corrente ano foi publicado «Révolution dans la Révolution?», compreendemos claramente o que levava Fidel a atacar, um ano antes, a revolução chinesa, em plena conferência tricontinental, sob o pretexto dum assunto de grãos de arroz... que aliás, ainda estava em discussão em Pequim. «Révolution dans la Révolution?» propõe-se nada menos do que fazer frente à influência ideológica chinesa, e impor a linha cubana ao movimento de libertação nacional da América Latina. É o primeiro esforço de síntese de Fidel Castro, que ditou o livro a Régis Debray. Por isso, daqui por diante, confundirei os seus nomes ao mesmo tempo que os comparo ao tio Ubu.

À luz deste texto revelador, fica tudo claro: o ódio particular com que o Primeiro ministro cubano atacou a China e os seus dirigentes (pois não chegou a dizer: «Que importa o número de Chineses que os seus dirigentes são capazes de enganar?», expressão não dissimulada dum total desprezo pelo povo chinês?). A campanha antichinesa sistemática junto das massas cubanas, o verdadeiro namoro que fez aos movimentos e dirigentes progressistas e revolucionários dos países vizinhos da China: não chegaram a falar dum eixo Havana-Hanoi-Pyongyang? A sua obrigação de deixar de ser solidário, em certa medida, da linha revisionista na América Latina, para não ficar definitivamente isolado, nem prisioneiro demais de Moscovo: sem dúvida é este último «constrangimento» que Fidel não perdoa aos revolucionários chineses.

A obra de Régis Ubu Castro, hoje tão admirada, e aureolada pelos sofrimentos do seu autor, é trifulha por demais. Primeiro, quero assinalar-te a estranha omissão, na edição francesa, da introdução escrita para a

edição espanhola, com uma tiragem, dizem, de 200 000 exemplares, em Havana. Esta introdução, assinada por Roberto Fernandez Retamar, dirigente da União Nacional dos Escritores e Artistas Cubanos, informa-nos de que o ensaio inaugura uma colecção publicada pela «Casa das Américas» de Havana. Segundo Roberto Fernandez Retamar, as fontes de documentação de Régis Ubu Castro eram as conversas que tinha tido com Fidel Ubu Debray, conversas que duraram dias inteiros (é uma das razões por que afirmei que o livro foi ditado pelo próprio Primeiro Ministro cubano). A nota que abre a edição francesa, e que não se encontra na edição espanhola, também declara: «O que estes comentários podem ter de justo é devido aos numerosos camaradas sul-americanos, que contaram as suas experiências, em particular os camaradas de Cuba, da Venezuela, da Guatemala e doutros países.»

Segundo o autor, a sua obra não tende senão a reconciliar a teoria com a prática, a combater lugares comuns perigosos, o mecanicismo, etc. Mas, logo nas primeiras linhas, descobrimos, de facto, que, a seu ver, a única táctica militar correcta na América latina é a que teve as suas provas em Cuba. Obstina-se especialmente a demonstrar que as experiências asiáticas, sobretudo as chinesas, são INADEQUADAS para o nosso continente. Ora, com a sua pressa, acontece, por vezes, que ou demonstra o contrário (involuntariamente!), ou diz falsidades, ou ainda, mostra uma ignorância total da história da revolução chinesa. Diz-nos, por exemplo, que: «Foi uma sorte que Fidel não tenha lido os escritos militares de Mao Tsé-tung antes de desembarcar nas praias de Oriente: deste modo, pôde inventar, no próprio terreno, a partir da própria experiência, as regras duma doutrina militar adequada ao terreno» ⁽¹⁾ (p. 16).

No entanto, tem a honestidade de assinalar que, quando Fidel e Che descobriram os «Problemas estratégicos da guerra de guerrilhas contra o Japão», de Mao Tsé-tung, depois da ofensiva do Verão de 1958, «leram com grande surpresa o que tinham praticado, levados pela necessidade». (Nota da p. 17). Francamente, não estou a ver muito bem o que Régis Ubu Castro quer demonstrar com isto. Porque, se a «doutrina militar» que Fidel tinha aplicado correspondia ao que Mao tinha ensinado nos seus escritos, que mal haveria em tê-los lido mais cedo? Talvez tivesse dispensado o golpe de Moncada. (Lês-te, escrito por Marcel Niedergang, no *Le Monde* de 23 de Agosto de 1967, que Fidel, agora, considera essa aventura como um erro táctico?) O essencial era que, ao ler o texto, não imaginasse que estava na China. Com efeito, o falhanço espera, inelutavelmente, quem tente copiar servilmente outra revolução, seja qual for. Os camaradas chineses nunca pediram que os copiassem: todos os que foram formados por eles podem testemunhá-lo. Não foi Mao que escreveu: «As condições variam segundo os diferentes países socialistas e os diferentes partidos comunistas e, por isso, não pensamos de todo que sejam obrigados, ou tenham necessidade de seguir os nossos métodos.»?

Insisto neste último ponto e vou reproduzir uma passagem dum telegrama da agência «Nova China», sobre uma crítica implícita de Mao a Staline (quando este era vivo) e aos comunistas estrangeiros que esquecem as condições específicas da luta nos seus países e adoptam mecanicamente as tácticas momentâneas e movimentadas da U.R.S.S. A passagem é a seguinte: «Durante e depois da Segunda Guerra Mundial, à medida que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e a União Soviética aceitavam compromissos sobre certos problemas internacionais, Browder, Thorez, Togliatti e outros renegados inclina-

vam-se para a corrente capitulacionista, e aplicavam a linha capitulacionista no movimento comunista internacional. O presidente Mao, nosso grande dirigente, fez frente, firmemente, a esta contra-corrente reaccionária que se estava a desencadear. Criticou, categoricamente, esta corrente ideológica internacional que era o capitulacionismo. Em Abril de 1946, em 'Algumas considerações sobre a situação internacional actual', escrevia: 'Compromissos deste tipo entre os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, por um lado, e a União Soviética, por outro, só podem ser o resultado de lutas resolutas e eficazes de todas as forças democráticas do mundo contra as forças reaccionárias dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França. Tais compromissos não exigem que os povos dos diferentes países do mundo capitalista actuem em consequência dos compromissos no seu próprio país.'⁽¹⁾ Os povos destes países continuarão a travar diferentes lutas consoante condições diferentes. O princípio que observam as forças reaccionárias face às forças democráticas populares é destruírem resolutamente todas as forças democráticas que podem, e prepararem-se para destruir mais tarde as que não podem destruir de momento. Face a esta situação, as forças democráticas populares devem aplicar o mesmo princípio em relação às forças reaccionárias.»

Também não vejo o que Régis-Ubu-Castro quer demonstrar quando, algumas linhas mais abaixo, ataca, sempre na mesma veia, «todas as obras teóricas sobre a Guerra do Povo» que «fizeram tanto mal como bem. Chamaram-lhes gramáticas da guerra. Mas aprende-se mais depressa a língua dum país estrangeiro quando se está lá e é preciso falar, do que com uma sintaxe em casa» (p. 17). O que o autor diz aqui vai ao encontro da tese dos camaradas chineses, segundo os quais «para aprender a nadar, é preciso lançar-se à água»

e «para aprendermos a lutar temos nós próprios de lutar». Daí a fazer tábua rasa de todas as experiências revolucionárias vai uma grande distância. Se não nos contentarmos em estudá-las, ou decorá-las, só poderemos tirar proveito do estudo das «obras teóricas» sobre a guerra do povo. Parece que Régis Ubu Castro tem a fobia dos textos e prega um empirismo desenfreado. Nesse caso, porque é que escreveu?

A seguinte passagem, esclarece o seu pensamento: «De novo, na América Latina, os militantes lêem os discursos de Fidel e os escritos de Che Guevara, com olhos que já leram o Mao da guerra antijaponesa, Giap, certos textos de Lenine, e julgam reconhecer os segundos nos primeiros. Superimposição visual clássica mas perigosa, uma vez que a guerra revolucionária na América Latina tem condições de desenvolvimento muito particulares profundamente diferentes, que só poderá encontrar a partir duma experiência própria.» Mas como não reconhecer «os segundos nos primeiros» se a teoria revolucionária, donde decorre a «doutrina militar», é UMA? Além dos discursos de Fidel e dos escritos de Che, li, e parece-me que tu também, uma pequena brochura «150 perguntas a um guerrilheiro», editada em Cuba, e cujo autor, o comandante Alberto Bayo, (que morreu em Agosto passado), treinou Fidel no México. Se bem que a sua obra esteja praticamente isenta de considerações doutrinárias, achamo-la muito útil. Se Régis-Ubu-Castro esqueceu este velho lutador, de origem espanhola, e a sua obra, os revolucionários lêem-no com o mesmo interesse e com os mesmos olhos que lêem Fidel, Che, Mao, Giap e Lenine. Porquê pôr de lado a experiência que podemos encontrar na obra de Bayo, ou de qualquer outro, para nos restringirmos ao modelo cubano, sob pretexto de que é o único válido para a América Latina? Em que é que isso pode prejudicar um revolucio-

nário, a partir do momento em que não considere nenhum texto como uma «gramática» ou como um catecismo? anto mais que os falhanços, dos diferentes movimentos de guerrilha na América, nos últimos tempos, se devem, não ao plágio, mas, em grande parte, à falta de formação política, de preparação adequada, e de experiência. Foi o caso do movimento dirigido por Manolo Tavares Justo, na República Dominicana; do movimento de Hugo Blanco, primeiro, e, em seguida de Luis de la Puente, no Peru. E a Bolívia?

Que exemplo concreto de superimposição de esquemas importados à realidade latino-americana pode Régis-Ubu-Castro citar? O autor estuda, ao longo de todo um capítulo, o conceito de «autodefesa armada» e a sua aplicação na Colômbia e na Bolívia. É verdade que este conceito foi aplicado nestes dois países e falhou miseravelmente. Mas os dirigentes cubanos, que falam por intermédio do «jovem universitário francês», como dizem em Paris, não tratam da questão essencial: por quem e porquê foi empregue esta táctica? Vou-te lembrar o que se passou exactamente na Colômbia.

Há perto de dois anos, a imprensa publicou a notícia de que as guerrilhas colombianas, reunidas em conferência, tinham decidido unir-se e constituir o «Bloco Sul», sob a direcção dos chefes guerrilheiros Manuel Marulanda, Ciro Castano e Jacobo Arenas. O que me pareceu curioso foi que a reunião tinha sido feita sob a égide do partido «comunista», que propõe às guerrilhas que passem à luta legal e às acções reivindicativas de massas. Tal notícia só podia semear a confusão no espírito do leitor mal informado. Como é que um partido «comunista» podia propor semelhante capitulação, e, se efectivamente é ele que dirige a luta, então como é que as guerrilhas continuam a existir e em operações?

O partido «comunista» de que estamos a tratar não passa do partido revisionista. Mas então, como é que um partido revisionista está a travar uma luta armada?

Na realidade, o partido revisionista não dirige as guerrilhas que formam o «Bloco Sul», tal como não participa nas acções armadas. As guerrilhas existem, em grande escala, na Colômbia, desde 1948. A esmagadora maioria dos seus dirigentes eram, então, dirigentes liberais, e tinham centenas de milhar de membros. Mas, depois do golpe de Estado do general Rojas Pinilla, este, fazendo falsas promessas, conseguiu o que se tinha revelado impossível para as forças reaccionárias: a rendição de cerca de 90% dos guerrilheiros que, por ordem dos dirigentes liberais, entregaram as suas armas ao governo. Foi a 13 de Junho de 1953. Conheces a continuação, os massacres que se seguiram... Os comunistas, esses, não tinham entregado as armas. Constituíram-se em grupos de guerrilhas de auto-defesa, grupos de camponeses armados, prontos para repelir os ataques do exército governamental. As suas bases principais eram em Marquetalia, Rio Chiquito, El Pato, Sumapaz, Linea del Ferrocarril, na região de Tolima.

O governo de Rojas Pinilla caiu em 1957. As guerrilhas, que se tinham entrincheirado solidamente em certas zonas, tiraram partido desta situação. Entrementes, um chefe guerrilheiro tinha-se conseguido impor: Manuel Marulanda que, mantendo relações com o partido revisionista, applicava uma linha táctica e estratégica própria.

A partir de 1963, as zonas de defesa passiva tiveram de mudar os métodos de luta. Nesse ano, o governo lançou uma campanha de grande envergadura para desalojar as guerrilhas daquilo que chamava «as repúblicas independentes». Esta campanha conti-

nuou em 1964 e o exército governamental conseguiu desalojar os guerrilheiros duma grande parte da zona de Tolima, mas não os aniquilou. E então que os revisionistas acentuam a sua pressão para que as guerrilhas renunciem à luta armada nas montanhas, e passem à luta legal nas cidades. Havia uma espécie de chantagem mútua entre Marulanda e o partido revisionista, cada um tendo necessidade do outro para sobreviver. Marulanda precisava duma organização que o apoiasse; o partido revisionista precisava de manter contacto com a guerrilha para deitar poeira aos olhos das massas e dos revolucionários, criando a ilusão de que fazia qualquer coisa, e que ainda possuía tropas. Foi nesta atmosfera de negociação que as guerrilhas se tinham reunido, em 1965, para constituir o «Bloco Sul». Marulanda queria passar à guerra de movimento e propunha — o que veio a realizar — a fusão de todas as guerrilhas em operação no sul do país, o que se opunha às teses de Gilberto Vieira, secretário-geral do grupo revisionista. Apesar do acordo, anunciado pela imprensa, entre um grupo da guerrilha e o grupo revisionista, este último não alcançou o seu objectivo. As guerrilhas não passaram à luta dita legal. Isto porque Marulanda já não estava sozinho na luta.

A 6 de Janeiro de 1965, uma centena de guerrilheiros apoderaram-se duma cidade de 10.000 habitantes — Simacota — situada a uns quinze quilómetros duma grande cidade — Socorro. Pouco depois, o mesmo destacamento apoderou-se de Papayal, outra cidade do departamento de Santander, e concentrou -as suas actividades junto de San Vicente, no mesmo departamento, no norte da Colômbia. Foi assim que entrou em cena o Exército de Libertação Nacional. Era dirigido por Victor Medina e Fabio Ojeda, bem como outros pro-

gressistas. A partir da insurreição de S. Domingos, foi declarado o estado de sítio na Colômbia. Então, o padre Camilo Torres lançou-se na batalha e rompeu praticamente o estado de sítio. A reacção expulsou Camilo Torres do clero. Dada a influência de que goza a Igreja Católica na Colômbia, a atitude deste padre teve uma grande repercussão no país. Organizou o seu próprio movimento revolucionário, apelando para todos os sem-partido. Em Setembro de 1965, a frente unida, dirigida por Camilo Torres, organizou o «primeiro encontro de estudantes, operários e camponeses». No decorrer desse congresso, todos os falsos revolucionários o abandonaram, e a pequena burguesia foi-se separando à medida que ele fortalecia os seus laços com as massas. Não se ouviu falar mais dele durante algum tempo quando, em 7 de Janeiro de 1966, anunciou que se ia juntar ao Exército de Libertação Nacional. Viria a ser assassinado pouco depois. A sua morte levou à divisão da Frente Unida que tinha criado. Um sector, o mais importante, passou para o Exército de Libertação Nacional. Assim, essa organização adquiriu dirigentes como Julio Cesar Cortes, presidente da Frente Universitária Nacional e Jaime Arenas, dirigente estudantil das greves de 1962 a 1964.

Em Julho de 1964, a Juventude Comunista do partido revisionista, no decorrer do seu V Congresso, tinha expulsado os seus dirigentes. Em Julho de 1965, constituia-se o Partido marxista-leninista, fundamentalmente com a contribuição da Juventude Comunista. O Partido expulsou Vieira, proclamou a luta armada e organizou guerrilhas no centro da Colômbia.

Há já vários anos que existe um Movimento Operário-Estudante-Camponês, formado pelos primeiros expulsos do partido revisionista: o M.O.E.C., que tem bases nos campos vizinhos de Bogotá.

Em resumo, quatro movimentos guerrilheiros operam actualmente na Colômbia: a frente revolucionária colombiana, ou «Bloco Sul», dirigido por Manuel Marulanda; o Exército de Libertação Nacional, dirigido por Victor Medina e Fabio Ojeda, que opera no norte; o Partido marxista-leninista, no centro, e o M.O.E.C., próximo de Bogotá.

O ponto capital que sobressai de tudo o que te lembrei sobre a Colômbia é que, até muito recentemente, a guerrilha não tinha qualquer direcção política consequente. O que não impediu que os combatentes mantivessem posições, num período de refluxo revolucionário. Podemos constatar o mesmo na Bolívia, onde Paz Estenssoro e os seus sicários enganaram os mineiros e traíram vergonhosamente os seus interesses. Para os Estados Unidos, também fazem um mau diagnóstico político quando declaram, como fez *Le Monde* de 15 de Julho, que os motins raciais de Newark mostram que a guerrilha negra não tem futuro. Era melhor dizer que a luta dos negros dos Estados Unidos não terá verdadeiramente futuro enquanto não tiver uma direcção política consequente.

Em suma, o próprio Régis-Ubu reconhece que «o falhanço da autodefesa armada das massas, corresponde, no plano militar, ao falhanço do reformismo no plano político» (p. 24). É verdade apenas na medida em que se refira—como aconteceu nos dois países mencionados—à aplicação duma linha «economista e espontaneísta». Porque o autor toma o cuidado de assinalar o conteúdo político, as circunstâncias e o contexto, essencialmente diferentes, que presidiram à aplicação e sucesso da autodefesa na China e no Vietnam. Não é, pois, o próprio princípio da autodefesa que está em causa, mas a ausência duma estratégia de luta armada à escala nacional para a tomada do poder político. Se os pro-

motores da autodefesa na Colômbia e na Bolívia quiseram imitar o que se fez na China e na Vietnam, foram péssimos plagiários, e não seriam mais felizes se resolvessem imitar a revolução cubana: porque nenhuma revolução, em lado algum, pode ser decalcada doutra. Se não houve autodefesa em Cuba, no modelo do que se passou na Colômbia e na Bolívia, isso não quer dizer que esta não existirá, ou não poderá existir, com sucesso, noutro ponto da América Latina.

Na verdade, o nosso caro Régis Ubu nem sempre usou esta linguagem. Antes de ter sido «doutrinado» em Havana, em 1966, o nosso amigo tinha escrito o artigo: «Le Castrime: la Longue Marche de l'Amérique Latine (O Castrismo: a Longa Marcha da América Latina)» (1965). Passando em revista os diferentes sucessos da luta armada na América latina nestes últimos anos, escrevia o seguinte, a propósito da Colômbia: «COLÔMBIA: As zonas de autodefesa camponesa, frequentemente chamadas «repúblicas independentes»: Marquetalia, Rio Chiquito, Sumapaz, El Pato, cuja criação já vem da guerra civil (1948-1958). Nasceram duma luta armada local, conduzida pelos camponeses, que, quando a guerra acabou com a reconciliação dos conservadores e dos liberais, não entregaram as armas, e se organizaram autonomamente, sob a direcção de dirigentes camponeses (dotados duma extraordinária formação militar), membros do Comité Central do P. C.. Depois das eleições de Março de 1964, a zona de Marquetalia sofreu um ataque maciço e cuidadosamente preparado do exército e da aviação, enquadrados e dirigidos por oficiais americanos. O comandante da zona, Marulanda, recusou-se a travar uma guerra de posições, que teria sido desastrosa deixou ao exército o controlo da parte habitada: um burgo sem importância, no qual este está apanhado numa ar-

madilha, pois Marulanda e os seus camponeses fazem uma terrível guerrilha de arrasamento dos soldados.» (Ed. Maspéro, p. 63).

Como vês, aqui não há qualquer crítica da autodefesa. Nem nesta passagem, nem no resto do artigo, se criticam os guerrilheiros pela táctica que seguiram. Pelo contrário, se há alguma coisa a notar são os elogios implícitos aos revolucionários. Mas talvez isto não te baste? No mesmo estudo, o lúcido analista de 1965, volta a falar sobre a Colômbia nestes termos: «Deste gigantesco cataclismo que atingiu um grau de crueldade sem igual em qualquer outra guerra, que ficou? Algumas zonas estabilizadas de autodefesa camponesa, que foram precisamente as únicas que, durante a guerra, se dotaram duma organização e direcção políticas (portanto, com uma disciplina militar rigorosa). Salvo nas regiões de Galilea, El Pato, Sumapaz e na frente guerrilheira sul de Tolima, onde o Partido comunista tinha conseguido instalar um comando único das forças camponesas e criar uma ordem institucional, o resto do país conheceu a violência anárquica, que não tinha outro objectivo além de responder à violência do partido adversário (liberal ou conservador), sem organização nem direcção». (p. 82).

Vês como ele punha o dedo na ferida ao assinalar a ausência de organização e de direcção. Ainda ia mais longe, até ao erro estratégico fundamental, na seguinte frase: «Mas a questão do poder nunca foi posta, nem pelos comunistas, nem pelos liberais mais avançados». (p. 82). Se me deixasse ir atrás dos meus impulsos, reproduzia-te muitos outros extractos deste texto. No entanto, há outra passagem que tenho de te mostrar. É a respeito da Bolívia.

É uma nota da página 65: «Este texto foi redigido antes da insurreição boliviana de Outubro-Novembro de 1963, no fim da qual desfilaram em La Paz os guerrilheiros falan-

gistas. Mais uma vez, os mineiros estiveram no centro do combate, seguidos pelos estudantes e trabalhadores de La Paz e Oruro. A junta militar levada ao poder depois da queda de Paz Estenssoro, não pôde evitar o «ajuste de contas» com o exército que os sindicatos mineiros queriam. O Partido comunista, dividido, prisioneiro da sua timidez reformista, não soube propor uma alternativa concreta à constituição duma junta militar. A opinião de todos os militantes é que a presença duma vanguarda política constituída teria transformado os resultados da insurreição. Teme-se que a repressão contra o proletariado e as forças democráticas recomece.» Sem comentário.

Não vou passar a ser o agente de publicidade das *Obras Escolhidas* do «jovem universitário francês». Tanto pior. No mesmo livro, recomendo-te a leitura do artigo: «Amérique Latine: Quelques Problèmes de Stratégie Révolutionnaire» (*América Latina: Alguns Problemas de Estratégia Revolucionária*) (1965). Por exemplo, na p. 147, vais encontrar esta observação: «Assim, como os camaradas colombianos já previam há muito tempo, a autodefesa de massas tornou-se ofensiva táctica de guerrilha.» Na p. 178 descobres que são dadas como exemplo «as milícias colombianas de autodefesa, que passaram a exército guerrilheiro, antes de se tornarem exército regular».

Por meu lado, contento-me em dizer que ninguém pode prever já as formas de que, transitoriamente, revestirá a luta que, na América Latina, será longa.

O medo obsessivo da influência ideológica chinesa cega algumas pessoas. Gostávamos de lhes perguntar o seguinte: Luis Carlos Prestes, quando fez a sua Longa Marcha em miniatura no Brasil, estava a imitar os Chineses ou a indicar-lhes o caminho a seguir?

Estás a ver o tipo de questões absurdas que se podem levantar. No entanto, é simples reconhecer que não há nada de novo na terra, e que os revisionistas (palavra maldita em Havana, sem dúvida por ser «chinesa»), em cada etapa da luta, encontram o seu caminho, tal como os revolucionários. Se o movimento revolucionário na América Latina não tem feito grandes progressos desde 1959, não é por imitar modelos estrangeiros — os ianques dizem «extracontinentais» — mas simplesmente porque os que deviam ser a sua vanguarda não souberam cumprir a sua missão. Talvez seja justo dizer que, na Guatemala, Yon Sosa se lançou nos braços do trotskismo porque, abandonado, não recebia ajuda das outras organizações políticas. Mas é preciso dizer porque é que isso era assim. E se Cuba ajudasse outro grupo da Guatemala? E qual?

Aliás, a tirada de Régis Ubu Castro sobre o trotskismo é accidental, e recorda, numa nota, (voltei à «*Revolution dans la Révolution?*»: p. 39), o elogio que Lenine fez de Trotsky. O que ele não suporta é a concepção chinesa da guerra revolucionária. Quando fala, por exemplo, do processo de formação das forças armadas revolucionárias, assinala que na China «se lançaram logo em combate exércitos regulares». Mas não se dá ao trabalho de sublinhar que os Chineses não recomendam nada esse processo devido a circunstâncias particulares e condições específicas de tempo e local. Da mesma maneira, quando critica uma certa concepção da «propaganda armada» (dispersão de pequenas patrulhas num vasto território onde fazem agitação política), escreve assim: «Para seguir a metáfora chinesa, o foco, em vez de se fechar como um punho para atacar e arrancar um dedo ao inimigo, abre-se e estende os cinco dedos, e é o inimigo que tem a força do punho frente a cada um dos dedos» (p. 54). Podiam supor que está a apoiar a China, não é? Mas acres-

centa logo: «Aqui, a convicção puramente intelectual não basta. Alguns guerrilheiros conheciam e liam regularmente obras teóricas ricas em metáforas semelhantes; nem por isso deixavam de continuar a dividir ao máximo as suas forças, até há pouco tempo.» É de pensar que, mesmo quando parecem justas, estas obras continuam a ser prejudiciais.

Gostava de perguntar aos dirigentes cubanos em que categoria é que classificam Francisco Julião, que estava bem cotado em Havana, e sob a inspiração de que «obras teóricas» organizou as «Ligas Camponesas» do Nordeste brasileiro? Uma vez que é preciso encontrar um responsável «extracontinental» para todos os falhanços, para todas as experiências falhadas nos últimos tempos na América Latina, digam-me qual foi o inspirador da agitação política não-armada de Francisco Julião, a que pôs termo o golpe de Estado de Abril de 1964? Não se responsabilizam os camaradas cubanos por todas as iniciativas revolucionárias infelizes, inconsistentes ou inconsequentes do continente, mesmo quando o seu silêncio ou a sua aprovação tácita podiam ser considerados como uma confissão de culpa. Também não os responsabilizam pelo atraso do desencadeamento da guerra revolucionária no Haiti, mesmo quando apoiam continuamente e oficialmente a organização revisionista — o Parti d'Entente Populaire (Partido da Entente Popular) — que, apesar de todo o seu paleio pseudo-revolucionário, propõe-se ser um partido legal do estilo do P.C.F. Isto num país onde, para não dizer mais nada, nem os sicários do tirano escapam às execuções sumárias. Não os acusam da acção das Unidades Tácticas de Combate que, nas cidades venezuelanas, o partido «comunista» utilizava com fins políticos, sob a capa de propaganda armada. Nem das derrotas, mutações e atribulações do movimento revolucionário na América Latina nestes últimos tem-

pos: porque os revolucionários, organizações ou indivíduos, são sempre responsáveis pelos seus erros, mesmo se as pressões ou os conselhos «benévolos» não lhes são estranhos. Mas que os camaradas cubanos não deem levianamente a primeira pedra aos outros, sobretudo não andem à procura de bode expiatório. Porque na medida em que deram o aval à política dos P.C. revisionistas, travando assim o desenvolvimento duma vanguarda revolucionária consequente, têm culpas no cartório. E se fosse só por isso...

Dezembro de 1967

Já te disse o que pensava da maneira, como Régis Ubu Castro, em «Révolution dans la Révolution?», apresenta o conceito de autodefesa e a sua aplicação na América Latina. Queria que continuássemos a análise do livro, agora sobre o problema da «base de apoio». Mais uma vez, arranja maneira de responsabilizar implicitamente as teses de Mao pelo falhanço da guerrilha no Peru. Porque, acha ele, Luis de la Puente tentou pespegar mecanicamente o esquema chinês na realidade peruana. Criou bases fixas logo no início das operações de guerrilha, opondo-se assim à experiência cubana, que só instalou uma base «ao fim de 17 meses de combates contínuos» (p. 64). Evidentemente, segundo a mentalidade paternalista que reina em Havana, os revolucionários peruanos cometeram assim um crime imperdoável, sancionado pelo seu falhanço.

Confesso que ignoro, com todos os detalhes e em toda a complexidade, as causas das sérias derrotas da guerra revolucionária no Peru. No entanto, sabemos de fonte segura que, depois do desaparecimento de Luis de la Puente, (corre que foi traído), e dos seus principais lugar-tenentes, a direcção do movimento tinha caído nas mãos dos tratskistas. Isso explicaria porque é que o desaparecimento de

um, ou vários, dirigentes trouxe uma catástrofe. Naturalmente, é uma explicação muito parcial, que damos com todas as reservas. No entanto, não a devemos afastar a priori.

Também sabemos que os camaradas peruanos tinham criado muitas bases ao mesmo tempo, e logo desde início, o que conduziu a uma extrema dispersão das suas forças. Manolo Tavares Justo cometeu o mesmo erro na República Dominicana. Se esta concepção de abertura duma frente de guerrilha não é cubana, também não é chinesa. Isso em virtude duma dessas «teorias ricas em metáforas» de que falava o próprio Régis Ubu Castro a propósito do «foco que se fecha como um punho para atacar e arrancar um dedo ao inimigo».

Dito isto, os Chineses preconizam realmente o estabelecimento de uma base fixa como ponto de partida, e não como «o resultado, em certas condições, duma série de provas de ordem táctica»? Sim, mas interpretar uma proposta de modo escolástico e mesquinho é mostrar, ou má fé, ou uma ignorância total do marxismo. Porque, quando Régis Ubu Castro declara peremptoriamente que Fidel só estabeleceu uma base ao fim de 17 meses de combates contínuos, não estou nada de acordo com ele, mesmo se foi o próprio Primeiro Ministro cubano quem lhe afirmou, e mesmo se todas as aparências lhe dão razão. A partir do momento em que Fidel foi para a Sierra Maestra, fez dela a sua base. O facto de, a seguir, ao fim de 17 meses de combates, libertar um território nessa mesma Sierra, cujas defesas reforçou e que tornou inexpugnável, é outra questão.

Não devemos confundir «base de apoio» e «território libertado». Se o primeiro contingente de guerrilhas que vai para a montanha se estabelece na sua base como em território conquistado, que defenderá palmo a palmo, custe o que custar, prepara-se para um

suicídio certo. O simples facto de um destacamento de combatentes revolucionários pôr os pés numa zona, não a torna, por isso «zona libertada». É possível que nem sequer seja uma «zona discutida». Por razões que dependem duma série de factores, a base de apoio pode, por exemplo, situar-se numa zona discutida, que o inimigo ocupa de dia e os guerrilheiros de noite. Por outras palavras, é preciso estar sempre pronto para evacuar uma base que, nos primeiros tempos, não tem qualquer instalação permanente». Podemos lá voltar em força e ocupá-la de novo. Régis Ubu Castro pensa que não foi por nada que Mao Tsé-tung definiu a seguinte táctica: «O inimigo avança, nós recuamos; o inimigo pára, nós cansamo-lo; o inimigo esgota-se, nós atacamos; o inimigo recua, nós perseguimo-lo.»

Esta táctica tem um campo de aplicação particularmente propício na defesa ágil da base de apoio. Prevenidos a tempo de que o inimigo está a chegar (quer seja a pé, a cavalo, de avião ou de helicóptero), evacuamos o local em boa ordem. Dissolvemo-nos na natureza. Não sem antes termos feito tábuas rasas na nossa retirada. Não sem termos deixado alguns voluntários, que conheçam a região como a palma da mão, para distrair o inimigo durante um certo tempo, cobrir a nossa retirada, dar-lhe a ilusão de que nos apanhou de surpresa, impedir que nos persiga. O novo ocupante depressa se dá conta de que caiu num vespeiro. Não encontra viv'alma (e é alvejado), nem um animal de carga, nem uma cabeça de gado, nem víveres. Todo o terreno está minado, os objectos escondem armadilhas, os bebedouros envenenados. Se tenta entrar num túnel, tem uma «boa recepção». À noite, é uma saraivada de balas, granadas, minas e até obuses. Vem a saber que os reforços, ou as colunas que vinham por outras vias, caíram em emboscadas preparadas muito tempo antes. Os soldados não po-

dem dormir, enervam-se, disparam sobre a menor folha que treme; desperdiçam as munições e as provisões diminuem. Os helicópteros que os abastecem são atacados, por vezes abatidos. Quando chegam a aterrar, são destruídos no solo. A tropa quer fazer uma operação de limpeza na floresta vizinha, ou nas montanhas em redor, mas rapidamente verifica que não se pode aventurar para além dum perímetro determinado. As bombas e o napalm nada podem fazer. Quando achamos que o adversário está suficientemente maltratado e cansado, atacamos em força, escolhendo cuidadosamente o sítio e o momento. Esta vida infernal depressa se torna insuportável. Pouco tempo depois, vem ordem de evacuar. Se evacuam por terra, os guerrilheiros encarregam-se de transformar a retirada em debandada. Perseguem sem piedade homens arrasados, com o moral abatido, fugindo como coelhos. Se a evacuação se efectua por helicóptero, também não há-de ser sem perdas.

Tudo isto, Sr. Régis Ubu, pressupõe uma preparação minuciosa, no decorrer da qual nada é deixado ao acaso. Porquê tudo isso, dirá, quando era muito mais simples abandonar o terreno e voltar, mesmo provisoriamente, ao nomadismo?

É que, sabe, está a dizer uma verdade comum quando escreve: «Em Cuba, a ocupação duma base guerrilheira, por decisiva que fosse, não foi o objectivo militar e político número um dos rebeldes. O objectivo número um, parece, era a destruição das forças inimigas e, em primeiro lugar, a recuperação de armamentos» (p. 65). Porque a **destruição das forças inimigas** não é senão o objectivo primeiro e final da própria guerra revolucionária. Ninguém faz da ocupação do terreno, base de apoio ou não, um caso decisivo. É essa condição indispensável (aniquilar física-

mente o inimigo) que permitirá passar à fase ulterior e última da luta, a guerra de posição e ocupação do terreno. Régis Ubu sabia que, por ordem pessoal de Mao, e com grande comoção dos seus mais próximos colaboradores, o exército revolucionário chinês teve de evacuar Yenan? Sabia o que representava Yenan aos olhos de todo o povo chinês, e quantos anos Mao lá tinha passado? Pergunta a si mesmo como e porquê os sul-vietnamitas continuam a controlar quatro quintos do Vietnam do Sul, enquanto que a agressão ianque se intensifica constantemente?

Quando os guerrilheiros defendem a base de apoio ao mesmo tempo que a evacuam, como descrevi mais acima, não têm outro objectivo além de infligir baixas ao inimigo e apoderar-se das suas armas. Mais, os inimigos que sobrevivem ao desaire, ou os prisioneiros que libertamos mais tarde, vão levar a desmoralização para o próprio seio das tropas inimigas e infundir-lhes o medo. Por outro lado, fortalecemos a confiança das massas na guerrilha e na vitória definitiva das nossas armas. Aliás, podemos decidir abandonar essa base por esta ou aquela razão. O autor cita um exemplo que vem reforçar não a sua tese, mas o nosso ponto de vista. Com efeito, assinala-nos que, nos fins de 1957, Che Guevara criou uma base no vale de Hombrito, em Cuba, e que teve de a evacuar perante o ataque inimigo. E acrescenta: «No entanto, a defesa tenaz de El Hombrito forçou o exército a retirar a seguir, e transformou a destruição da base numa nova vitória. A ideia de base era justa mas prematura» (p. 64). Não, a ideia não era prematura, na medida em que as tropas do Che provocaram perdas apreciáveis ao inimigo, que «forçou a retirada». Os melhores intérpretes dum acontecimento, nem sempre são os que

o viveram ou fizeram ... se é que esta interpretação fidelista é perfilhada pelo próprio Che.

Mas trata-se realmente dum simples erro de interpretação? Há omissões e esquecimentos perturbadores ... Dissemos que a guerrilha, de princípio, tinha em Cuba uma base de apoio que podemos chamar «natural»: a Sierra Maestra. Vão-nos chamar a atenção para o facto da América Latina estar cheia dessas bases «naturais», que só esperam os seus Fideis de Castro. Mas a base que os guerrilheiros foram encontrar em Cuba, nos últimos dias de 1956 e primeiros de 1957, seria assim tão «natural»? Não se tinha feito lá um trabalho político preparatório?

«Alarze», quer dizer, ir para as montanhas, sempre foi uma tradição em Cuba. Na altura da resistência indiana à conquista espanhola, já havia, como noutros sítios da América, os chamados «marrons», no Haiti, os «cimarrones» em Cuba. Eram rebeldes à ordem estabelecida que se refugiavam em sítios com a reputação de serem inacessíveis, ou para organizarem a resistência, ou simplesmente para se protegerem das perseguições. A Sierra Maestra era, em Cuba, o local apropriado para esse tipo de refúgio. Dizem que os sobreviventes da «guerrita de Mayo», de que já falámos, se tinham lá implantado. O que é certo é que a tradição era tão vigorosamente mantida até ao período anterior à revolução, que a Sierra já não era só o abrigo dos perseguidos políticos, mas também o antro dos criminosos de direito comum, que fugiam das perseguições policiais e judiciais. Deste modo, Fidel e os seus companheiros só puderam conquistar totalmente a confiança dos habitantes da região depois de terem varrido os bandidos que a infestavam. (Acerca deste assunto deves ter lido nas «Memórias da Guerra Revolucionária» de Che Guevara, o capítulo «A Luta Contra o Banditismo».) De-

morarmos mais tempo neste episódio, fazer eco de afirmações sobre uma pretensa colaboração entre malfeitores e guerrilheiros no princípio da luta armada, era cairmos na anedota. Limitemo-nos a dizer que o confronto teve lugar, e na altura em que se travou, constituiu um trunfo decisivo para o fortalecimento da guerrilha, tanto no plano militar como no plano psicológico. Mais, — e é o mais importante —, os combatentes revolucionários puderam contar, desde os primeiros instantes, com a adesão e a colaboração dos refugiados políticos da Sierra. A contribuição de Crescencio Perez, que, a seguir, foi comandante do exército rebelde, ao que parece, foi determinante para a sobrevivência dos guerrilheiros e o desenvolvimento ulterior da luta.

Dezembro de 1967

Disse-te uma vez que Régis Ubu Castro também tinha a mesma mania dos dirigentes cubanos de dar uma imagem idealizada da sua revolução, falsificada por um desejo de simplificação e pela necessidade de realçar os méritos que ninguém põe em dúvida. Com efeito, falar de ausência de base em Cuba na etapa inicial da guerrilha, e esquecer o nome do comandante Crescencio Perez, é pura e simplesmente falta de honestidade.

Hoje, levanto-me contra a exagerada glorificação do empirismo que emana das reflexões de «Révolution dans la Révolution?». Estou consciente do facto de que a defesa da base de apoio exige dos guerrilheiros uma formação política e técnica, uma resistência física, um dom de si próprio e um espírito de sacrifício ímpares. Nem por isso penso que cada guerrilheiro seja um Mao Tsé-tung em embrião, que seja preciso passar longos anos ou mesmo longos meses a formar quadros «a frio», a preparar o desencadeamento da guerra com a minúcia dum mecanismo de relojoaria. Não me recuso a dar uma certa parte à improvisação, deixar conscientemente uma certa margem ao empirismo. Só quero combater o subjectivismo pequeno-burguês de Fidel Ubu Debray, que leva a sua presunção ao ponto de declarar, no discurso de 26 de

Julho de 1966, que, se fosse brasileiro, Castelo Branco teria o mesmo destino de Batista. O que falta ao movimento revolucionário da América Latina não são, como ele diz, revolucionários determinados a combaterem, mas uma linha política justa que leve à adopção duma estratégia e duma táctica militares apropriadas para cada situação.

Ora é justamente o medo da formação ideológica que escorre por todos os lados no capítulo do livro de Régis Ubu Castro: «Parti et Guérilla» (Partido e Guerrilha), bem como nas duas últimas partes. O autor pede-nos que abandonemos todo o trabalho organizativo prévio e nos lancemos duma só vez na luta armada, à maneira dita cubana. Denunciando as teorias que levaram certos grupos revolucionários latino-americanos a arranjar uma direcção bicéfala — uma militar, outra política, a primeira estritamente subordinada à segunda — acaba por escrever que «esses métodos de trabalho têm uma causa política» (p. 90). Com razão, assinala: «No fundo, a muitas destas organizações políticas falta ainda uma análise concreta dos modos de produção em vigor em cada país da América Latina, das combinações existentes entre os diversos modos de produção, das formas de dominação dum modo de produção sobre os outros, análise que é a única que pode indicar as relações de classe existentes» (p. 91). Não são os marxistas-leninistas, directamente postos em causa aqui, que esquecem «que a guerra de guerrilha é de essência política e que, portanto, não podemos opor nelas o político ao militar» (p. 91). Não foi sem razão que Mao Tsé-tung disse que era preciso «pôr a política no posto de comando», sendo, ao mesmo tempo, ele próprio, estratega militar e homem político. Não é por acaso que no seu actual «mais próximo camarada de armas» estão intimamente ligados o militar e o político. Deste modo, Régis Ubu comete um

grave erro quando, querendo mais uma vez desacreditar as teses chinesas na América latina, as apresenta como o esquema copiado por certas organizações latino-americanas. Afirma sem pestanejar: «Para ser breve, contentemo-nos com um símbolo. Esta distinção da instância política e da instância militar tem nomes: Mao Tsé-tung e Chu Teh, no decorrer da guerra civil revolucionária chinesa e da Longa Marcha.» E eis, pois, Mao amputado de metade da sua personalidade, das suas actividades práticas e da sua obra teórica, fruto dessa prática! Assim, por decreto de Havana, onde julgam que Fidel Ubu Debray encontrou a pedra filosofal, Mao é capado da sua glória de organizador militar da revolução chinesa desde o levantamento da colheita do Outono até à tomada de Changai, passando pelas três primeiras contracampanhas «de cerco e aniquilamento» e a Longa Marcha! Mas o nosso jovem filósofo sabe sequer que é um desastre militar que está na origem da Longa Marcha, desastre sofrido devido ao afastamento das concepções de Mao da preparação da quarta e da quinta campanhas? Deu-se ao trabalho de ler e estudar a história da revolução chinesa? Pensa que o que está encerrado nos «Escritos Militares» do presidente Mao é o fruto de sonhos? Se Régis Ubu Castro ignora estes factos, Régis Debray, no artigo: «Le castrisme: la longue marche de l'Amérique Latine» (O Castrismo: A Longa Marcha da América Latina), ensina-lhe: (... a espera castrista, fusão da direcção política e militar, análoga nisso à tradição bolchevique e, ainda mais à chinesa, parece insubstituível» (p. 95). Sobretudo, não me venham cá dizer que o autor evoluiu desde as «suas discussões do ano de 1966 com os dirigentes cubanos», como escreve o seu editor. O escritor pode evoluir num ou noutro sentido mas os factos, esses, os factos histó-

ricos permanecem imutáveis! Todos os dias os podemos interpretar com uma nova óptica, mas, por favor, não lhes torçam o pescoço!

Na realidade, em toda a América Latina, só há um único exemplo dessa «distinção da instância política e da instância militar»: é o da Venezuela, onde foi levado até aos seus extremos limites. Mais uma vez, não é dar provas de honestidade política generalizar esse exemplo. Evidentemente, compreendemos o embaraço dos camaradas cubanos, que deram o seu aval, sem reservas, aos P. C. revisionistas da América latina, incluindo o venezuelano, a partir de 1964, como já te recordei. E isso, no momento em que este último acabava de levar a cabo a sua maior manobra politiqueria, nas eleições de Dezembro de 1963, comprometendo assim gravemente o futuro do movimento guerrilheiro. A manobra consistia em utilizar a guerrilha como arma de chantagem, em agitar a ameaça da luta armada como um espantalho, para obter uma participação nas eleições. A manobra foi tacitamente aprovada por Havana. Virá o dia em que saberemos todos os detalhes deste caso tenebroso, bem como os do carregamento de armas de que te falei.

Quanto aos «partidos e organizações cujas direcções políticas assim procederam, controlando do exterior o seu embrião de exército popular, mantendo essa dualidade de organização, ou retirando os militantes da guerrilha para irem ser formados politicamente noutro sítio» (p. 95 de «Révolution dans la Révolution?», cá estamos de novo), pessoalmente, só conheço um caso em que isso ESTEVE para acontecer: na Colômbia. Foi o partido revisionista colombiano que fez tudo para enviar Marulanda estudar para Praga, a pretexto de que não era um intelectual, quando era ele o principal suporte da guerrilha. Se os camaradas chineses cometeram tantos erros, porque será que não há vestígios deles

nos seus escritos. Como é que conseguiram alcançar tantas vitórias, antes e depois da Libertação.

De tudo isto, ressalta que os dirigentes cubanos fazem tudo para desacreditar o marxismo-leninismo. Para justificarem a época actual, chegam a distorcer a sua própria luta revolucionária. Assim, quando Fidel declara: «Os que querem fazer a revolução têm o direito e o dever de constituir uma vanguarda independente dos partidos existentes» (subentendendo que foi assim que as coisas se passaram em Cuba), estou de acordo com ele, porque é o que dizem também os marxistas-leninistas. Quando acrescenta que a revolução se fará «com ou sem partido» (como teria sido em Cuba), não estou de acordo. «Que não há revolução sem vanguarda» (como provou Cuba), concedo. Que essa vanguarda não seja «necessariamente o partido marxista-leninista» (porque não o teria sido em Cuba), contesto: a menos que diga que essa vanguarda já deixou de ser marxista-leninista em Cuba há muito tempo. Porque aí tem toda a razão.

Sobre a questão do papel da vanguarda revolucionária, Régis Debray dava-lhe, por antecipação, a réplica mais eloquente possível. Para isso, tenho de voltar ao artigo «Le castrisme... etc.» «O Castrismo... etc.» onde, numa nota de rodapé (p. 65 exactamente do livro «Essais sur l'Amérique latine» (Ensaaios sobre a América Latina) — nota que já reproduzi para tu veres — assinalava a necessidade duma «vanguarda política constituída» na Bolívia. Na página 78, imputava a maioria dos falhanços da luta armada na América Latina à ausência «dum aparelho político de ligação com as massas urbanas, que é o único capaz de fazer uma ligação entre uma acção de massa na cidade, se possível legal, de amplificar, pela propaganda, o eco do foco rural, de di-

fundir e fazer penetrar nas cidades um programa de acção, um manifesto político, de assegurar o financiamento e o abastecimento mínimo em armas, munições e víveres a partir do resto do país, etc.: caso da guerrilha argentina, paraguaiana, peruana, etc.». Na página 87, ainda é mais explícito:

«A organização político-militar não pode ser adiada.

«Não se pode deixar ao próprio desenvolvimento de luta o cuidado de a construir (¹).

«As condições post-cubanas — menos o efeito de surpresa a favor dos guerrilheiros e maior preparação política e militar por parte do inimigo — não permitem, parece, o mesmo empirismo neste ponto de Cuba».

Numa óptica revolucionária, vanguarda e partido é a mesma coisa. Só com a diferença que a vanguarda pode não adoptar as estruturas e as formas tradicionais dum partido de tipo novo, enquanto que este último pode existir sem desempenhar um papel de vanguarda. Foi o que se passou em Cuba (e noutros sítios, nomeadamente na Argélia), antes da revolução, quando o Movimento do 26 de Julho suplantou o P. S. P. na vanguarda das massas. O «26 de Julho» não era um partido propriamente dito, ainda menos um partido de tipo novo; mas, nestas circunstâncias particulares, desempenhou esse papel.

O «26 de Julho» representava uma vanguarda marxista-leninista? No sentido clássico, não. Mas os seus três dirigentes principais, (Fidel e Raul Castro, Che Guevara), agiram como marxistas-leninistas. Já em 1960, em «Verde Olivo», Che tentava apanhar o problema, escrevendo o seguinte: «... ao desencadear a luta, não fizemos mais do que obedecer às leis previstas por Marx o científico, e, por esse caminho da rebelião, lutando contra a velha estrutura do poder, apoiando-nos no povo para destruir essa estrutura e

tomando como base da nossa luta a felicidade desse povo, conformamo-nos muito simplesmente com as previsões do científico Marx. Quer dizer, e é bom sublinhá-lo mais uma vez, as leis do marxismo estão presentes nos acontecimentos da Revolução Cubana, independentemente do facto dos seus dirigentes professarem ou conhecerem plenamente, dum ponto de vista teórico, essas leis».

Pouco importa que agora Fidel renuncie a ser o que era: não pode apagar aquilo que foi. Portanto, em Cuba, não houve constituição dum partido apenas depois do triunfo da fase insurreccional da revolução. Houve reconstituição do partido, depois de se unir com outras organizações.

Apesar de numerosas particularidades, aliás próprias de todas as revoluções, a luta cubana não é um fenómeno singular que abale todos os dados do marxismo-leninismo. Os revisionistas, que ainda ontem eram mimados pelos dirigentes de Havana, são os únicos que acentuam constantemente a especificação da revolução cubana: menos, aliás, para insistir sobre a impossibilidade de a imitar do que para evitar fazerem eles próprios a revolução. Para nos convenceremos, basta ler «Problemas da Paz e do Socialismo».

Na nossa opinião, há três características da revolução cubana que não podem ou não devem repetir-se em mais lado nenhum da América Latina. A primeira, é o efeito de surpresa. Ninguém ignora que já não apanhará nem o imperialismo nem a reacção interior desprevenidos. Basta evocar o caso de Juan Bosch, na República Dominicana, e João Goulart, no Brasil. A segunda, é a brevidade da luta. A revolução não triunfará em mais nenhum país latino-americano ao fim de dois anos de guerra de guerrilha. Na Colômbia já se luta há mais de vinte anos; na Guatemala, há sete ou oito anos; na Venezuela,

há mais de seis anos; sem falar em países como a Nicarágua ou o Peru, onde a luta armada não se processou de modo contínuo. A terceira, é a não-intervenção directa dos Estados Unidos. Na América latina, como na China ou no Vietnam, a guerra civil revolucionária transformar-se-á em guerra patriótica contra o ocupante imperialista.

Em Cuba, a luta insurreccional foi, antes do mais, uma luta contra a tirania, contra a ditadura, pelas liberdades fundamentais, pela democracia... autêntica, como diria o P. C. F. Régis Ubu Castro foi induzido em erro, nesse ponto como em muitos outros, quando o levaram a adoptar a palavra de ordem «Pátria ou Morte» como a da guerra civil cubana. No entanto, só surgiu depois da tomada do poder, em Março de 1960. A palavra de ordem da luta pela libertação devia ser: «Liberdade ou Morte!» A batalha pela defesa e salvação da pátria só começou depois de 1959, perante a oposição americana. No futuro não será assim, e quem pensa que um país latino-americano pode destruir o aparelho de Estado reaccionário, daqui por diante, sem a intervenção directa dos ianques, é completamente cego. Esqueceram que os dominicanos, por terem ido mais longe que outros na sua vontade de entregar de novo o poder ao governo liberal, timidamente reformista, se chocaram com 40 000 «marines» e pára-quedistas armados até aos dentes? O próprio Régis Ubu assinala as circunstâncias que fizeram dos partidos asiáticos os porta-bandeira da luta pela independência nacional. Queria provar que os da América Latina, que nasceram em condições muito diferentes não podiam tirar partido das experiências do Extremo-Oriente. Mas não foca os acontecimentos dos últimos anos, que mostraram que é o próprio imperialismo que se encarrega de transformar, na altura escolhida por si, a guerra civil revolucionária em guerra

anti-americana. Saltar a pés juntos por cima desta realidade, é parar a roda da História em 1958.

Tudo indica, pois, por causa destas novas circunstâncias, que uma revolução proletária não pode chegar ao poder sem uma vanguarda mais ou menos bem estruturada e ideologicamente preparada. Dada a vigilância do inimigo interior e exterior, é preciso estar mais bem armado para lhe fazer frente, e o núcleo de revolucionários conscientes deve ter mais estofos do que tinha em Cuba. Isto não quer dizer que tenhamos obrigatoriamente de construir um autêntico partido, à imagem daqueles que já conhecemos na América Latina, e tentar legalizá-lo antes de nos lançarmos na luta armada. Penso que se deve edificar o partido, não com o objectivo de recolher o maná fornecido pelos países socialistas, não com o objectivo de fazer dele um maquinismo suplementar do sistema estabelecido e de reclamar o seu bocado do bolo, mas com o objectivo de preparar a tomada do poder pelas armas, de enquadrar e dirigir as massas na luta armada. A formação dos quadros, que começa A FRIIO, será completada no fogo da batalha, A QUENTE. Isto não são receitas que nós parimos a partir deste ou daquele modelo: é o que é preciso para enfrentar um inimigo alerta e para prosseguir uma guerra de longa duração, — carácter inelutável de qualquer luta latino-americana, se bem que os dirigentes cubanos não o mencionem. Neste caso, a experiência chinesa será menos útil do que se pretende.

Estarei a dizer algo de novo ao falar do carácter prolongado da guerra popular na América Latina? Régis Debray tinha feito tudo, através dos seus escritos, para me convencer que o inimigo, daqui em diante, já não será apanhado desprevenido no nosso continente. Da mesma maneira, o seu extenso desenvolvimento sobre a ofensiva ianque em

todos os campos, particularmente no plano militar, com a preparação que recebem os boinas verdes, chamavam-me a atenção para a inevitabilidade da intervenção americana. No que respeita ao conceito da «guerra prolongada», de novo esbofeteia Régis Ubu: «Os combatentes da F. A. L. N., sobretudo os das montanhas, são os primeiros a saber que começaram uma guerra longa. Uma guerra dura, com recuos, longas marchas, compromissos momentâneos ... A guerra revolucionária durará enquanto o inimigo for forte e prevenido.» (Tirado do artigo «Dans les maquis vénézuéliens» — Nos **Maquis** Venezuelanos — p, 44). E ainda: «Todos os guerrilheiros sabem neste momento que a guerra será longa e tem de o ser.» («Le castrisme ... etc.», p. 108).

Sobre as modificações que houve na América Latina desde 1959, dou de novo a palavra a Régis Debray. É de ler todo o artigo «Amérique latine; quelques problèmes de stratégie révolutionnaire». De qualquer modo, eis alguns breves extractos: «Cuba elevou o nível de preparação material e ideológica da reacção imperialista em menos tempo do que o das vanguardas revolucionárias» (p. 152). Segue-se um extenso desenvolvimento, tão realista que poderia parecer derrotista. Leva-nos a esta conclusão, na página 159: «Os sacrifícios de vidas humanas, a própria duração da guerra revolucionária, a sua complexidade, aumentaram, assim, depois de Cuba.»

Aborrecem-te estas citações?

Dezembro de 1967

Sabes que muitas vezes sorrimos da maneira como os interlocutores de Fidel ficavam encantados, fascinados pela sua personalidade. Régis Ubu não escapou ao fascínio, mesmo quando o Primeiro Ministro cubano lhe elogiava alguns aspectos da revolução que têm inconvenientes certos. Porquê propor o processo de formação ou de reconstrução do partido em Cuba como o único válido? Porquê querer reconstituir arbitrariamente as circunstâncias que fazem com que o nível ideológico no país seja tão baixo? Porquê opor-se à formação dum autêntico partido, anterior ou paralelamente à luta armada, quando o calcanhar de Aquiles da revolução cubana é precisamente a falta de quadros políticos saídos da guerrilha, o que levou os dirigentes cubanos a integrar no Exército Rebelde, e em postos de responsabilidade, pessoas que, como Joaquin Ordoqui, não tinham participado na luta e até a traíam sistematicamente? Pelo contrário, durante a guerra necessariamente longa na América Latina, teremos todo o tempo para formar quadros e dirigentes que tenham passado pela prova do fogo. Sabes que o exército chinês foi e é uma grande escola de preparação de quadros políticos? Sabes, já to tinha dito. O que prova,

mais uma vez, que não há nenhum fosso, a nenhum escalão, entre a instância política e a instância militar.

Nesta questão da formação teórica, Régis Debray também já deu resposta à Régis Ubu Castro: Vamos dar a palavra ao primeiro: «... Depois da Revolução Cubana, não é possível desenvolver uma prática revolucionária sem um grande esforço teórico de compreensão do imperialismo e da situação nacional de cada país. Por razões que seria preciso estudar, os movimentos de libertação subestimam o trabalho teórico.» («Entretien avec les étudiants de La Havane» — «Entrevista com os Estudantes de Havana» —, p. 195). Na mesma entrevista, declarava: «Há uma subestimação evidente da teoria revolucionária, quer dizer, da autocrítica e da análise do inimigo, do meio real, como fizeram homens como Lenine e Mao Tsé-tung, durante toda a guerra de libertação chinesa ou toda a revolução soviética» (p. 202).

Como vê-se por esta última citação, até 1966, pouco antes de deixar que lhe ditassem «*Révolution dans la Révolution?*», Régis Ubu ainda tinha respeito e admiração por Mao Tsé-tung. Anteriormente, em «*Le castisme ... etc.*», escrevera na página 62: «*PERU: Em Puerto Maldonado, na fronteira boliviana, foi liquidada a guarda avançada de uma importante coluna. Os guerrilheiros nem sequer têm tempo de entrar em acção. (Pablo Neruda compõe então uma ode à memória de Javier Heraud, jovem poeta peruano morto em Puerto Maldonado. A seguir retratar-se-á, na véspera das eleições chilenas de 4 de Setembro, quando insultou tudo o que a América e o mundo de hoje têm de leninistas.) A última parte da frase (tudo o que o mundo ...; etc.) é uma clara alusão ao ataque que Neruda então lançou contra Mao, que qualificava de «Buda vivo».*

Quando o destino duma revolução assenta nas costas dum único homem, ou dum grupo joga-se caras ou coroas. Durante muito tempo e talvez até hoje, a orientação da revolução cubana dependeu das concepções do seu chefe supremo e de alguns dos seus íntimos e fiéis companheiros, entre os quais o seu próprio irmão. Ainda hoje, as pessoas interrogam-se em Cuba sobre o que seria amanhã se Fidel viesse a desaparecer prematura e inesperadamente. Não é apenas «o primeiro entre os seus iguais»: pode decidir soberanamente apesar da reconstrução definitiva do partido. Pelo menos, nada se decide, nada está bem feito enquanto não tenha dado a sua sentença ou posto pessoalmente a mão na massa. A partida do Che, agravou esta situação. Que revolucionário podia apresentar-nos tal situação como exemplar? Na China, sendo a personificação da revolução, Mao está rodeado por uma equipa de «personagens históricas» que fizeram as suas provas, que são conhecidos, amados e respeitados pelas massas enquanto mantêm a linha revolucionária. Mais, está ligado directamente ao povo por um numeroso exército de quadros intermédios de grande valor, «vermelhos e peritos», como dizem em Pequim. Se a Revolução Cultural demonstrou uma coisa, «é que Mao Tsé-tung não é nem um quadro de aparelho, nem um potentado.

Régis Ubu cita o exemplo das dificuldades em que «a divisão entre os combatentes do interior e o seu governo político exterior pôs a Argélia de hoje» (p. 118). Na nossa opinião, o caso argelino pode ser apresentado como protótipo duma situação onde não houve qualquer direcção marxista-leninista. Não se tratava de divisão entre combatentes do interior e «governo político» (sic) externo. O G. P. R. A. representava realmente os que lutavam no interior: por isso pôde levar a bom cabo as negociações com a França e

concluir os acordos de Evian, aceites pelos combatentes. Confesso agora que, na sequência duma entrevista que Ben Khedda me tinha dado em Havana, em 1961, tinha ingenuamente acreditado que ele não passava dum figurante e que os verdadeiros dirigentes (que deviam ser marxistas-leninistas) estavam no campo de batalha. Mas os acontecimentos que se seguiram vieram provar-nos que estávamos simplesmente perante uma revolução nacionalista, fortemente marcada pelo Islão. A consequência foi a eliminação dos dirigentes do G. P. R. A., não em benefício dos dirigentes da guerrilha, mas no de outros, não-combatentes e ferozmente nacionalistas. Os marxistas-leninistas não apareceram em lado nenhum pela boa razão que não existiam. O Partido Comunista Argelino, seguia as instruções do P. C. F. revisionista e, por essa razão, não pôde desempenhar a sua missão de vanguarda: aí está a chave da evolução dos acontecimentos e não em qualquer divisão entre «interior» e «exterior». O que mostra que a guerrilha não é necessariamente «o partido em gestação», como escreve Régis Ubu Castro.

Portanto, é mais seguro fazer de maneira que o contrário seja verdadeiro, quer dizer, que o partido seja a guerrilha em gestação. Porque não é exacto que «na maioria dos países onde existem as condições da luta armada, a começar pelo foco militar, é possível acabar por fazer o 'foco' político; começando pelo 'foco' político, é quase impossível acabar por fazer o foco militar» (. 130).

Esta última frase lembra-nos a dos revisionistas segundo a qual a passagem pacífica para o socialismo é possível. Com efeito, é possível teoricamente, mas nunca aconteceu na prática e tudo nos deixa prever que não acontecerá. A começar pela história, que sancionou o uso da violência, sempre que houve uma autêntica revolução. Em suma, a tese

do foco militar que se transforma em «foco» político nunca se verificou em lado nenhum, incluindo Cuba. Porque neste país, como te disse, a organização política precedeu o desencadear das operações. A rede dos representantes do «26 de Julho» cobria o país, mesmo antes do desembarque do «Granma». Houve uma organização política na origem dos três focos de guerrilha que mais solidamente se implantaram até hoje na América Latina: o partido liberal na Colômbia; os grupos trotskistas e comunistas na Guatemala; P. C., M. I. R. e U. R. D. na Venezuela. Nota que, à excepção do teu país, as duas outras frentes não beneficiaram da ajuda directa de Cuba, desde início. Ainda é muito cedo para falar da Bolívia. Mas a experiência mostra, sem lugar para dúvidas, que os focos de guerrilha que beneficiaram do apoio duma organização política, no princípio ou imediatamente a seguir, tiveram mais chances de sobrevivência e de viabilidade.

Reconheço com Régis Ubu que nos países da América Latina onde existem condições propícias para a luta armada, a vanguarda só fica definitivamente consagrada quando dirige as massas para a guerra popular. Também admito que, até lá, todas as organizações de esquerda podem ser pretendentes ao título. Na verdade, nada impede que uma organização se intitule «marxista-leninista», mesmo se ainda não provou pelos actos que é autenticamente a vanguarda revolucionária. E, pelo menos, uma declaração de intenções que pressupõe todo um programa de acção. E ocupar de direito um lugar que não se ocupa de facto? E possível ... até nova ordem. Mas a designação «comunista» levanta os mesmos problemas; e que a idade média dos P. C. revisionistas da América oscila entre trinta e quarenta anos, que nunca tenham justificado o seu título senão pela criação duma

enorme burocracia, não parece embaraçar por aí além os camaradas cubanos. Na América Latina, ainda nenhum partido marxista-leninista tem seis anos de existência: porquê negar-lhes o direito a essa designação, enquanto que outros faziam tranquilamente carreira de «comunista», a gerir os edifícios de ligação, transformando a sua organização em empresa capitalista e em oficina eleitoral? É particularmente o caso dos P. C. da Argentina, do Chile e da Colômbia. Este severidade em relação aos marxistas-leninistas poder-se-ia explicar pelo respeito secreto que, apesar de tudo, os camaradas cubanos têm por eles? Se segredo há, foi muito bem guardado ... Porque, repito, os camaradas cubanos escolheram os anos mais cruciais e decisivos do movimento revolucionário mundial (1964-1966) para passarem um atestado de bom comportamento a todos os revisionistas da América Latina. Ainda ontem, em Janeiro de 1966, essa preferência e esse apoio manifestavam-se claramente com o convite desses partidos para a Tricontinental e a exclusão de quase todos os outros. Quanto à conferência da O. L. A. S., como confessaram os próprios dirigentes cubanos, não estava lá nenhuma organização marxista-leninista.

Por isso, protestamos contra as seguintes três afirmações, proferidas por Fidel Castro e retomadas por Régis Debray:

1) Se todas as organizações de esquerda podem igualmente reivindicar o posto de vanguarda, «não aceleraria a formação dessa vanguarda realmente representativa manter relações apenas com uma delas. O sectarismo nestas condições, mais do que ridículo, nem teria fundamento» (p. 136).

2) «Temos uma política de relações alargadas com todas as organizações de esquerda e de frente alargada, de acordo com a nossa Declaração de Havana» (p. 136).

3) Em contraste com outros países, a única exigência que a Revolução cubana exige para dar o seu apoio é a seguinte: não é possível aspirar à função de vanguarda sem enfrentar o imperialismo com actos e não com palavras, condição exigida por Lenine a todas as organizações que queriam aderir à Terceira Internacional» (p. 136-137).

No que respeita a este último ponto, podemos afirmar que a única organização revolucionária haitiana com experiência da luta armada é sistematicamente ignorada pelas autoridades cubanas. Pelo contrário, recruta todos os indivíduos que se submetam às suas teses, e pespega-lhes a etiqueta «revolucionários».

Esta é a verdade!

Janeiro de 1968

Parece-me que agora respondi inteiramente a todos os pontos da tua carta. Tentei dar-te as minhas impressões sobre a China, vista de dentro. Expliquei-te porque é que já não podia seguir a política cubana em relação à América latina. Assinalei-te o que me impedia de partilhar a tua admiração pelo livro de Régis Ubu Castro. Estou pronto e retomar o diálogo contigo quando me informares de novo dos teus sentimentos. Mas queria, antes de terminar esta série de cartas, resumir as minhas observações sobre a orientação actual do fidelismo, uma vez que, como latino-americanos, é a questão que nos diz mais respeito.

Assinalas a grande popularidade da revolução cubana entre os progressistas e não-comunistas de toda a espécie no mundo inteiro como prova de justeza da linha de Havana. Respondo-te que a burguesia sabe, quase instintivamente, o que pode assimilar ou anexar: é muito habilidosa na distinção do que a pode engolir e do que ela pode engolir. Sei, por experiência própria, os sofrimentos que custam aos povos os namoros dos seus dirigentes em relação a essa fauna internacional que chamam «intelectuais de esquerda». Há já algum tempo que a União Soviética também tem uma imprensa favorá-

vel junto das «pessoas bem». O que é que mudou: a União Soviética ou as «pessoas bem»? Não, com franqueza, a maior glória do dirigente revolucionário, do governo revolucionário é ser odiado, traído e caluniado pelo inimigo de classe declarado ou disfarçado.

Qualquer que seja a opinião pessoal subjectiva dos dirigentes cubanos, o seu país deve muito à China, pelo menos do ponto de vista político. Porque se, agora, Cuba pode fazer frente à União Soviética, delinear uma política externa independente e elaborar uma estratégia pseudo-revolucionária que quer impor a todo o movimento de libertação nacional, particularmente na América Latina, é graças à China. Esta, revoltando-se contra um **leadership** que já não se justifica, porque passou a ser exercido em benefício duma política chauvinista, nacionalista e egoísta, feito de recuos aos saltos e capitulação sistemática perante o imperialismo americano, dá a todos os países socialistas a possibilidade de se libertarem dessa tutela maçadora. Todos os revolucionários beneficiaram disso. Se a China tivesse continuado a aceitar, muda ou passivamente, a violação flagrante dos princípios revolucionários, não podemos prever o que teria acontecido à Albânia, enquanto que os vietnamitas teriam sido pura e simplesmente traídos e abandonados ainda mais do que já o são. Kruchtchev, que era menos manhoso do que a actual **troika**, não escondia que, pelo menos, queria lavar as mãos quanto ao destino do Vietnam, ao anunciar, no Verão de 1964, que a União Soviética ia renunciar à co-presidência de Genebra. Quando falam do eixo Havana-Hanoi-Pyongyang, sorrio, porque sei muito bem que se, por acaso, os «marines» resolvessem franquear de novo o 38º paralelo, só os Chineses é que estariam de novo ao lado dos camaradas coreanos. Naturalmente, não era o caso para agradecer à República

Popular da China. Esta não fez mais do que o seu dever e, como declaram em todas as ocasiões os seus dirigentes, a sua acção é tão benéfica para os outros como para si própria, na medida em que faz avançar a causa da revolução.

Evidentemente, cada um goza dessa recente independência à sua maneira. Até há os que recusam usá-la. Os dirigentes mais preocupados em não arranjamem «histórias» do que na defesa dos interesses do seu povo, continuam a aceitar tratados desiguais e contratos leoninos. Há muito pouco tempo, vimos o governo checoslovaco aceitar o financiamento da exploração de campos petrolíferos na Sibéria, por 509 milhões de dólares, a serem pagos em bruto extraído dessa longínqua região. O petróleo extraído da região de Moscovo saía muito mais barato à economia checoslovaca que, ainda por cima, paga ao seu fornecedor o dobro do preço que a Itália paga por tonelada ao mesmo vendedor.

Compreendo facilmente o desejo dos dirigentes cubanos — cujo patriotismo não pode ser posto em causa — consolidarem a sua independência nacional. Mas não poderiam pensar em consolidá-la no plano interno, não vivendo acima dos seus meios, contando com as próprias forças, como dizem os Chineses? De certo é mais fácil de dizer do que de fazer. Os camaradas cubanos respondem-nos, não sem razão, que não podem fazer o que os camaradas chineses fazem com um vasto território, com climas diversos e imensas riquezas ainda inexploradas. Em compensação, os cubanos procuraram desesperadamente um combustível no seu próprio solo ou subsolo. Em vão. A qualidade da nafta descoberta durante as prospecções efectuadas pelos técnicos soviéticos é insuficiente e não justifica uma exploração. As quedas de água são pouco numerosas em Cuba, e têm um débito fraco. As numerosas experiências realizadas no Instituto Cuba-

no de Investigações Tecnológicas demonstraram que a turfa de Ciénaga de Zapata não podia substituir o carvão. Concluiu-se que não era rentável importar as principais matérias-primas, que não existem em quantidade suficiente no país, para construir uma indústria siderúrgica. Faltando a base à indústria, isso reduzia singularmente a ajuda que poderia ter prestado à agricultura. No entanto... no entanto o Che até tinha um plano de instalação. Passemos adiante...

Então a solução revolucionária teria sido, durante duas ou três gerações, contar com o que se tinha e aplicar à letra a seguinte palavra de ordem, extraída dum discurso de Fidel, que aparecia nos cartazes em 1963: «Só tere-mos o que pudermos produzir»? Isso significaria, sem dúvida, trabalhar intensamente para aumentar a produção agrícola com meios rudimentares, até poder exportar excedentes apreciáveis em troca dos produtos industriais importados. Caminho longo e penoso, que se traduziria numa baixa sensível do nível de vida actual.

O que justamente se constata na China é que, ao contrário do que se passou em quase todos os outros países socialistas, a «revolução foi imediatamente compensadora no plano material. Os camaradas chineses contam-me que, a seguir à Libertação, para atenuar a falta de gasolina, inventaram um dispositivo para os autocarros andarem a gás. Isto dá uma ideia das dificuldades dos primeiros tempos e da vontade necessária para as vencer. No entanto, uma melhor distribuição do produto nacional bruto foi suficiente, também desde logo, para melhorar o nível de vida.

Mas, como já te disse, a classe média em Cuba é, proporcionalmente uma das maiores, senão a maior da América Latina. Pensa-se que o campesinato só representa cerca de 40% da população, uma das mais baixas percentagens do continente. A influência dessa peque-

na burguesia frequentemente é decisiva e determinante sobre o proletariado — não só sobre a aristocracia operária — e até sobre o campesinato. O «guajiro» cubano, em qualquer sítio, mesmo no mais remoto do país, onde quer que estivesse, não ignorava a existência da electricidade, da rádio, da televisão, do telefone, do frigorífico, se bem que não os utilizasse. Ora essa pequena burguesia, tanto urbana como rural tinha assimilado em larga medida o modo de vida americano, com todos os seus complexos, reflexos, motivações e aspirações. Aliás, já te assinalei o efeito que teve a curta duração da guerra revolucionária, no decorrer da qual não houve afrotamento directo com os ianques. Assim, a «surpresa» funcionou em cheio contra o inimigo, mas também acarretou muitos equívocos junto das massas mal educadas politicamente — não estou a dizer «não educadas» — que não tiveram tempo de começar a «interiorizar» o socialismo científico. Eram poucos os que, no 1.º de Janeiro de 1959, estavam prontos a admitir que o triunfo da revolução não acarretasse por si próprio uma elevação do nível de vida. Neste país que, na altura, estava cheio de grandes carros americanos (dos quais, diziam, 25 090 Cadilaques), consentir em ter só um carro europeu podia representar, mesmo para um quadro intermédio ou para um operário qualificado, um enorme «sacrifício». O gosto pelos aparelhos electro-domésticos em Cuba é tão grande, e são considerados tão indispensáveis como em França. Em tais circunstâncias não havia outra alternativa: ou fazer aceitar voluntariamente os «sacrifícios» por um trabalho ideológico quase sobrehumano, prejudicado não só por este contexto como pela proximidade do imperialismo e as empresas multiformes da C.I.A., que não está parada; ou então satisfazer o mais larga e rapidamente possível a aspiração a uma vida

material confortável. O Che não teria entrevisto a possibilidade da primeira via quando preconizava o recurso aos estímulos morais? Não era de admirar. Aliás, já se passou o seguinte fenómeno: as massas que, ontem, se revoltavam contra o antigo regime para, entre outras coisas, se livrar de certas privações, aceitam mais privações com entusiasmo para consolidar o novo regime. Bom, estou a teorizar. Porque, afinal, foi a segunda via que foi escolhida.

Não quero discutir contigo se a escolha foi boa ou má, nem as suas consequências no plano interno. Se bem que haja imensas questões que seria interessante aprofundar. Por exemplo: como é que, neste país, vão conseguir a eliminação progressiva da alienação do homem em relação aos bens que produz? Em Cuba não se está a hipotecar a independência nacional? Como é que, nestas condições, se pode falar em construir simultaneamente o socialismo e o comunismo? Pode-se construir o comunismo quando dois terços da humanidade ainda não estão libertados, quando todo o resto da América, com os Estados Unidos à cabeça, ainda está sob o jugo das classes dominantes reaccionárias?

Escolhida a via da facilidade, Cuba corria o grande risco de se tornar apenas num pequeno satélite gravitando, amarrado de pés e mãos, na órbita soviética. Não temos mais do que esperar o momento em que, ao menor desacordo com Fidel, Moscovo agite o espectro das represálias económicas. Submetido ao bloqueio do imperialismo ianque, isolado do movimento revolucionário latino-americano e mundial, tudo se passaria em circuito fechado e David, desta vez, teria de se ajoelhar perante Golias. Claro, a revolução cubana poderá sempre contar com a solidariedade actuante da República Popular da China, em face dum golpe duro. Porque, apesar dos esforços de Washington e Moscovo para subes-

timar o seu poder, com vistas a impedi-la de ocupar o lugar que lhe pertence, ninguém ignora que, hoje em dia, a China está preparada para enfrentar qualquer inimigo em qualquer ponto do globo. Tanto mais que o confronto com os Estados Unidos é singularmente fácil, uma vez que se pode à vontade escolher o ponto mais conveniente para atacar. Por outras palavras, não é absolutamente necessário enviar tropas e material para as Caraíbas para repelir uma agressão americana nessa zona; basta atacar objectivos pré-seleccionados mais próximos, permitindo assim a qualquer país socialista combater praticamente às suas portas o inimigo n.º 1 da humanidade, a polícia internacional. Assinalemos de passagem que, graças à presença da base de Guantanamo no seu solo, Cuba também tem essa vantagem de poder escolher o seu campo de batalha para manifestar a sua solidariedade a um país amigo, vítima da agressão ianque: podia ser tanto para ajudar a República Dominicana, em 1965, como para socorrer o Vietnam, actualmente. Portanto, se Cuba não tem fronteira comum com o Vietnam, por outro lado tem com os Estados Unidos: é a mesma coisa.

Mas, só mesmo apelando para Pequim na eventualidade de represálias económicas soviéticas ou duma agressão americana, Fidel corre ainda o risco de ser abandonado «sem dor» por Moscovo. Pelo menos, estaria sempre na desconfortável posição do pedinchão. Para não voltar a pôr em questão a sua política interna, penhor de tranquilidade, estabilidade e perenidade para o seu governo; para, pelo contrário, garantir o desenvolvimento ulterior dessa política, conservando ao mesmo tempo uma larga margem de manobra, Fidel esforça-se por se apresentar como porta-voz duma tendência no seio do movimento comunista e operário internacional. O que não lhe é difícil, uma vez que, se só há um marxismo-

-leninismo, há, pelo contrário, uma diversidade espantosa de revisionismos. A codificação do fidelismo em intenção do movimento de libertação nacional da América latina, para ser correctamente compreendida, não pode ser considerada isoladamente. Anda de par com outro elemento: «a via cubana para o socialismo» ou «a construção do socialismo simultaneamente com o comunismo», num país dependente, no plano económico, e atrasado, no plano ideológico. Tomando a cabeça duma pseudo «terceira via», ou «terceira força» no seio do campo socialista, o Primeiro Ministro cubano forja uma arma de chantagem com a U.R.S.S., principalmente. Não é por acaso que a resolução «anti-soviética» aprovada na conferência da O.L.A.S., em Agosto de 1967, se manteve secreta. O fidelismo é o instrumento de negociação no plano externo, para levar para a frente a «via cubana para o socialismo» no plano interno. O prémio de seguro que os dirigentes cubanos não tinham conseguido que as oligarquias latino-americanas e o imperialismo ianque lhes pagassem em 1964, com a Declaração de Santiago de Cuba, querem obtê-la com a «terceira via».

O objectivo aparente da obra de Régis Ubu Castro é explicar a «doutrina militar», necessária para o triunfo da revolução na América Latina. O autor está convencido do carácter inelutável dessa revolução. Nós também, mas todos sabemos que, se a libertação de Cuba nos deu coragem e esperança, a partida está longe de ser ganha. A luta está apenas a começar, conheceu alguns sucessos, ao lado de muitas derrotas. Régis Ubu quer encontrar a explicação disso num certo servilismo em relação a modelos de luta de tipo asiático (subentendido chinês e vietnamita). Na sua opinião, o que é preciso é inventar um modo de luta absolutamente original e apropriado à América Latina, sem imitar ninguém, a não ser a experiência cubana.

No entanto, antes de se tornar Régis Ubu Castro, Régis Debray também demonstrava o perigo duma imitação servil do modelo cubano, e combatia essa tendência. O que lhe valeu censuras em Havana, em 1966. No seu artigo «Le castrisme... etc.» dizia, ao fazer uma espécie de saldo da luta armada na América Latina: «De facto, a análise rápida das razões desses falhanços mostra que se devem à imitação demasiado apressada 'dum modelo', o da revolução cubana...» Vê o livro que já citei, «Essais sur l'Amérique latine» («Ensaaios sobre a América Latina», onde esta questão é largamente tratada.

Régis Ubu Castro — aliás Fidel Ubu Debray — fez todos os possíveis para impedir a influência da revolução chinesa, cujos dirigentes nunca tentaram, no entanto, apresentar a sua experiência como exemplar.

Um dos problemas capitais levantados pelo autor é este: uma organização política é necessária antes da abertura da guerrilha, ou a organização sai, posteriormente, das fileiras da guerrilha? O ponto de vista de Régis Ubu Castro é que uma organização política anterior à luta só a pode paralisar. Profetiza: «O Exército Popular será o núcleo do partido e não o inverso... É por isso que o trabalho insurreccional é, hoje, o trabalho político n.º 1» (p. 125 da «Revolution...»), desmentindo assim Régis Debray.

Se Régis Ubu Castro entende por «Partido» os partidos revisionistas dependentes de Moscovo, só posso dar-lhe razão. É evidente que estes — sob a influência da U.R.S.S., que não quer ter nos braços uma segunda Cuba na América latina, que principalmente, por nada deste mundo, quer romper a sua lua de mel com Washington — só têm procurado ocasiões e pretextos para fugirem ao confronto militar. Nota de passagem que Régis Ubu não se atreve a atacar directamente os

grupos revisionistas, tal como Fidel não ataca designadamente Moscovo, como fez com os Chineses — o apoio económico dos Soviéticos exige, em contrapartida, muito respeito pela sua linha.

Mas, se Régis Ubu condena o fundamento de QUALQUER organização política que dirige a guerrilha, respondo com as suas palavras que a consequência será «uma série de erros militares mortais». Pelo que, até agora sei da aventura do Che na Bolívia, é claro que cometeu, pelo menos, dois erros capitais: 1) julgou que podia levar o partido revisionista boliviano para a luta armada, e contou com o seu apoio (obcecado pela experiência cubana e também convencido de que as divergências ideológicas são assuntos estritamente das grandes potências); 2) não fez nenhum trabalho de mobilização de massas, pensando que o «detonador» aceso por uma banda de pequeno-burgueses, na maioria estrangeiros, bastava para pôr as massas em movimento. O falhanço do Che não é devido ao acaso, ao «destino», como disse Fidel. É o fim lógico e inevitável da estratégia fidelista, profundamente pequeno-burguesa. É o fim duma linha que não define cientificamente a vanguarda revolucionária, não identifica a força dirigente e a força principal da revolução, não traça uma linha de demarcação bem clara entre amigos e inimigos, entre verdadeiros e falsos amigos, entre aliados naturais e aliados ocasionais.

Nada foi, nem é, nem será mais grave para a revolução na América Latina do que a improvisação, o espontaneísmo, quaisquer que sejam os seus temperos. Por outras palavras, temos de evitar dois erros: instalarmo-nos na luta legal, bem abrigados num Partido com tabuleta na rua; ou ir para a montanha, à aventura, sem rectaguarda e sem direcção política estruturada.

Aliás, desde a publicação de «Révolution dans la Révolution?», Fidel Ubu Debray parece ter mudado de opinião sobre a questão essencial do partido e da guerrilha, pois declarava no seu discurso de encerramento da conferência da O.L.A.S.: «Não podemos negar a importância da organização política na preparação da insurreição armada.» Mas o dirigente cubano não está prestes a retratar-se. Está-se completamente nas tintas sobre a correcção ou falsidade duma linha, ou mesmo da ausência de qualquer linha. Portanto, pode mudar de posição como quem muda de camisa. Para ele, o essencial não é fazer avançar uma luta que, de qualquer maneira, progredirá (como ele sabe), mas saber virar a casaca a tempo para cobrar dividendos. Nesta perspectiva, o aval dado à acção revolucionária do Che na América do Sul era um trunfo importante. Não será que em Havana fazem, no plano internacional, o que acusam o partido «comunista» venezuelano de fazer no plano nacional?

Na verdade, «Révolution dans la Révolution?» constitui o esforço teórico mais completo, mais acabado, (apesar da sua miséria), na laboriosa elaboração do fidelismo para a América Latina. Para isso, era preciso demolir as teses chinesas: foi o que tentaram fazer. A presunção do Primeiro Ministro cubano, o exagero do seu papel individual à escala latino-americana (querem apresentá-lo como um novo Bolívar), tudo isso tem um objectivo preciso: cozinhar um fidelismo que se situaria supostamente a igual distância do marxismo-leninismo e do revisionismo, e que seria o único interlocutor válido» para todo o continente. Com quem é que vai dialogar amanhã? Ninguém sabe. No caminho que se afasta dos princípios, não há barreiras.

Quer dizer que este esforço que tende a capitalizar, para fins egoístas, o movimento revolucionário latino-americano não tem ne-

nhum efeito benéfico para a luta anti-imperialista? Só posso responder uma coisa: essa luta progredirá na medida em que os revolucionários, aceitando uma ajuda internacionalista material e moral, sem condições, contapovos, a sua aptidão em fundir no cadinho na-rem consigo próprios, com os meios dos seus cional todas as experiências estrangeiras sem cair no ecletismo; a vitória só será conquistada na medida em que os revolucionários afastarem qualquer modelo pre-estabelecido, e recusarem a satelização que, sob a capa da luta contra o satelitismo, propõe um mini-Kominform ou Komintern. A menos que o imperialismo ianque não sofra, a curto prazo, no seu antro ou noutro teatro de operações, uma derrota decisiva, a luta na América Latina será dura, longa, complexa. Propor, como arma ideológica, aos revolucionários do continente, as esquematizações simplistas contidas no livro de Régis Ubu Castro, é um crime. Pela nossa parte, contamos com a ideologia que anima o povo chinês para partir as costas ao polícia internacional. (A propósito, sabes qual foi a notícia que mais me alegrou em 1967? Vi, num documentário, tropas chinesas a treinarem uma carga à baioneta calada no próprio local onde se tinha acabado de efectuar uma experiência nuclear). Não há dúvida que os dirigentes cubanos têm interesse nisso; não há dúvida que tiveram uma contribuição extraordinária para a realização desse objectivo. Mas também não devemos perder de vista que AGORA têm também, e principalmente, interesse em assegurar à sua pequena burguesia um nível de vida acima das suas possibilidades.

Ao criticar a essência do fidelismo e exprimir a minha fé absoluta no marxismo-leninismo, não caio no disparate que justamente critico aos dirigentes cubanos. Por outras palavras, longe de mim pretender que só os partidos ou organizações que se reclamam do

marxismo-leninismo desempenham, ou estão à altura de desempenhar na América Latina, o papel de vanguarda. O movimento marxista-leninista mal está a começar. Está, pois, numa situação um pouco análoga à dos partidos comunistas, imediatamente após o triunfo da Revolução de Outubro. No entanto, com uma diferença, a de que já não estão ao serviço do «socialismo num só país». Estas teses, (que não vou pôr em questão aqui), marcaram toda uma era no movimento comunista e operário internacional; era que ainda não acabou totalmente (se bem que a situação que a gerou tenha mudado radicalmente, desde o fim da Segunda Guerra Mundial). Estas teses continuam a impregnar, em certa medida, os conceitos da maioria dos dirigentes marxistas-leninistas, mesmo os mais novos. Porque o nosso grande drama é que os marxistas-leninistas não nasceram duma geração espontânea. Saíram das fileiras dos partidos revisionistas e trouxeram consigo para o movimento hábitos de pensamento esclerosados e métodos burocráticos aprendidos com os revisionistas. Em certos países da América Latina até apareceram pretensos partidos marxistas-leninistas, na base de querelas pessoais e ambições dirigistas (caudillistas) no seio dos partidos revisionistas. Evidentemente, tais partidos não viverão muito tempo, não tardarão em subdividir-se e desaparecer. Na República Dominicana, por exemplo, assistimos ao desmembramento do «Movimento Popular Dominicano», que se reclamava do marxismo-leninismo, num certo número de grupúsculos inoperantes que lutavam encarniçadamente e sem princípios. Mas isto é apenas um dos lados da moeda. É um aspecto negativo dum fenómeno que, globalmente, é positivo. Porque, nos diferentes grupúsculos saídos do M.P.D. há uma maioria de quadros e militantes de grande valor. Nesse mesmo país, tam-

bém existe uma organização revolucionária séria, que tem por objectivo a constituição dum autêntico partido marxista-leninista, preparando-se para desempenhar activamente o seu papel de vanguarda do proletariado na luta armada. Ao temperar-se, o aço desembarracha-se da sua escória...

Aparentemente é estranho que essa organização dominicana de esquerda, a maior do país, à qual me acabo de referir, parece não agradar aos dirigentes de Havana, e muito menos aos de Moscovo, naturalmente. No entanto, já provou muitas vezes a sua combatividade revolucionária, particularmente na insurreição de Abril de 1965, em São Domingos, bem como a sua aptidão em assimilar e aplicar correctamente os princípios fundamentais do marxismo-leninismo. Nem por isso Havana e Moscovo deixam de ter relações privilegiadas com o grupo revisionista que só se aguenta graças ao apoio externo. Régis Ubu assinala o caso da direcção do partido marxista-leninista peruano, cuja organização de juventude o abandonou, indo integrar-se, em 1966, com o nome de F.A.L.N., nas guerrilhas. O que ele não assinala é que toda a base do partido revisionista tinha aderido à constituição do partido marxista-leninista. Mas o estado-maior revisionista, se bem que totalmente amputado das suas tropas, não só pôde manter relações exclusivas com Havana e Moscovo, mas ainda receber maior ajuda, que lhe permitiu transformar em diário o seu semanário! Tudo isso para que esse estado-maior possa servir conscientemente de informador à polícia (não é meu hábito fazer destas acusações levianamente) contra os marxista-leninistas! Trabalha-se para a revolução ou para criar um feudo no movimento revolucionário, um cantinho para si próprio?

Se, sob o pretexto desiludido de que nenhum governo tem uma política de princípios, me respondesses que os camaradas chineses

fazem o mesmo, afirmo-te que não há nada que permita dizê-lo. Desafio quem quiser para provar que os camaradas chineses codificaram a sua experiência e tentam generalizá-la ou impô-la aos outros como modelo único. Ninguém pode pretender que de Pequim saem directivas, desta ou daquela forma, com destino a um movimento, partido ou região do mundo. Acontece muitas vezes que, num só país, vários grupos se reclamem do marxismo-leninismo. Pequim nunca deu a qualquer deles o monopólio da verdade revolucionária; nunca deu a sua confiança absoluta e cega a uma organização revolucionária, em detrimento ou excluindo qualquer outra no mesmo país. Nesses casos, Pequim não decide; não resolve, sem apelo, ao contrário do que todos os dias fazem em Havana ou Moscovo, que convidam sem rodeios os outros grupos ou personalidades a juntarem-se ao feliz «eleito». Pequim apoia sem reservas e ajuda todas as organizações que, em qualquer parte do mundo, conduzam uma luta armada de libertação nacional ou anti-imperialista, abstenendo-se de impor uma estratégia ou uma táctica, ou o estabelecimento de relações exclusivas com ela. Pequim não intervém para manter no seu lugar num partido dirigentes que lhe são devotados mas repudiados pela base. Pequim não transfere os seus «poderes» a nenhum tipo de proconsul local que lhe tivesse jurado fidelidade incondicional. Pequim não dá de mamar a nenhum partido, grupo, personalidade, *globe-trotter* ou turista revolucionário. Pequim não é árbitro: não é lá que se vão despejar problemas e divergências que surjam num partido estrangeiro. Claro, também nisso se podem encontrar erros e insuficiências. Era infantil pretender que tudo lá se passa como no melhor dos mundos. Mas há um ponto essencial que distingue o marxista-leninista chinês dos dirigentes revisio-

nistas: é que sabe ouvir as críticas, admite-as, aceita de boa fé a discussão, de igual para igual; sabe autocriticar-se, reconhecer os erros e corrigi-las. Já não temos pela frente aquele tipo de «comunista» que falsifica com sabedoria os factos, os princípios da teoria, recorre às contra-verdades e à mentira, à intriga, à calúnia, aos golpes baixos e à trapaça para vencer camaradas honestos e persistir no erro.

O futuro imediato do movimento marxista-leninista na América latina depende da velocidade com que o trigo substituir o joio que nos chega dos celeiros e das oficinas revisionistas. Quer queiramos quer não, esta modificação efectuar-se-á. Simplesmente, uma vez que os que a podiam estimular se lhe opõem, será mais trabalhosa, custará mais vidas humanas, sacrifícios e derrotas de todo o tipo. Os exemplos negativos ensinarão aos militantes da América Latina que só os métodos marxistas-leninistas, comprovados, integrados nas condições locais, permitirão alcançar a vitória numa guerra popular prolongada contra as tropas ianques. Este processo vai-se acelerando na medida em que novos militantes saberão aliar rapidamente às suas qualidades revolucionárias intrínsecas a invencível fidelidade e a indestrutível sinceridade dum Mao Tsé-tung em relação à causa proletária.

Num discurso pronunciado em 15 de Janeiro de 1963, em Havana, no encerramento do Congresso das Mulheres de toda a América, Fidel exclamava: «E é preciso criar as condições subjectivas. Aliás, é com a ajuda da verdade histórica que se criam, e não falsificando a história.» Ao ler esta declaração, pergunto a mim mesmo se não devemos considerar a época em que foi feita como «tempos heróicos», definitivamente passados. Porque, face ao Fidel das falsificações da História e dos

simplismos de «Révolution dans la Révolution?», só se pode perguntar: quererá realmente contribuir para a criação das condições subjectivas da revolução, quererá realmente promover a revolução na América Latina ou procura apenas um valor de câmbio?

Caro amigo,

A tua última carta obriga-me a abrir de novo o «dossier cubano».

As coisas mudam rapidamente em Cuba. No mundo também. E principalmente na cabeça de Fidel.

Se os camaradas tivessem as cartas em 1967, tinham dito que eram caluniadoras. Ora, o Primeiro Ministro cubano veio confirmar as minhas afirmações em muitos pontos — e não dos menos importantes. É esse o caso, em particular no que respeita ao nível das classes privilegiadas, mantido artificialmente elevado. Com efeito, nos discursos de 13 de Março a 9 de Abril, Fidel propõe-se sanear a atmosfera. Reclama de todos mais esforços, mais trabalho, mais sacrifícios. É preciso que o povo compreenda que só pode contar com aquilo que tem. Até vai buscar, palavra por palavra, a directriz chinesa: «Contar com as próprias forças.»

Não te iludas. Fiz-te notar que já em 1963, essa directriz tinha sido lançada: «Só teremos aquilo que pudermos produzir». Nunca foi tomada a sério nem aplicada.

Aliás, a questão não foi posta em termos de luta de classes. Fecharam as vendas de bebidas alcoólicas e nacionalizaram todo o restante pequeno comércio privado. Esta medida,

dizem-nos, visa cortar as asas ao capitalismo renascente. Os proprietários dos estabelecimentos nacionalizados foram-nos apresentados como parasitas, preguiçosos, especuladores, elementos sem-classe, e até contra-revolucionários. É certo. O que não impede que essas pessoas fossem notoriamente conhecidas, vistas, localizadas, e com ficha. Por consequência, menos perigosas. Parece mesmo que era peixe miúdo, elementos sem cunhas, sem protecção, fora do circuito. Na minha opinião, o perigo principal está no seio da própria burocracia do partido e do governo, entre os dirigentes e altos funcionários, bem como os seus protegidos corruptos, sem consciência de classe, sem o menor sentido de igualdade racial. Aí estão os verdadeiros burgueses, organizados em clãs, rodeados pelas suas cortes, intelectuais e artistas niilistas, com os olhos postos em Paris, vis imitadores dos seus alter-ego europeus. Saneamento moral? Mas quem fez propaganda à vida nocturna, às boîtes, à mini-saia senão a própria revista «Cuba»? Quem introduziu o yé-yé em Havana? Quem levou Jean Ferrat a Cuba e teve um chique ao vê-lo? Quem grava os discos do pretense «jazz moderno», imitação servil da música comercializada, em detrimento dos inimitáveis ritmos cubanos? Sim, quem é o responsável? Os parasitas, os elementos sem-classe, os contra-revolucionários? Com fraqueza!

De qualquer modo, temos de reconhecer que, ao tomar estas medidas de «saneamento», Fidel revela um segredo importante. Pensa assim acabar com o mercado negro. (Já não é mau que reconheça a sua persistência). Mas só ataca os intermediários. Nada é mais fácil do que as ervas daninhas voltarem a crescer em terreno propício.

Olha, o Primeiro Ministro cubano declara ingenuamente que pensava que o pequeno comércio privado ia desaparecer por si pró-

prio, sem que fosse preciso tomar medidas administrativas para esse efeito. Tal como alimentava e alimenta a mesma ilusão no respeitante ao mercado negro. Se ele tivesse lido Mao, sabia que a poeira não sai donde não a varrem ou então que o inimigo não sai sozinho da cena da história. Várias vezes, os dirigentes cubanos admitiram que os seus conhecimentos teóricos não eram muito vastos na altura do triunfo da insurreição e que aprendiam ao mesmo tempo que os que iam dirigir. Mas que é que lhes aconteceu? Começaram a aprender com maus professores. Quando repararam nisso, decidiram que já não tinham de aprender nada com ninguém, que eram os seus próprios professores e — cúmulo do infantilismo — professores dos outros.

Em Janeiro último, elementos DEMASIADO enfeudados a Moscovo foram eliminados do partido, julgados e condenados. Ficaste logo satisfeito; proclamaste logo que «Cuba cada vez se afastava mais de Moscovo» e falaste em «radicalização». Pois eu acho que o simples facto de não enviar uma delegação a Budapeste não prova que se estejam a «radicalizar»: os jugoslavos fazer a mesma coisa, e justificam doutrinarmente a sua abstenção. Há muito tempo que Moscovo aprendeu a suportar, sem pestanejar, as fitas e os amuos do seu rebanho.

No novo caso Aníbal Escalante, dois aspectos importantes chamaram-me à atenção. Primeiro, o relatório de Raul Castro, publicado na «Granma», revelou que se tratava duma autêntica conspiração, tramada com a cumplicidade dos diplomatas e altos funcionários soviéticos em Cuba. Um dos conspiradores era o próprio conselheiro do Chefe (cubano) da Segurança de Estado. Isto dá-te uma ideia da importância e do poder tanto da infiltração como da influência soviéticas. E pensar que queriam que um «prochinês» de-

clarado como eu lá voltasse: era atirar-me de cabeça nas malhas da polícia secreta soviética, cujos meios em intrigas contra-revolucionárias são inesgotáveis. Mas o que te quero assinalar é que, apesar da gravidade dos factos, os dirigentes cubanos mostraram uma rara moderação. Não houve nenhuma denúncia tempestuosa da ingerência soviética nos assuntos internos dum país irmão!

O que é mais — é o outro aspecto que te queria assinalar —, o longo relatório que o Primeiro Secretário do Partido apresentou perante o Comité Central foi mantido secreto. Mais uma vez, trata-se de não ferir a susceptibilidade do «irmão mais velho», ou guardar, em reserva, uma arma contra ele. Mas o que te quero assinalar é isto: esta delicadeza comovente (se me permites que assim lhe chame) priva o povo cubano da possibilidade de terem uma palavra a dizer com conhecimento de causa. A manipulação de todo o caso rouba às massas cubanas o seu direito de apreciação e de crítica. Porque, se se tratar de repudiar uma linha errónea — e não de eliminar um rival — não há nada, absolutamente nada, que se possa substituir à crítica das massas.

Fidel pode muito bem explicar todas as medidas importantes que dita e fazê-las ratificar pelas massas, nem por isso deixam de ser medidas administrativas, burocráticas. Medidas aprovadas, sem dúvida, com entusiasmo, pela base, que nada lucram da sua educação, pois é estranha à sua elaboração. É bonito e comovente ouvir falar Fidel, que aliás não se priva disso. Tem a língua bem posta. Identifica-se com as massas e exerce sobre elas um magnetismo irresistível. Qualidades de tribuno, tem para dar e vender. Acho tudo isso encantador. O que me agrada menos é a falta de enquadramento das massas. O didatismo inteligente ou o génio político do di-

rigente supremo não pode substituir cem mil quadros-correias de transmissão. Cem mil quadros não formados na escola revisionista, exemplos vivos do sacrifício revolucionário, que aprendem junto das massas ao mesmo tempo que as orientam, que asseguram uma ligação estreita e permanente entre a base e a cúpula. Mas isso pressupõe muitas coisas. Entre outras e em primeiro lugar: a existência dum autêntico partido marxista-leninista (hás-de dizer que é uma ideia fixa que eu tenho), um pensamento director correcto, uma linha geral.

A propósito de «linha», existe uma em Cuba, mas é uma linha quebrada. Uma linha feita à medida dum homem com flutuações constantes. A «radicalização» actual é uma febre, como muitas outras. Uma febre depois do falhanço da operação-Bolívia. Uma febre que o refluxo revolucionário momentâneo destes últimos tempos, na América Latina, tornou necessária.

Quando é que o movimento revolucionário internacional deixará de pagar o custo da política interna de certos países socialistas? E quando é que as massas de certos países socialistas deixarão de pagar o custo de certos erros cometidos pelos seus dirigentes em política externa?

A RESISTÊNCIA ARMADA NO BRASIL

A resistência armada dos patriotas e camponeses do sul do Pará vai fazer dois anos.

A luta dos guerrilheiros do Araguaia, que conta com o apoio cada vez maior da população local e do Brasil, situa-se no movimento mais largo de generalização e de radicalização das lutas nos campos. A revista **Reforma Agrária**, por exemplo, indica que, só em 1971, houve 109 conflitos pela terra, mobilizando 150 000 camponeses, com uns vinte mortos.

Em 1972, as lutas nos campos continuaram e desenvolveram-se. Nos municípios de Luciara (Estado de Mato Grosso), houve muitos conflitos. Em Santa Helena (no sudoeste do Paraná), houve onze mortos e vários feridos num conflito. No Estado de Pernambuco, município de Escada, os assalariados agrícolas mobilizaram-se para obterem o décimo terceiro mês de salário. Conflitos entre a polícia e os assalariados agrícolas causaram a morte de José Inocêncio Barreto, dirigente da luta. No Estado do Ceará, os rendeiros mataram os proprietários e os seus filhos, no deendimento.

No Estado do Maranhão, nos municípios correr da luta reivindicando a redução do arde Primeira Cruz e de Josélândia, houve lutas pela terra entre os posseiros e os grileiros, no decorrer das quais foi morto outro dirigente camponês.

Estes dados mostram bem como a resistência corresponde a um desenvolvimento crescente do movimento de massas.

No Brasil, algumas organizações já tomaram posição e apoiam firmemente a luta dos camponeses e dos patriotas.

O Partido Comunista do Brasil, partido da classe operária, pela boca do seu secretário-geral, João Amazonas, declarava designadamente:

«...A luta armada que foi desencadeada em meados de Abril (1972), no sul do Pará, tem uma importância considerável. Antigos habitantes de São João do Araguaia, atacados pelas forças armadas, reagiram firme e energicamente. Retiraram-se para as florestas, decididos a fazerem frente ao banditismo dos soldados da ditadura. Não importa que essa resistência ainda seja limitada e local. O seu desencadeamento marca um novo salto qualitativo nos combates que o povo trava.

Introduz um elemento novo na situação, elemento que pode transformar o panorama político do país se a resistência tiver sucesso, e o facto de não se extinguir é o sucesso principal. O governo mobilizou grandes forças e numerosos meios materiais para enfrentar as acções corajosas destes habitantes. Por si só, este acontecimento reflecte as dificuldades da ditadura frente ao desencadeamento da resistência, resistência que goza da simpatia popular.

«A luta que foi desencadeada no Pará terá um grande eco. Não é por acaso que os militares multiplicam os esforços para que a opinião pública não seja informada destes acontecimentos. O facto é que a luta armada é um desafio lançado aos opressores que dá coragem ao povo. Além disso, essa resistência insere-se, pelo seu carácter, na frente geral de luta pela liberdade contra a ditadura. O facto de nessas operações participarem forças federais e não só locais mostra a importância dos acontecimentos que se estão a passar nessa região da Amazónia. Depressa, mais depressa do que se pensa, a maioria esmagadora da população unir-se-á aos combatentes de São João do Araguaia para os apoiar larga e resolutamente.»

Por seu lado, **Libertação**, órgão do Comité Central da Acção Popular, afirmava no seu editorial do mês de Outubro de 1972:

«Hoje, a demarcação entre a revolução e a contra-revolução é a atitude que se adopta frente à heróica resistência dos patriotas e democratas do sul do Pará.»

Apresentamos em anexo uma reportagem, que foi amplamente difundida no Brasil pela «Agência Brasileira de Notícias», órgão ao serviço das correntes democráticas e patrióticas brasileiras.

COM OS RESISTENTES NA FLORESTA AMAZÔNICA

OSMAR LUIS

Guerrilhas! Eis um tema que inflama a imaginação em todo o mundo. Vietnam, Laos, Cambodja, Guiné, Angola, Palestina, Colômbia, Bolívia, Venezuela, Guatemala, despertam sentimentos de admiração. Os resistentes ultrapassam tudo o que a humanidade conheceu de espírito de luta, dedicação e sacrifício por uma causa. Renunciam a tudo para lutar, de armas na mão, pelos fracos e oprimidos. Mantêm sempre acesa a chama, aparentemente fraca, mas que, no entanto, é capaz de lançar luz do fundo das florestas ou do cimo das montanhas, até ao coração dos povos, é capaz de iluminar toda uma época. Esses homens e essas mulheres são a lenda épica do nosso tempo. E agora, surgiram, também, no interior do Brasil.

Não é fácil encontrar os resistentes do sul do Pará. Os militares exercem uma vigilância estreitíssima, e é preciso fazer uma longa e penosa viagem até à floresta. Mas a maior dificuldade, aparentemente insuperável para um jornalista, é encontrar alguém que lhe dê uma pista.

Fui ao Norte do país em missão de rotina. O assunto que ia tratar era a estrada transamazônica. Fiquei vários dias na cidade de Marabá, a maior da região em que os resistentes exercem a sua actividade. No decorrer de conversas com alguns conhecidos, avancei a ideia de que seria interessante entrevistar os resistentes. As minhas palavras devem ter percorrido caminhos que desconheço, até chegarem às orelhas de alguém que podia transformar a minha ideia em realidade. O que se segue aconteceu muito simplesmente. Um cidadão vai ao meu encontro numa rua de Ma-

rabá e diz-me qualquer coisa no tom de quem está a perguntar as horas. Incredulidade e suspeita da minha parte. Sobretudo suspeita. Depois, a decisão de aceitar jogar o jogo. O primeiro passo, o mais difícil, estava dado. Depois, aparecimento dum segundo personagem, um homem velho que tinha informações sobre a minha pessoa, mas que queria saber mais. Finalmente, vinte dias mais tarde, depois duma viagem para o sul e voltar discretamente para a região, levam-me à presença dum terceiro personagem: desta vez era o próprio guia, um caboclo como os outros, e que, visivelmente, nada quer saber.

Não sei quem são esses homens, nem onde se encontram agora. Como a floresta é um labirinto sem caminhos, onde só os índios e os mateiros, e agora os resistentes, conseguem orientar-se, não faço a menor ideia do caminho que percorri. Para mim, é fácil respeitar a promessa que fiz ao homem velho: guardar silêncio sobre dados deste género.

E agora cumpro a minha segunda promessa, a de fazer a descrição verídica do que vi e ouvi junto da resistência. É claro logo à partida, que o meu interesse era sobretudo interesse dum jornalista e que não tinha tomado posição, nem a favor, nem contra a guerrilha. Esta entrevista é, antes do mais, um relatório objectivo dos acontecimentos.

O ENCONTRO

Não vou falar das peripécias da viagem, que durou vários dias. Penso que fizemos muitos e longos desvios. Utilizámos vários meios de transporte. Mas, geralmente, andámos a pé, através da floresta, levando apenas uma muda de roupa, comida e um hamac. Para mim, que vivo na cidade, a viagem foi uma dura experiência. As recordações mais peno-

sas estão ligadas à chuva, quase constante, à lama, sobretudo ao pé dos igarapés e aos tatuquira e sovela, espécies de mosquitos, e o último tem um ferrão terrível, que até atravessa o tecido do hamac. O sol não incomoda quando se viaja na floresta; a vegetação alta e densa protege o viajante.

Encontrámos muito poucos habitantes locais e nenhuns soldados. Segundo as informações, são cerca de dez mil na região. Distribuem-se por uma zona muito vasta, acampados perto das cidades e aldeamentos e ao longo das estradas que há. Uma dessas estradas foi construída há pouco tempo, a toda a pressa, para permitir o deslocamento das tropas e das viaturas militares. Algumas vezes, os soldados entram na floresta. Mas dentro ou fora da floresta, o meu guia sabia evitá-los muito habilmente.

Um dia, fizemos a nossa paragem habitual para o almoço. Depois de termos comido, o meu guia não deu mostras de ter pressa em retomar caminho. Ficou mais mudo do que o costume, um pouco inquieto e com muita atenção aos barulhos da floresta. Então, saiu um jovem das árvores e saudou-nos. Estava vestido como os habitantes da região e tinha uma espingarda ao ombro. Era o contacto que procurávamos. Trocámos algumas palavras amáveis, mais ou menos protocolares, sobre a viagem. Depois afastou-se com o guia, discutindo em voz baixa. Voltou para dizer que estava tudo em ordem e que podíamos continuar. Eram duas horas da tarde. Tive de reunir todas as minhas energias para acompanhar o recém-chegado. Andava com rapidez.

Não faço a menor ideia do que andei durante essa última etapa da viagem. O tempo passou muito depressa. De súbito, tomei consciência de que estava sentado no chão, entre um grupo de homens que me olhavam com curiosidade. Houve alguém que me ofereceu

uma malga com uma agradável bebida. Soube mais tarde que era sembreba, sumo de fruto silvestre. Bebi aos golinhos, devagar. Tinha terminado a marcha pela floresta. Pelo menos por agora. Foi o que me disse um dos homens, que parecia ser o chefe. Por ali fiquei durante a noite.

Eram dez no grupo, na maioria jovens. Nada vestiam que lembrasse um uniforme. Uns tinham sapatos, outros sandálias. A toda a volta havia armas, mochilas e cartucheiras que, pelo peso, deviam ter munições. Havia hamaes abertos, uns cobertos com encerados de plástico, formando como que uma barraca, outros protegidos por abrigos improvisados, formados com ramos de folhas.

Estavam ávidos de ter notícias do Sul e cidades. Bombardearam-me de perguntas sobre a situação política e a repercussão dos acontecimentos de que eram os principais protagonistas. Respondi como pude. A discussão generalizou-se. Entretanto, tinha havido modificações no grupo. Dois resistentes levantaram-se, pegaram nas armas e entraram na floresta. Alguns minutos depois, outros dois, que eu nunca tinha visto, apareceram. Penduraram as espingardas num ramo e juntaram-se ao grupo. Era o render da guarda.

Explicaram-me que já ali estavam há alguns dias à minha espera. Era um local seguro. Não havia unidade do governo num raio muito grande. Tinham tomado todas as precauções de segurança, para que eu pudesse realizar o meu trabalho sem problemas. Não havia perigo de ser localizado, ter de recuar rapidamente ou ter de travar combates.

— Em geral estamos muito bem informados sobre os movimentos de tropas. Conhecemos a região e temos uma grande mobilidade, disse o chefe. São algumas das nossas vantagens. O exército só pode entrar na floresta em grupos pequenos, que se deslocam muito

devagar e correm o risco de se perder. Podemos dar conta dos pequenos grupos. Se a situação está a nosso favor, aceitamos o combate. Se não está, retiramos.

— Mas já tiveram baixas.

— E a ditadura também. Mortos e feridos. Penso que eles tiveram mais do que nós. As nossas baixas foram um pouco resultado do efeito de surpresa inicial que os militares tiveram nalguns sítios. Agora, já não nos apanham desprevenidos. E já temos alguma experiência e conhecemos melhor os métodos do inimigo. A primeira ofensiva da ditadura foi um falhanço.

Perguntei se os que ali estavam já tinham tido o baptismo do fogo.

Cinco responderam afirmativamente. Mas vi que não queriam entrar em detalhes. Arrisquei uma pergunta sobre o número de destacamentos em que se dividiam os resistentes, os seus efectivos, zonas de operação, etc.

— Não sabemos, e se soubessemos, provavelmente não o diríamos.

Também não podiam revelar dados pessoais.

— Aqui, ninguém pode dar esse tipo de informações. Mas você vai falar com camaradas que já são conhecidos. O que eramos dantes, pode adivinhá-lo pela cara e maneira de ser.

De facto, pude constatar que alguns nunca tinham saído do interior e outros vinham das cidades.

— Há muitos habitantes nesta zona?

— Há sim. Por todo o lado há pequenas explorações. O fluxo de camponeses que vêm doutros estados é constante e crescente. Como não podem arranjar terra junto das aldeias e das estradas, entram pela floresta. Durante a apanha da noz do Brasil, a população multiplica-se. Também há os pesquisadores de ouro e pedras preciosas, e os lenhadores. Nas

minas de ferro da Serra dos Carajás, o número de operários aumenta. Também há por aqui alguns grupos de índios.

Estes homens pareciam estar muito aclimatados à vida na floresta e já habituados às privações. Pareciam-me muito realistas e conscientes do que faziam. Havia entre eles um clima de camaradagem e podia-se observar um certo nível de disciplina e de organização.

Passamos o resto da tarde a conversar. Jantámos antes do cair da noite. Paca assada e mandioca cozida, que preparam com grande habilidade. Dormi como um justo nessa noite. Mesmo com mosquitos.

«MINEIRÃO»

No dia seguinte, muito cedo, avisaram que estava a chegar, dum momento para o outro, o «Mineirão», um dos comandantes dos resistentes. O seu nome é Osvaldo Costa, e já tinha ouvido falar dele em conversa com os habitantes de Marabá. É um personagem um pouco lendário na região. Dizem que tem uma enorme força física, capaz de levantar pesos enormes. Que anda pela floresta à mesma velocidade que nas estradas. Pelo que ouvi, goza da estima do povo. Disseram-me que em Araguaetins, uma mulher tinha afirmado em voz alta e clara, no mercado da cidade: «Ninguém me pode obrigar a dizer mal do sr. Osvaldo. É a pessoa mais honesta que aqui conheci. «Foi imediatamente presa e espancada pelos polícias ali mesmo, na rua. Mas continuava a repetir: «O sr. Osvaldo é uma pessoa recta, ninguém me fará dizer o contrário.» Oriundo do Estado de Minas Gerais, Osvaldo Costa estudou na Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro, foi campeão de boxe amador e fez o C.P.O.R. (Centro de Preparação de Oficiais de Reserva), passando a ser oficial de reserva.

É um atirador notável. A sua cabeça, como a de Paulo Rodrigues, outro comandante dos resistentes foi posta a prêmio. O exército oferece um prêmio em dinheiro a quem o matar.

Quando chegou, acompanhado por outros dois camaradas, foi fácil reconhecê-lo. É um negro enorme, com quase dois metros de altura e tem um grande sorriso, mostra os dentes todos. Muito simples, sabe pôr as pessoas à vontade.

Contou o princípio do movimento. Até 12 de Abril desse ano, estava tudo calmo. Nesse dia, as forças do exército atacaram os habitantes de São João do Araguaia e, depois, de Conceição do Araguaia. Na zona de Santa Cruz, onde ele habitava, o ataque veio alguns dias depois. Nesse primeiro ataque foram presos um jovem do Ceará, muito conhecido na região e entre os estudantes, que se chamava Genuíno, e um velho negro, Francisco, que Costa diz que é um velho combatente, bem como outro jovem, conhecido pelo nome de Vítor. Depois, vários outros habitantes foram presos, e muitos deles espancados. Costa citou o caso da prisão de padres e freiras na Palestina, que eu já conhecia. Disse que em Araguatins, um barqueiro, conhecido pelo nome de Baiano, foi amarrado a uma árvore, na praça, e espancado durante dois dias, acusado de ter negociado com os «rebeldes».

—A resistência surgiu em grande parte em consequência de tudo isso. Os que não queriam ser humilhados, torturados e, provavelmente, assassinados pegaram em armas.

—Mas qual foi a razão desse ataque?

—Também gostava de o saber. Penso que foi porque neste país existe um regime militar em guerra com o povo. As autoridades vêem por todo o lado o espectro da subversão, e perseguem os que lutam contra as injustiças. Aqui, os camponeses sofrem horivelmente nas mãos dum punhado de poderosos. E nós, nós nunca aceitámos esta situação.

Veja os factos. Estou aqui há sete anos. Conheço bem o problema. Eu e outros amigos habitávamos na margem do rio Gameleira. Quando apareceu a estrada transamazônica, toda a região se tornou o centro da cobiça dos grandes lavradores e capitalistas que manejam enormes somas dos subsídios sem impostos concedidos pelo governo. Nos fins de 1970, começou uma ofensiva dos grileiros. Toda a margem direita do Gameleira, desde a estrada de São Geraldo, até à nascente do rio, ou seja, dezenas e dezenas de léguas de terras, foi considerada propriedade do sr. Antonino, um velho grileiro detestado que é dono duma serração em São Geraldo, frente a Xambioá. Como sempre, os polícias puseram-se ao serviço dos poderosos. Por ordem de Antonino, os polícias usaram a violência para expulsarem os que habitavam e trabalhavam nessa terra. João da Enedina, por exemplo, ficou com a sua casa queimada e a sua pequena plantação destruída. Nunca pagaram um centimo pelos prejuízos que sofreu. Uma vasta zona desbravada pelos camponeses, cuja produção estava a desenvolver-se, passou para as mãos do grileiro e passou a ser deserta. Mais tarde, apareceu na região um capitão da força aérea que, apoiado pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), dizia que era dona de toda a margem esquerda do Gameleira, incluindo as terras onde nós vivíamos. A inquietação aumentava, o povo não se resignava. Não aceitámos abandonar as nossas terras. Talvez tudo isso explique o ataque das tropas federais.

—E as pessoas da cidade que estão convosco?

—Também sob esse aspecto, o governo colhe o que semeia. Vieram muitas pessoas para esta região, principalmente jovens, que já não podiam viver nas cidades, por causa da repressão. Queriam continuar a luta junto do povo daqui, compreendendo que as aspira-

ções desta população que sofre, que é espoliada e não tem nenhum direito, fazem parte das aspirações de todo o povo brasileiro.

—Mas vocês tinham armas...

—Felizmente que tínhamos. Aqui, uma arma é uma coisa de uso corrente. É um meio de sobreviver, serve para a caça e para a defesa pessoal. Agora, também serve para resistir à agressão. Finalmente, é preciso acabar, no Brasil, com esta situação em que a polícia ou os soldados matam as pessoas do povo sem arriscarem a sua pele e impunemente.

—Têm possibilidades de resistir com sucesso e de vencer?

—Resistir, já resistimos, apesar das dificuldades, que são enormes. Quanto a vencer, isso não depende apenas de nós. No país há patriotas revoltados perante a venda do país aos monopólios estrangeiros por parte do governo, democratas que já não suportam a opressão, operários que sofrem privações cada vez maiores, camponeses que querem a terra para lá trabalharem sem a obterem. Juntos, formam a esmagadora maioria da nação. Se se alcançar a união de todos e a luta resoluta, então o povo vencerá.

—Concretamente, que objectivo têm a união e a luta?

—Para livrar o país da ditadura militar, conquistar a liberdade e criar condições para que a nação escolha livremente o seu destino. Uma coisa é certa: o Brasil é grande em demasia para ser uma caserna dos generais fascistas. Não pode continuar a ser o paraíso do capital estrangeiro e o inferno do seu próprio povo.

AS MULHERES RESISTENTES

Logo a seguir ao almoço, chegou ao acampamento um pequeno grupo de resistentes. Entre eles, uma rapariga, alta, morena, cuja

cara conhecia. Elenira! Sim, era ela, não havia dúvidas. Conheci-a em 1968, quando estava a cobrir as manifestações de estudantes em São Paulo. Elenira Machado era um dos líderes universitários que, com Travassos, Dirceu e outros, dirigiam as grandes jornadas da União Nacional dos Estudantes, jornadas que tiveram uma enorme repercussão em todo o país. Os seus amigos mais íntimos chamavam-lhe «preta». Muito combativa e inteligente, era muito comum, quando era contrariada, ouvi-la dizer sonoros palavrões. Depois do acto institucional n.º 5, Elenira foi perseguida pela polícia, mas conseguiu sempre escapar.

—Tu por aqui, Elenira?

Ela também me reconheceu. Recordámos situações e amigos comuns. Evocou vários jovens revoltados, «pessoas que participaram nas acções dos estudantes, viram os seus amigos assassinados na rua e que, depois, conheceram as prisões, as humilhações e revoltaram-se perante as violações de raparigas presas, perante as selváticas torturas empregues nas casernas e na polícia».

Continuou:

—Muitos foram assassinados e não os podemos esquecer. Outros estão na prisão ou no exílio. Muitos são os que mantêm, em várias frentes da luta, o mesmo ardor desses tempos. Não é verdade?

—Como é que te tornaste resistente?

—Pois bem, parece que a ditadura não gosta de mim e eu pago-lhe na mesma moeda. Também não gosto dela. Continuar nas cidades era impossível. Não podia e não queria abandonar tudo e preocupar-me só com a minha vidinha. Então a única solução era vir para aqui. O regime que cobre o Brasil de sangue tem de ser derrubado. Isso está na cabeça e no coração de milhões de jovens. Eu também lá estou...

—És a única resistente?

—Não. Há mulheres daqui e das cidades.

Safam-se todas muito bem. Há algum tempo, uma resistente foi presa para os lados de São Geraldo. Perdeu-se e foi descoberta pelos soldados. Quando foi apanhada, reagiu. Os soldados tiveram de a amarrar, e foi assim que a levaram. Por todos os sítios onde passava, chamava os camponeses à luta contra o governo, sem temer as ameaças de morte dos militares que a levavam. Na região toda a gente fala da bravura desta camarada, Já ouviste falar de Dina, não ouviste? A sua cabeça foi posta a prêmio. É uma excelente camarada, simples, devotada e corajosa.

Elenira pediu-me para telefonar à sua família a dizer bom-dia, quando passasse por São Paulo, e para transmitir aos jovens um apelo para que mantenham erguida a bandeira da liberdade, sem dar descanso à ditadura. «O que persiste na luta, sublinhou ela, acaba por triunfar.»

ESTA LUTA É A NOSSA

Ao fim da tarde, Osvaldo perguntou-me se estava disposto a fazer outra marcha no dia seguinte.

— Porquê?

— Para discutir com um médico. Ele não pode vir até aqui. Vai vê-lo com dois camaradas e pode estar de volta ao fim da tarde.

Assim, no dia seguinte, muito cedo, estava de novo a caminho, com dois camponeses resistentes da região. Um deles era muito loquaz e, durante o caminho, explicou-me como tinha ido para as guerrilhas.

— Para os pobres, a luta é a mesma coisa do que o ar. Ninguém pode viver sem ar. Ninguém vive sem lutar. No interior, os pobres têm tudo contra eles. É o grileiro que expulsa os habitantes, a doença que nos destrói. O bate-pau (a polícia local) humilha-nos e rouba

os camponeses. As doenças destroem as culturas. O proprietário das plantações de noz do Brasil caça as pessoas como se fossem ladrões de nozes. O comprador de arroz paga uma miséria pelo que nós produzimos. O preço do café, do açúcar, dos medicamentos, dos machetes, dos machados aumenta todos os dias. A criança morre por falta de assistência médica. A fome está sempre presente. A única maneira de sair disto é a união e a luta. É bom gritar contra tudo isto. Mas os gritos não vão muito longe. Mas os tiros sim. O barulho deles chega a Brasília. E olha os generais que chegam a correr para distribuírem medicamentos para os pobres. É o barulho dos nossos tiros que ressoa nos seus ouvidos... Então isso prova que esta luta é boa. Para o homem do campo, quer dizer que finalmente vai chegar a sua hora. Vai varrer os militares parasitas que põem e dispõem. Esta luta é a nossa, e os habitantes daqui apoiam-na. É preciso que alastre por toda a parte, no interior e nas cidades.

Nunca se cansava de falar. Dizia-me o que, decerto, estava habituado a dizer aos outros camponeses. Procurava convencer-me. Enquanto estávamos a comer, continuou:

— Olha, estamos aqui desde o «Inverno» passado (a estação das chuvas), e já estamos no princípio doutro Inverno. As pessoas lutam de várias maneiras, não é verdade? Muitos militares já foram parar ao inferno com as nossas balas, e outros ao hospital. Mas se o governo manda tantas tropas para nos esmagar e não consegue, isso também é luta.

Este raciocínio era dele ou era doutro? Agora, queria contar uma história, com a sua voz monocórdica, palavra após palavra, lentamente:

— Um camarada nosso, um jovem muito bem educado, mostrou, ainda há pouco tempo, que não lhe falta coragem. Teve um ataque

de malária e estava escondido no mato, deitado num hamac. Um polícia local disparou cobardemente sobre ele e atingiu-o no ombro. «Quelé» — era o seu nome — não se deu por vencido. Foi apanhado insultando os militares. Este jovem, ferido, doente e cheio de sangue, que fazia pena vê-lo, foi amarrado às costas dum cavalo e assim o levaram para Xambioá. Por onde o cavalo passava, deixava marcas de sangue. Cada vez que encontravam uma casa, «Quelé» chamava o povo a lutar contra o governo de bandidos. Falou até ficar sem voz. Não deve ter chegado vivo.

Sem dúvida, nesse momento, estava a formar-se uma lenda popular: a história do jovem «Quelé». O martírio deste jovem, amarrado às costas dum cavalo, morrendo aos poucos e pensando apenas em dizer a verdade a quem o podia ouvir, com a voz cada vez mais fraca, constituía a matéria-prima dessa elaboração ditada pelo amor e admiração que o povo consagra sempre aos que se sacrificaram. Zumbi dos Palmares, Felipe dos Santos, Tiradentes, Frei Caneca, Siqueira Campos, não tiveram este género de consagração? A história do jovem «Quelé» tem a mesma coragem, sacrifício e beleza. Talvez me engane, mas parece-me que em breve correrá o sertão, passando de boca em boca, modificada, enriquecida e sempre admirada.

MÉDICO E COMBATENTE

Uma hora depois, chegámos ao local onde estava o médico. Magro, grande, de tez clara, com óculos. Tem mais ou menos trinta anos, fala com voz baixa e lentamente, como se o seu pensamento vigiasse sempre as suas palavras. Nunca se exalta e não tem as características exteriores que se poderia pensar que teria um resistente, pois não é apenas médico mas também combatente. Nada disse

sobre si próprio. Mas «Mineirão» contou-me um episódio em que o doutor João Carlos estava metido:

— Há três meses, ele e outros camaradas caíram numa emboscada. O médico foi atingido por duas balas nas pernas. Ferido, reanimou o moral dos seus camaradas surpreendidos pela emboscada, gritando: «Fogo sobre essa canalha!» «Se temos de morrer, vamos morrer a lutar.» Os resistentes ripostaram com firmeza ao ataque e a situação inverteu-se. Os militares foram postos em fuga, apesar da sua superioridade numérica. João Carlos, ensanguentado, conseguiu avançar pela floresta com os outros. Ficou lá durante mês e meio para se curar. A situação era muito difícil porque, durante o combate, tinha perdido a mochila onde estavam os medicamentos. Teve de utilizar os meios locais. Está curado. É um bom médico e um grande camarada.

João Carlos Haas Sobrinho é um gaúcho, habitante da região de São Leopoldo. É diplomado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul, onde era dirigente estudantil. Foi presidente dos estudantes da Faculdade em 1964. Foi preso nessa época.

— O que é que fez para chegar aqui?

— Quase nada. Quando acabei os meus estudos, o Brasil estava sob o regime dos militares. Continuei a minha aprendizagem praticando na Santa Casa de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, reflectia sobre o que ia fazer à vida. Tinha dois caminhos: fazer carreira de médico e esquecer os impulsos juvenis, cheios de generosidade, que me tinham levado a participar no movimento dos estudantes, ou continuar a luta para mudar as coisas, sem deixar de ser médico. Decidi viajar para conhecer o Brasil, para compreender melhor os seus problemas, para encontrar as respostas satisfatórias às perguntas que

sempre me pus. Parti para o Norte. Fiquei em São Luís do Maranhão. Daí, parti para Porto Franco, nas margens do rio Tocantins. Com muitas dificuldades, instalei lá uma clínica onde também vinham as pessoas de Tocatinópolis. Essas duas cidades não tinham médico. Trabalhei lá durante algum tempo. Tratei ricos e pobres, mais pobres que ricos. Aprendi muito sobre a medicina e sobre os problemas sociais. Pude ver de perto a situação de completo abandono em que se encontram as populações do interior. Um dia, a minha fotografia foi publicada nos jornais do Sul, como pessoa procurada pelos órgãos da repressão política, tomando como pretexto acontecimentos em que não tinha de todo participado. Com a minha fotografia e o meu nome nos jornais, não me era possível continuar em Porto Franco. A população local não queria que me fosse embora. Nessa altura não pude explicar as razões porque me afastava. Deixei muitos amigos em Porto Franco e Tocatinópolis. Fui viver para uma quinta nas margens do Araguaia, em casa de Paulo Rodrigues, que tinha muitas relações na região, onde estava estabelecido há anos. Continuei a dar assistência médica à população, na medida do possível, dada a minha nova condição de perseguido político. O que se segue, já conhece. Fomos atacados e reagimos.

Quis saber como era a assistência aos resistentes. Disse-me que, em todos os grupos, havia pessoas habilitadas para tratar os feridos e os doentes. Quase todos os combatentes tinham tido cursos e instruções práticas de primeiros socorros de urgência.

— O importante aqui é conhecer bem o carácter e a causa das doenças locais, a sua evolução e riscos, encontrar meios de as atacar ou evitar, tendo em conta a falta de meios. Nesse sentido, fizemos progressos. Em particular com a malária, a leishmaniose e as frieiras, que são doenças permanentes.

Acentuei o facto de que não era corrente encontrar na floresta, como resistente, um médico que podia ter uma vida tranquila e confortável nos centros civilizados.

— É um sinal dos tempos, sublinha Haas. Não sou o único. Outros eram estudantes universitários. Como viu, ao nosso lado, há operários e camponeses da região. Há católicos entre nós. Alguns dos nossos camaradas podiam viver muito à vontade, se quisessem. Mas preferiram vir para o campo e ligar-se aos camponeses. E, agora, preferem passar fome, dormir ao ar livre e enfrentar todos os riscos, incluindo o de perder a vida, a submeterem-se ao banditismo dos generais.

— O exército teima em chamar-vos terroristas?

— Os verdadeiros terroristas, no Brasil, usam képi e dragonas. Os generais instalaram um regime de terrorismo policial como nunca tinha havido na história do país. Chamando terroristas a todos os que lutam contra a ditadura, querem enganar o povo e semear a confusão. Nós não utilizamos o terrorismo e condenamo-lo como método de luta. Vários jovens, nestes últimos anos, seguiram, erroneamente, o caminho das acções isoladas, desligadas das massas. E, mais uma vez, a experiência mostrou que se tratava dum método de luta erróneo. No entanto, compreendemos que esses jovens vejam nessas acções uma saída para a situação actual. É um tipo de resposta que surge inevitavelmente, perante o terrorismo da ditadura.

— O caminho que vocês seguem é viável?

— Estou convencido de que não há outro. Nas condições actuais, o povo brasileiro só se poderá libertar dos opressores pela extensão da luta de resistência no interior. Isso não exclui, pelo contrário, pressupõe, outras formas de luta política de massas nas cidades e

no campo. O importante é que tudo isso seja dirigido para atacar a ditadura, desenvolver a luta armada e levar o povo à vitória.

Depois dum breve silêncio, acrescentou:

—Temos a simpatia da esmagadora maioria da população. Os militares têm medo do nosso exemplo. A chama da rebelião alumiou-se no Araguaia e, com o tempo, estender-se-á a todo o Brasil. Ninguém poderá reprimir as aspirações à liberdade profundamente enraizadas dos Brasileiros.

— Bom, concluiu, de qualquer modo, mais tarde ou mais cedo, venceremos porque a nossa causa é justa. Nenhum sacrifício será em vão.

*
* *

Voltámos ao acampamento. À noite, reuniram-se doze pessoas. Organizámos uma espécie de festa de despedida. Os resistentes cantaram canções revolucionárias e canções populares, principalmente as de Geraldo Vandré e Chico Buarque. Um camponês recitou desafios. E uma rapariga, que se tinha incorporado no grupo na minha ausência, disse uma poesia do poeta brasileiro Gonçalves Dias, «Os Timbiras». Mais à vontade, participei nas conversas, cheias de anedotas e histórias pitorescas. Foi uma noite inesquecível.

Voltei da floresta amazónica, depois da minha breve estadia com os resistentes, convencido de que qualquer coisa muito importante está a acontecer no Brasil. Não sou profeta. Mas a abnegação destes jovens terá uma influência no futuro do país. Cansado, porco, com barba, os pés a doerem, sentia-me feliz por ter vivido sob o impacto da aventura.

Este livro foi composto e impresso
na Tip. Garcia & Carvalho, Lda.
em Dezembro de 1974
para
Edições Maria da Fonte